

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**



Mapeamento e análise das realidades investigadas na região sudeste

**VOLUME 3
região sudeste**

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**

**Mapeamento e análise das
realidades investigadas na
região sudeste**

**VOLUME 3
região sudeste**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Coordenação da Pesquisa

Coordenação Geral:

Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Coordenação Adjunta:

Ana Paula Soares da Silva (USP/Ribeirão Preto)

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenações Regionais

Coordenador Região Norte:

Maria Natalina Mendes Freitas (UFPA)

Coordenador Adjunto Região Norte:

Leandro Passarinho Reis Júnior (UFPA)

Coordenador Região Nordeste:

Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFCEG)

Coordenador Adjunto Região Nordeste:

Fabiana Ramos (UFCEG)

Coordenador Região Centro-Oeste:

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenador Adjunto Região Centro-Oeste:

Tânia Mara Dornellas dos Santos (CONTAG)

Coordenador Região Sudeste:

Isabel de Oliveira e Silva (UFMG)

Coordenador Adjunto Região Sudeste:

Iza Rodrigues da Luz (UFMG)

Coordenador Região Sul:

Simone Santos de Albuquerque (UFRGS)

Coordenador Adjunto Região Sul:

Cynthia Votto Fernandes (UFRGS)

Consultoria

Elsa Cristina de Mundstock (Estatística/UFRGS)

Fúlvia Rosemberg (Educação Infantil - Metodologia/PUCSP - FCC)

Ivaldo Gehlen (Sociologia Rural - Metodologia/UFRGS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PARTE 1.....	11
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS.....	11
2. QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS	23
2.1. Questões éticas da pesquisa	23
2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país	25
2.3. Processo Metodológico de Análise de dados	34
PARTE 2.....	38
3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS PARA ESTUDOS QUALITATIVOS NA REGIÃO SUDESTE	38
4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE CAMPO DOS ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDESTE	55
Oferta e demanda por Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural	55
Considerações sobre a demanda nos seis municípios investigados na Região Sudeste.	74
2. Dimensão Pedagógica.....	79
2.1. Os espaços físicos e materiais disponíveis nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural dos seis municípios da Região Sudeste ...	79
Considerações sobre os espaços físicos e materiais disponíveis nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste.....	109
2.2. Professores das Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural	113
Considerações sobre os professores nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste	130
2.3. Relações entre escola e família nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural.....	133
Considerações sobre as relações entre escola e família nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste	144
2.4. Proposta pedagógica (sistemizada ou não), jornada das crianças e práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural	146

Considerações sobre a proposta pedagógica e as práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural, nos municípios pesquisados na Região Sudeste.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Indicações para as políticas de Educação Infantil do campo.....	178
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICES.....	188
ANEXOS.....	203

APRESENTAÇÃO

Este relatório sistematiza os resultados da Ação 3, da Pesquisa Nacional *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). A referida pesquisa objetivou conhecer a oferta do poder público, bem como as demandas e vozes dos movimentos sociais e sindicais, famílias usuárias e não usuárias de crianças residentes em área rural no que diz respeito à Educação Infantil. Ela foi desenvolvida através das seguintes ações: Ação 1 - pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nacional sobre Educação Infantil das crianças residentes em área rural (1996-2011); Ação 2 – estudo quantitativo de dados secundários e estudo das condições de oferta da Educação Infantil das crianças de área rural por meio do envio de questionários a 1130 municípios; Ação 3 - coleta de dados qualitativos em 30 municípios, localizados nas cinco regiões geográficas do país; e, Ação 4 – produção de um livro com os resultados dos estudos realizados.

Como foi dito, os estudos qualitativos que compõem a Ação 3 foram realizados em 30 municípios do Brasil, localizados em suas cinco regiões. Em cada região foram realizados seis estudos. Para reunir os dados da Ação 3, os referidos estudos foram organizados por região e sistematizados em volumes, assim distribuídos:

Volume 1 – Região Norte

Volume 2 - Região Nordeste

Volume 3 - Região Sudeste

Volume 4 - Região Sul

Volume 5 – Região Centro-Oeste

Neste relatório, estão expressos os dados referentes aos estudos qualitativos realizados na Região Sudeste. Sua estrutura contempla duas partes. Na parte 1, figuram dois capítulos: o capítulo 1, destinado a apresentar elementos conceituais e normativos referentes à Educação Infantil para crianças residentes

em área rural no Brasil; e o capítulo 2, que se ocupa de aspectos éticos e metodológicos da pesquisa. Na parte 2 deste relatório, encontram-se uma caracterização dos municípios pesquisados – capítulo 3, bem como uma análise descritiva dos dados obtidos nos estudos realizados – capítulo 4.

As Considerações Finais se destinam a indicar apontamentos para a política de Educação Infantil para crianças residentes em área rural, a partir da análise dos dados coletados.

A Pesquisa Nacional Caracterização das práticas pedagógicas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural foi desenvolvida por um conjunto de universidades públicas, contando com uma coordenação nacional e com coordenações por região do país. Cada equipe regional foi composta por uma coordenação, uma coordenação adjunta, dois pesquisadores, oito assistentes de pesquisa e uma assistente técnica. A equipe da Região Sudeste foi composta ainda por mais duas pesquisadoras voluntárias que participaram de todo o processo da pesquisa. A identificação de cada um dos componentes consta do quadro abaixo:

Quadro 1. Equipe Região Sudeste

Equipe Região Sudeste:
Coordenação: Isabel de Oliveira e Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Iza Rodrigues da Luz - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Apoio Técnico: Érica Dumont - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Pesquisadores: Cristiana Callai (voluntária)– Universidade Federal Fluminense (UFF) Lígia Aquino (voluntária) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Tânia Vasconcellos - Universidade Federal Fluminense (UFF) Valdete Côco – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Assistentes de Pesquisa: Edmilson Ferreira – Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ) Edna Rodrigues Da Silva - Universidade Federal Fluminense (UFF) Elisângela Carvalho – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST Kalline Pereira Aroeira - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Divina Leila Soares Silva - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Rafael Reis Bittencourt – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Rita de Cássia Vieira - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Wellington Dias - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

PARTE 1

1 | A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS

Conforme demonstram os estudos sobre a história das políticas para a infância, somente na década de 1980 é que se iniciam, de forma mais sistemática, políticas públicas voltadas para os bebês e crianças, sendo que os desdobramentos da intensa mobilização que envolveu diferentes segmentos da sociedade civil podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988 (CRAIDY, 1994).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) tornou-se um marco histórico na redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implantação de novas políticas para a criança de 0 a 6 anos, afirmando os seus direitos, entre eles o direito à Educação. No capítulo dedicado aos Direitos Sociais, determina:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
[...]; Inciso XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até aos seis anos de idade em creches e pré-escolas. (BRASIL, 1988)

No capítulo dedicado à Educação, define:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]; Inciso IV – Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988)

Os direitos das crianças são definidos, de forma mais abrangente, no Art. 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Oliveira (1999), ao analisar a declaração do Direito à Educação na Constituição de 1988, destaca o fato de, pela primeira vez, terem sido explicitados

os direitos sociais e, dentro destes, em primazia, a educação. Em relação à Educação Infantil, o autor destaca o fato de ter-se estendido o Direito à Educação a essa faixa etária, abrindo-se a possibilidade de considerá-la como parte da educação “básica”. Ressalta o avanço em relação ao texto da constituição anterior, no qual a Educação Infantil era “livre”, pois, com a possibilidade de incorporação deste nível de ensino ao sistema regular, exigiu-se sua regulamentação e normatização na legislação educacional complementar. A concepção de creches e pré-escolas, conseqüentemente, também mudou, pois estas passaram a ser entendidas como instituições educativas e não de assistência social (LUZ, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado no ano de 1990 – Lei 8.069 (BRASIL, 1990) ratificou os direitos assegurados pela Constituição e normatizou a proteção integral destes sujeitos. Reafirmou o dever do Estado de assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos (capítulo IV, Art. 54, inc. IV), assim como determinou ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do atendimento (capítulo VII, Art. 208, inc. III).

O direito à educação e mais especificamente à Educação Infantil foi normatizado pela Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no ano de 1996 (BRASIL, 1996). A LDB contempla, pela primeira vez, o direito à Educação Infantil como responsabilidade do setor educacional. Definiu, em suas disposições transitórias, o prazo de três anos, a partir da publicação, para a integração ao sistema regular de ensino de todas as creches e pré-escolas existentes e das que viessem a ser criadas. A responsabilidade do Estado em relação à Educação Infantil foi explicitada no seguinte artigo:

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...]; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1996)

Em seção específica – Seção II – Da Educação Infantil – encontramos, na LDB, definição de sua finalidade, dos tipos de oferta e do formato e objetivos da avaliação:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996).

No que se refere ao aspecto legal, é importante acentuar a recente inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, definiu a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, ampliando a duração deste para 9 anos. Na mesma Resolução, redefiniu a nomenclatura das instituições de Educação Infantil da seguinte forma: creche, para as crianças de até 3 anos, e pré-escola, para as crianças de 4 e 5 anos. Já no Ensino Fundamental, os anos iniciais passaram a contemplar a faixa etária de 6 a 10 anos e os anos finais, a faixa etária de 11 a 14 anos. Essas modificações foram ratificadas por meio da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou os Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB, evidenciando a duração do Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos. Conforme essa lei, os municípios, os estados e o Distrito Federal tinham o prazo até 2010 para implantar as mudanças.

No ano de 2009, houve uma nova mudança na Educação Básica com a aprovação da Emenda Constitucional 59, que tornou obrigatória a educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, sendo o ano de 2016 o prazo para os sistemas de educação se adaptarem às novas regras. Desse modo, a matrícula das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil deixará de ser uma escolha das famílias.

Após essas mudanças, no ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação publicou, por meio da Resolução nº 6, as Diretrizes Operacionais para matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (BRASIL, 2010). Estas diretrizes vieram normatizar a idade das crianças em cada etapa, de modo a evitar a matrícula

precoce no Ensino Fundamental. Definiu-se que, para o ingresso na pré-escola, a criança deverá ter a idade de 4 anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, 6 anos completos até essa data. As que completarem esta idade após o dia 31 de março deverão ser matriculadas na pré-escola.

No que se refere à formação dos profissionais da área de Educação Infantil, a LDB determina a formação em nível superior, entretanto admite, conforme o Art. 62, que a formação mínima seja a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Nas disposições transitórias, Art. 87, parágrafo 4º, havia a definição de que até o fim da Década da Educação, em 2007, os professores deveriam ter nível superior ou ser formados por treinamento em serviço. As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), em consonância com esta normatização, estabeleceram que a formação inicial em nível superior para o exercício da docência na Educação Infantil é responsabilidade desses cursos.

Cury (1998) assinala o fato de a Constituição ter especificado com clareza a competência dos municípios no tocante à Educação Infantil, visto que são eles que devem manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, programas de Educação Pré-Escolar. Destaca, ainda, que esse regime de cooperação deve ser cumprido fielmente para que não haja discordâncias entre estados e municípios. Nesse sentido, a redação diferenciada trazida, pela emenda 14, ao Art. 211 da Constituição reforça o fato dos municípios não serem os únicos responsáveis pela Educação Infantil. A LDB esclarece que compete aos estados e ao Distrito Federal a atuação prioritária no Ensino Médio e aos sistemas municipais, a atuação prioritária na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 53, 54 e 71, reforça, além do fato do direito à Educação Infantil se constituir em dever do Estado, também o regime de colaboração, com prioridade para os municípios. O referido autor destaca ainda a inovação da Constituição quanto a esse novo papel dos municípios, pois rompe com um caráter dualista, que esteve presente nas outras constituições desde 1891, quando havia, de um lado, a União e, de outro, os estados, e, nesses últimos, os municípios, em um processo de hierarquização. Com o texto de 1988 cada ente

tem seu âmbito de competência e de aplicabilidade, mas isto só é viável sob a figura da mútua complementação e colaboração (LUZ, 2006).

A oferta de Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural, já assegurada e normatizada pelos documentos acima, evidencia-se, então, como uma responsabilidade direta dos municípios, que devem ser auxiliados nesta oferta pelos estados e pela União. Apesar dos avanços históricos e teóricos construídos pela Educação Infantil nas últimas décadas, a produção tem uma lacuna profunda no que se refere às especificidades dos bebês e crianças residentes em áreas rurais. Por outro lado, a construção e o fortalecimento da área da Educação do Campo também não refletem, em sua produção, as especificidades dos bebês e crianças pequenas. Diante deste cenário, Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 37) afirmam:

Um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais. Se os princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradoras da cidade e do campo, como meio de garantir igualdade de direitos e um atendimento com qualidade, as formas de sua implantação nos diferentes contextos necessitam estar organicamente vinculadas à realidade e à dinâmica das crianças e das famílias, no nosso caso, moradoras nas áreas rurais.

As autoras asseveram ainda que enfrentar esta questão é uma tarefa necessária, urgente e estratégica no âmbito do sistema de educação formal, como um passo importante para colaborar na construção da identidade da Educação Infantil do campo, evitando que políticas de flexibilização necessárias para o campo sejam utilizadas como justificativas para precarização e redução dos custos de atendimento (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 37). A construção da identidade da Educação Infantil do campo deve também considerar, especialmente, alguns aspectos presentes nos documentos que normatizam a Educação do Campo e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), que já fazem referência às especificidades desse tipo de oferta.

No Art. 5º das DCNEI, a Educação Infantil é definida como primeira etapa da Educação Básica, sendo as creches e pré-escolas caracterizadas:

como espaços institucionais não domésticos que se constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009)

No 3º do Art. 8º das DCNEI (BRASIL, 2009), estão explícitas indicações para as propostas pedagógicas das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e povos da floresta:

- I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Estas indicações alinham-se às Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação do Campo no nosso país, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, respectivamente, nos anos de 2002 e 2008 (BRASIL, 2002 e 2008). Esses documentos, que resultam da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo pelo reconhecimento e valorização dos direitos dessa população, apresentam uma proposta de educação que se vincula aos modos de vida no campo e à defesa de um modelo de sociedade que se pautem em práticas sustentáveis na relação com a natureza.

As indicações dessas diretrizes foram discutidas e enriquecidas no texto Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo (SILVA E PASUCH, 2010). No texto, as autoras explicitam a inexistência de estudos e reflexões sobre a Educação Infantil do Campo, conclamando os que estão envolvidos com a

educação das crianças pequenas a auxiliarem na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças e das infâncias do campo. Ao se referirem à organização das experiências cotidianas das crianças, as autoras afirmam:

Ler histórias e contar histórias embaixo de árvores, em redes e varandas, tecer um tapete colorido com as crianças, forrar o chão com folhagens e materiais que construam um cantinho aconchegante para o envolvimento das crianças nas atividades, realizar um almoço em situação ao ar livre, garantir o banho de sol dos bebês, garantir janelas em altura que permita às crianças, mesmo as bem pequenas, a visibilidade para a área externa, aproveitar uma bica ou encanar a água em um chuveirão ou torneira (os bebês adoram brincar com água!), organizar hortas e viveiros, pesquisar os arredores da creche/pré-escola, são situações que cotidianamente podem fazer do espaço externo o maior cenário das práticas com as crianças. (SILVA e PASUCH, 2010, p. 9).

As autoras evidenciam a relevância dos espaços e materiais na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças do campo. Estas orientações se articulam a alguns elementos das diretrizes que tratam diretamente das condições concretas de oferta. O direito dos bebês e crianças residentes em área rural à Educação Infantil foi ratificado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), conforme disposto no Art. 6º:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e Educação Profissional de Nível Técnico.

Destaca-se a menção ao regime de colaboração que coloca como responsáveis por esta oferta todos os entes federados. Outros parâmetros importantes estão presentes no Art. 3º das Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2008):

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Considerando a centralidade do transporte escolar quando se trata da oferta da Educação Infantil às crianças residentes em área rural, destacamos alguns elementos sobre a temática. O primeiro deles é explicitar que o direito das crianças ao acesso às unidades de ensino está assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso I, complementado pelo Art. 208, inciso VII, que garante, entre outros benefícios, o transporte gratuito para os estudantes.

O transporte escolar como programa complementar foi também instituído no Art. 54, inc. VII do ECA e no Art. 4º, inc. VIII da LDB, sendo, portanto, um dever do Estado. Desta forma, para assegurar o direito à educação, o Estado deve também oferecer condições de acesso e permanência nas instituições escolares, estando o transporte incluído na garantia deste direito. No entanto não há, até o momento, uma normatização específica sobre o transporte para as crianças da Educação Infantil.

Silva, Pasuch e Silva (2012) assinalam esta ausência e destacam a centralidade do transporte na organização pedagógica da Educação Infantil do campo, tendo em vista que o espaço rural é caracterizado pelas longas distâncias, estradas de terra ou leitos de rios. Deste modo, o próprio caminho para a escola pode ser caracterizado como uma especificidade desta Educação e o modo como é realizado o transporte repercute na qualidade da educação, uma vez que gera impactos na educação da criança, na prática pedagógica, na organização dos espaços e tempos.

Conforme informações disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Ministério da Educação - MEC executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visam a atender a alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola, criado em 2007, consiste na concessão de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que foi criado em 2004 e ampliado em 2009, por meio da Lei no 11.947, consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congêneres, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

O FNDE possui duas cartilhas voltadas para o transporte escolar rural, também disponíveis no próprio site. A primeira visa a orientar as ações de planejamento e implementação e a segunda apresenta informações sobre a regulação deste tipo de transporte. Ressalta-se, entretanto, que a cartilha de regulação, quando se refere ao direito ao transporte, elenca especificamente os alunos do Ensino Fundamental. A cartilha traz orientações relevantes quanto às condições de segurança e manutenção dos veículos, tempo de deslocamento, periodicidade, necessidade de monitor – adulto responsável pelo embarque e desembarque das crianças e pela verificação das condições de segurança durante o trajeto –, forma de execução do transporte escolar e informações sobre a contratação via licitação.

Após estas considerações sobre o transporte, ressalta-se que o conjunto dos instrumentos normativos indica claramente a necessidade dos municípios construírem e manterem espaços e materiais específicos para a Educação Infantil nas comunidades onde as crianças residem, evitando a nucleação de escolas e o deslocamento. Sendo assim, é fundamental que o transporte escolar rural seja

entendido como uma estratégia a ser utilizada na Educação Infantil do Campo quando, de fato, não for possível assegurar a oferta próxima à residência das crianças. Acentua-se, ainda, a importância de, nestes casos, privilegiar o deslocamento seguro intracampo, ou seja, para escolas da zona rural, e evitar os deslocamentos extracampo, para escolas na zona urbana, pois nestes deslocamentos as distâncias entre as casas das crianças e as instituições escolares geralmente são longas e acrescidas pela insegurança do trajeto, conforme afirmam Silva, Pasuch e Silva (2012). As autoras também fazem o seguinte alerta:

Dados nacionais de pesquisas acadêmicas revelam que a política privilegia a oferta de vagas em centros urbanos e consequentemente privilegia o financiamento do transporte escolar em detrimento do financiamento das escolas no campo. (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 186).

Considerando, então, que a oferta de uma Educação Infantil do campo de qualidade inclui a necessidade de construção de novas escolas, destacam-se as orientações normativas para esta ação. No que se refere ao planejamento das construções das escolas de Educação Infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) indicam a importância de que ele inclua, desde a sua concepção, os diferentes atores, de modo a promover o compartilhamento de saberes e experiências daqueles que vivenciam o cotidiano escolar – professores, crianças e funcionários, além de familiares. Considerando que a Educação Infantil para as crianças residentes em área rural apresenta uma cobertura ainda menor do que as áreas urbanas, o investimento em construção e/ou reforma de prédios escolares para o acolhimento dos bebês e crianças pequenas constitui-se em elemento central das políticas nessa área. E, para que a estrutura física das escolas seja adequada às concepções que regem a proposta pedagógica, esses dois aspectos precisam ser considerados de forma articulada. Ou seja, o espaço se constitui na base a partir da qual professores e crianças podem organizar os ambientes de interações, relações e aprendizagens (BRASIL, 2006).

A efetiva consideração desses elementos está entre os desafios a serem enfrentados para garantir a educação básica, em todos os seus níveis e modalidades, aos sujeitos do campo. Rocha, Gonçalves e Santos (2011, p. 29), afirmam que é preciso avançar no que se refere

à formação de professores, à infraestrutura das escolas (ou quase inexistência delas para atendimento a esta demanda social), ao transporte dos educandos e à elaboração de um material didático que reflita as especificidades de aprendizagem dos estudantes em áreas rurais.

Estes desafios foram reconhecidos entre os encaminhamentos do I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo, realizado em 2010, que destacou a melhoria da infraestrutura física das escolas do campo, atendendo às especificidades da Educação Infantil do Campo e às diversidades de cada região.

Além do já exposto, parece-nos importante destacar alguns elementos a respeito da educação dos bebês. Sabemos que a educação dos bebês e crianças bem pequenas ainda possui reduzidas referências teóricas e práticas que orientem o trabalho em contexto institucional. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela área da Educação Infantil em geral (BARBOSA, 2010) e, no caso da Educação Infantil para bebês residentes em áreas rurais, o desafio se amplia. No caso do campo, ainda não há referências sobre os sentidos dessas práticas no contexto da vida rural, especialmente se considerarmos que a creche é uma instituição cuja origem é fortemente vinculada ao contexto de vida urbano. Além disso, embora entendamos que os bebês e crianças pequenas do campo devem ser considerados no quadro geral dos direitos das crianças brasileiras (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 1996), ainda não contamos com estudos consistentes sobre as demandas das famílias (e dos bebês) residentes em áreas rurais que ofereçam subsídios para a estruturação de propostas adequadas a esses sujeitos.

No entanto, é possível observar algumas características desejáveis das instituições que acolhem os bebês. Os ambientes devem ser estruturados para os bebês e possuírem objetos que favoreçam a exploração, as brincadeiras e as interações, bem como a iniciativa das crianças, na medida em que os brinquedos estão ao seu alcance. Tais ambientes e materiais devem ser organizados e

selecionados de modo a assegurar as condições de segurança e higiene (BARBOSA, 2010; POST e HOHMANN, 2007).

Que outros materiais poderiam estar presentes nesses espaços? Que elementos evidenciarão a presença da ambiência do campo nos espaços para os bebês e crianças de até 6 anos? Estas questões precisam ser respondidas e somente o aprofundamento da reflexão com estudiosos, gestores, professores e familiares poderá oferecer elementos para avançarmos na construção dessas respostas e referências.

A estruturação de projetos pedagógicos para toda a faixa etária de 0 a 6 anos, destacando-se as especificidades dos bebês e crianças bem pequenas residentes em área rural, exige a realização de estudos que abranjam as demandas das famílias e das crianças, desvendando-se em que consiste, para essa população, o compartilhamento dos cuidados e da educação de seus filhos e filhas, desde a mais tenra idade, com instituições educacionais.

A tarefa de construção de maior compreensão sobre esses sujeitos e sobre os projetos pedagógicos que dialoguem com as condições concretas de vida e com a diversidade do campo brasileiro exige intensa interação com essa população e com os movimentos sociais do campo. O diálogo entre as referências construídas no campo da Educação Infantil e os princípios da Educação do campo (esta última mais voltada para os níveis posteriores da escolarização) constitui-se em elemento fundamental para a construção de projetos de Educação Infantil do campo.

As políticas de Educação Infantil para essa população precisam ainda promover ações para melhor conhecimento dessa realidade e investir na formulação e implementação de projetos pedagógicos, tendo em consideração a diversidade do campo brasileiro. Sobre esse aspecto, além da consideração da diversidade de populações, elementos como extensão das áreas rurais, as distâncias entre essas áreas e as sedes dos municípios, o tamanho da população de crianças pequenas, a topografia, o clima, dentre outros, revelam-se como importantes fatores intervenientes nas condições de acesso e permanência das crianças nas instituições de Educação Infantil - IEI.

O avanço na construção de políticas públicas que efetivamente atendam aos direitos das crianças residentes em área rural à Educação Infantil, desde os primeiros meses, exigirá mudanças em diferentes áreas, incluindo a conscientização de prefeitos e de dirigentes e gestores da educação, nos municípios e nas escolas, a respeito do significado dessa etapa da educação, de modo a sustentar os investimentos necessários à sua execução. Tais investimentos dependem desse reconhecimento na medida em que as características dessa fase da vida exigem ambientes e equipamentos apropriados, além de menor número de crianças por professor, o que supõe a necessidade de maior aporte de recursos.

2 | QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS

Neste capítulo, serão abordadas as questões éticas e metodológicas que nortearam os procedimentos de pesquisa dos 30 estudos qualitativos que compuseram a Ação 3 da pesquisa *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). Sendo assim, está composto por três seções: 1) Questões éticas da pesquisa; 2) Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país; e 3) Processo metodológico de análise dos dados.

2.1. Questões éticas da pesquisa

Durante a realização da pesquisa nacional, foi desenvolvida uma longa discussão sobre questões éticas junto a todos os pesquisadores envolvidos no estudo. Destas reflexões, foi produzido um item, que integra o Manual da Pesquisa Qualitativa (apêndice 1), denominado *Ética na pesquisa: definindo as lealdades*. Nele, além de outras, constam informações acerca da responsabilidade da pesquisa – conferida pela comissão de pesquisa da Faculdade de Educação, da UFRGS, aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, aos quais coube problematizar e definir os procedimentos éticos do estudo.

Dentre as definições que fundamentaram a orientação ética dirigida a todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa nacional, foi assumida a necessidade de

se produzirem termos de compromisso a serem assinados tanto pelo pesquisador quanto pelos sujeitos pesquisados.

O termo do pesquisador se caracterizou como um termo de compromisso, no qual ele se comprometeu a não tornar públicos dados específicos das investigações realizadas, nem reutilizá-los em outras pesquisas.

Também foi compromisso assumido por todos os pesquisadores a divulgação dos dados produzidos no âmbito da pesquisa de maneira agregada e sem menção a nomes de pessoas ou de municípios investigados. As pessoas e municípios que fizeram parte da pesquisa foram identificados a partir das funções desempenhadas no âmbito das instituições das quais fazem parte (por ex. representante de família usuária, representante de escola) e, no caso dos municípios, como municípios 1, 2, 3 ou A, B, C. O quadro abaixo, que consta no Manual da Pesquisa Qualitativa, exhibe a orientação sobre as possibilidades de disponibilização dos dados produzidos pela pesquisa e outras orientações dadas aos pesquisadores.

Quadro 2. Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 Questionários respondidos pelos municípios: NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 Dados da pesquisa qualitativa: NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 Base de dados construída a partir de dados oficiais – será tornada pública.
2.2 Base de dados de revisão bibliográfica – será tornada pública.
2.3 Base de dados construída a partir da análise dos questionários – será tornada pública, de forma agregada.

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

O termo assinado pelos sujeitos que participaram da pesquisa como informantes, denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹ (TCLE), caracterizou-se como um documento informativo acerca das principais questões que configuram a pesquisa e, sobretudo, como um termo que possibilitou aos entrevistados se posicionarem quanto ao seu aceite, ou não, em participar do estudo.

Os dois termos são resultado do debate em torno de princípios éticos que foram assumidos por todos os pesquisadores ao longo do desenvolvimento da pesquisa nacional. Além desses termos, um “manual de orientações posturais da pesquisa qualitativa” (ver apêndice 1) foi debatido no âmbito de um dos encontros de formação junto aos pesquisadores, realizado em maio de 2012. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas – desde a concepção, a ida a campo, as análises dos dados, relativas às informações e divulgação dos resultados – foram fundamentadas por estes princípios e procedimentos éticos.

2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país

Os estudos qualitativos foram realizados nas cinco regiões do país, organizados por equipes regionais coordenadas pelas seguintes universidades: Norte – UFPA/Bragança; Nordeste – UFCG; Sudeste – UFMG; Sul – UFRGS; Centro-Oeste – UNEMAT/Sinop.

Essas equipes foram integradas por pesquisadores de diferentes universidades da região, bem como integrantes dos movimentos sociais e sindicais vinculados ao campo e à Educação Infantil.

Durante a primeira etapa da pesquisa nacional, foi construído um banco de dados, através da Ação 2², tendo como base as informações de municípios que possuem escolas que oferecem Educação Infantil a crianças de 0 a 6 anos de idade, residentes em territórios rurais (Fonte: Dados do IBGE e do INEP). Tal banco de dados revelou que esses municípios são 5.367; já o total de crianças que constituem a base da pesquisa é de 3.546.908.

¹Ver apêndice 1.

²A responsabilidade pela construção do banco de dados é da professora Elsa Mundstock (UFRGS)

No tabela 1 abaixo, apresentamos os números de municípios e a população, por região no Brasil, que constituem o banco de dados da Pesquisa Nacional:

Tabela 1. Distribuição dos municípios e crianças da população do estudo, por região

Região	População rural de 0 a 6 anos – IBGE		Municípios na população	
	Número de crianças	%	Número de municípios	%
Centro-Oeste	180590	5	450	8
Nordeste	1781308	50	1762	33
Norte	670501	19	430	8
Sudeste	554188	16	1593	30
Sul	360321	10	1132	21
Total	3546908	100	5367	100

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

É importante salientar que este banco de dados estará disponível e poderá subsidiar dados de pesquisas nas cinco regiões do país, no que se refere ao atendimento de Educação Infantil ofertado às crianças de 0 a 6 anos moradoras do campo.

Os 5.367 municípios brasileiros que possuem crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural foram agrupados em três tipos, de acordo com a oferta de Educação Infantil. Conforme apresentado nas tabela 2 , pode ser observada a distribuição dos municípios, de acordo com tipologia.

Tabela 2. Distribuição dos municípios da população do estudo de acordo com a tipologia de oferta de Educação Infantil

Tipologia	Número de municípios
1) Municípios que possuem só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais.	1281
2) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas	1103
3) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	2983
Total	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Segundo Mundstock (2012), a amostra de municípios foi estratificada por região e tipo de município. Há 15 estratos formados por 5 regiões e 3 tipos de município, conforme detalhado na Tabela 3. Dentro de cada estrato, há uma

amostra sistemática de municípios, distribuída por estado e quantidade de crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural.

Tabela 3. **Distribuição da população de municípios por tipologia e região**

Tipologia do município	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
(1) Só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais	175	377	177	352	200	1281
(2) Creche e pré-escola em escolas urbanas	104	36	47	565	351	1103
(3) Creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	171	1349	206	676	581	2983
Total	450	1762	430	1593	1132	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

As tabelas acima apresentadas apontam as diversidades regionais no que se refere à população de crianças de 0 a 6 anos que compõe a amostra da pesquisa, tendo a região nordeste 50%, a região norte 19%, a região sudeste 16%, a região sul e a região centro-oeste 5% da população.

É importante salientar que, embora a população de crianças tenha sido diversificada, a composição das equipes regionais, de acordo com o projeto de cooperação técnica entre o MEC e a UFRGS, era a mesma, isto é, 12 componentes³ para a realização da pesquisa em cada região, além de um assistente técnico.

Nesse sentido, com a intenção de abarcar a diversidade regional, de acordo com a população de crianças, e considerando a capacidade técnica e operacional para a realização da pesquisa, foi definido o plano amostral da pesquisa quantitativa, sendo esta composta por 1130 municípios, levando em conta o tamanho de amostra necessário para garantir a qualidade estatística dos resultados da pesquisa e atender ao processamento dos dados, dentro das limitações de recursos e tempo disponível.

³Apenas na região Nordeste o número de componentes da equipe foi de 13 pessoas. Tal acréscimo foi justificado pela quantidade de estados da região e pelo número de municípios a serem pesquisados na amostra.

A tabela abaixo apresenta a composição de municípios por região:

Tabela 4. Tamanho da amostra de municípios por região

Regiões	Municípios na amostra
Centro-Oeste	150
Nordeste	320
Norte	150
Sudeste	300
Sul	210
Total	1130

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Com o objetivo de conhecer a oferta de Educação Infantil pelo poder público para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, também foi necessário definir uma amostra de escolas, de acordo com as diferentes modalidades de atendimento nas instituições de Educação Infantil em cada município pesquisado. As escolas que compõem a amostra da pesquisa são creches ou pré-escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, nos municípios da população da pesquisa.

A tabela abaixo apresenta a distribuição das escolas por região, informando que 55,9% das escolas brasileiras que atendem a crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural estão no nordeste do país, enquanto o norte tem 12,5%, o sudeste, 18,4%, o sul, 9,5% e o centro-oeste, 3,7%.

Tabela 5. Distribuição da população de escolas nos municípios da população, por região

Região	Número de escolas	%
Centro-Oeste	2899	3,7
Nordeste	43877	55,9
Norte	9817	12,5
Sudeste	14425	18,4
Sul	7430	9,5
Total	78448	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

O atendimento das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural é realizado, em cada região do país, em diferentes tipologias de escola. Cada município pesquisado atendeu de uma a cinco diferentes tipologias que compõem a amostra de escolas, conforme apresenta a tabela 6:

Tabela 6. **Distribuição da população de escolas, por região, e tipologia das escolas**

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	131	1107	233	668	323	2462
Escolas localizadas na área rural que atendem a crianças de 0 a 3 anos	44	10525	1219	798	445	13031
Escolas localizadas na área rural que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	688	22796	6540	2775	1668	34467
Escolas localizadas na área urbana que atendem a crianças de 0 a 3 anos	463	2803	285	3438	2103	9092
Escolas localizadas na área urbana que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	1573	6646	1540	6746	2891	19396
Total	2899	43877	9817	14425	7430	78448

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

No Brasil, o total de escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural é de **78.448** e foram selecionadas **3122** escolas na amostra da pesquisa. Destas escolas, foram sorteadas de uma a cinco em cada município para a realização dos estudos qualitativos em cada região. A seguir, a tabela 7 apresenta a distribuição de escolas, por região e tipologia de escolas:

Tabela 7. **Distribuição da amostra de escolas, por região e tipologia das escolas**

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	41	103	44	82	48	318
Escolas localizadas na área rural que atendem crianças de 0 a 3 anos	16	246	54	50	38	404
Escolas localizadas na área rural que não atendem crianças de 0 a 3 anos	76	290	118	129	107	720
Escolas localizadas na área urbana que atendem crianças de 0 a 3 anos	70	216	68	212	165	731

Escolas localizadas na área urbana que não atendem crianças de 0 a 3 anos	125	272	135	252	165	949
Total	328	1127	419	725	523	3122

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural" 2012

Os dados apresentados em relação à organização da amostra da pesquisa nacional foram subsídios importantes para o conhecimento da diversidade regional no que se refere à oferta do atendimento às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e foram considerados para a escolha dos 6 municípios pesquisados nos Estudos Qualitativos de cada região do país. Tal escolha foi definida a partir dos seguintes critérios:

- 1) a presença do município na amostra sorteada para a Região;
- 2) a diversidade populacional do município de crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural;
- 3) a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
- 4) a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002): acampados da reforma agrária; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caiçaras; extrativistas; indígenas⁴; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros;
- 5) as condições de acessibilidade aos municípios e as possibilidades de parcerias para a realização da pesquisa; e
- 6) o planejamento operacional da equipe coordenadora da pesquisa.

É importante destacar que estes critérios para a escolha dos municípios foram compostos coletivamente pelas coordenações das equipes regionais

⁴No caso dos indígenas, por um acordo prévio estabelecido com esta população, no âmbito de encontros de caráter nacional com instâncias do MEC, não se pesquisou este grupo, embora ele conste como população do campo nas referidas Diretrizes.

e coordenação nacional, com o objetivo de realizar um estudo que contemplasse a diversidade regional.

Em cada relatório regional, é apresentado um quadro com o mapeamento da escolha dos 6 municípios em cada região do país. Abaixo, segue uma síntese de dados sobre os 30 estudos realizados no país:

Dados dos estudos qualitativos realizados nas cinco regiões brasileiras

Região	Município	Início da pesquisa de campo	Final da pesquisa de campo	População atendida
Sudeste	Município D	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar
Sudeste	Município C	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município E	21/05/2012	26/05/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município F	21/05/2012	26/05/2012	ribeirinhos; agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município A	21/05/2012	26/05/2012	Quilombolas e caiçaras
Sudeste	Município B	21/05/2012	26/05/2012	Assentados
Sul	Município 1	25/05/2012	30/05/2012	agricultura familiar e trabalhadores assalariados; 0-3
Sul	Município 2	21/05/2012	25/05/2012	0 a 3; agricultura familiar, assentamento
Sul	Município 3	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, 0-3
Sul	Município 4	28/05/2012	01/06/2012	Caiçaras/pescadores artesanais; 0a 3 a)
Sul	Município 5	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, assentamentos, agricultura familiar e trabalhadores assalariados, 0-3
Nordeste	Município 5	23/05/2012	27/05/2012	Pescadores artesanais
Nordeste	Município 4	21/05/2012	25/05/2012	Assentamento
Nordeste	Município 1	21/05/2012	25/05/2012	Quilombolas
Nordeste	Município 3	21/05/2012	25/05/2012	Agricultura familiar e quilombolas
Nordeste	Município 6	18/05/2012	22/05/2012	Assentados e pescadores artesanais
Nordeste	Município 2	23/05/2012	27/05/2012	Assentados, quilombolas, agricultura familiar, indígena

Centro Oeste	Município 2	21/05/2012	26/05/2012	Oa 3; agricultura familiar; cooperativados; extrativismo de floresta e de castanhas
Centro Oeste	Município 4	20/05/2012	25/05/2012	Aglomerados, distritos e povoados
Centro Oeste	Município 5	14/05/2012	19/05/2012	Ribeirinhos, fronteira BR e Paraguai; Pantanal
Centro Oeste	Município 1	22/05/2012	27/05/2012	Assentamento; 0 a 3 a
Centro Oeste	Município 6	14/05/2012	18/05/2012	Kalungas, quilombolas
Centro Oeste	Município 3	07/05/2012	12/05/2012	Assentados, trabalhadores da agroindústria
Norte	Município 01	06/05/2012	12/05/2012	Quilombolas e agricultores familiares
Norte	Município 02	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultura familiar
Norte	Município 03	13/05/2012	19/05/2012	Agricultores familiares e ribeirinhos
Norte	Município 04	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 05	14/05/2012	19/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 06	06/05/2012	12/05/2012	Assentados

Cada coordenação organizou seu plano de trabalho, dispondo de 5 dias para a realização da pesquisa de campo no município escolhido. Em cada um deles, uma dupla de pesquisadores ficou responsável pela realização da coleta de dados, geralmente adotando a experiência do pesquisador no estado pesquisado.

Na sequência, serão apresentados os instrumentos utilizados pelos pesquisadores no processo de coleta de dados.

2.2.1. Os instrumentos da pesquisa

Para a realização dos estudos qualitativos, os pesquisadores se utilizaram de um conjunto de instrumentos elaborado pelos coordenadores nacionais e regionais da pesquisa, juntamente com os consultores. Tais instrumentos tiveram como objetivo captar os olhares dos diferentes sujeitos envolvidos no atendimento educacional de crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais dos municípios pesquisados sobre aspectos diversos desse atendimento. Foram eles:

1. roteiro de entrevista com os representantes das Secretarias Municipais de Educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista com os representantes das escolas;
4. roteiro de entrevista com representantes das famílias; e
5. roteiro de entrevista com representantes de movimentos sociais ou sindicais do campo.

Tais instrumentos foram inseridos como parte do manual da pesquisa qualitativa. A partir desse manual, a sua utilização no processo de coleta de dados em campo, bem como aspectos éticos e logísticos da pesquisa qualitativa foram discutidos por todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa, em seminário de formação realizado em maio de 2012.

2.2.3. A coleta de dados

Para realizar a coleta de dados, cada equipe regional de pesquisa elaborou um plano de ida a campo, contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo. Tal planejamento facilitou as providências no sentido de chegar aos municípios pesquisados, bem como o contato e agendamento das visitas às Secretarias Municipais de Educação e às escolas a serem observadas.

Uma vez feito o agendamento das visitas a campo, os pesquisadores procederam à coleta de dados, a partir dos instrumentos supramencionados, junto aos representantes das Secretarias Municipais de Educação, das escolas, das famílias e dos movimentos sociais e sindicais. Nesse processo, antes mesmo de realizar as entrevistas, os pesquisadores apresentaram os objetivos da pesquisa para os sujeitos e solicitaram a sua autorização para registrá-las em áudio. Da mesma forma, as observações nas escolas foram feitas a partir da autorização dos

seus diretores. O consentimento dos sujeitos em participar da pesquisa foi formalizado por meio da sua assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) a eles destinados.

Após o processo de coleta de dados, as equipes de pesquisadores responsáveis por cada um dos estudos qualitativos elaboraram seus relatórios de pesquisa, com base em um roteiro de relatório que contempla, além das questões metodológicas específicas de cada estudo, a apresentação dos dados coletados. Com base nesses relatórios, foram construídos os cinco relatórios que sintetizam as informações colhidas nos seis estudos qualitativos de cada região.

2.3. Processo Metodológico de Análise de dados

Cada equipe elaborou Relatório da Pesquisa de Campo segundo roteiro previsto no Manual da Pesquisa Qualitativa e encaminhou para a coordenação regional. Além desse Relatório de Campo, também encaminhou documentos e fotografias das fachadas das escolas.

A coordenação regional reuniu os Relatórios de Campo que se constituíram nas fontes para a elaboração das análises que se seguem. Para favorecer a distinção das análises, as referências aos relatórios relativos a cada um dos municípios serão feitas como *Relatório de Campo*, município A, B, C, D, E ou F, conforme o caso. Este texto será referido como *Relatório Regional*.

A leitura inicial dos Relatórios de Campo permitiu obter uma visão geral das pesquisas realizadas, avaliar a consistência dos dados e, em alguns casos, solicitar esclarecimentos e/ou complementações às equipes de campo. A equipe nacional da pesquisa elaborou um conjunto de “categorias”/eixos para orientar a leitura dos Relatórios de Campo, a partir das quais se iniciou a elaboração de quadros síntese, de modo a organizar as informações por município e por sujeito informante. Após esse primeiro exercício de análise, foram definidos dez itens, cada um dos quais compondo um quadro síntese, por informante, para todos os municípios pesquisados. As equipes regionais fizeram, então, novas leituras dos Relatórios de Campo, de modo a extrair de cada um deles informações acerca desses itens e sintetizá-los em **quadros**, apêndices dos relatórios regionais.

Para construir referências comuns na extração das informações dos Relatórios de Campo dos estudos qualitativos, os itens foram definidos do seguinte modo:

2.3.1. Demanda

O item contempla as manifestações dos sujeitos pesquisados quando questionados sobre a necessidade ou não de creche/pré-escola, ao desejo de matricular ou não as crianças pequenas.

A demanda explícita será identificada quando exposta pela escola ou Secretaria de Educação, através da lista de espera, e também quando se compara a oferta com o número de crianças de residentes no município. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos a partir da EC 59/2009 é considerado demanda explícita, pois todas as crianças têm direito a matrícula e até 2016 deverão estar matriculadas.

2.3.2. Concepção de creche

O item Concepção de Creche comporta referências dos entrevistados à noção de creche, que apontam para suas representações sobre este espaço educacional (concepção, finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 3 anos de idade.

2.3.3. Concepção de pré-escola

No item Concepção de Pré-escola, são apresentadas as referências dos entrevistados à noção de pré-escola, que revelam suas representações (concepção, finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) deste espaço educacional que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 4 a 6 anos de idade.

2.3.4. Concepção de criança 0 a 3 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 0 a 3 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

2.3.5. Concepção de criança de 4 a 6 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

2.3.6. Transporte

No item, reúnem-se informações sobre a oferta ou não de transporte para as crianças residentes em área rural. Sintetizam-se aspectos relacionados ao tipo de transporte ofertado, distância, tempo, condições e conservação, utilização de transporte coletivo ou de outra forma para se chegar à escola, se as crianças vêm acompanhadas ou se, no município, são contratados monitores que as auxiliam no traslado até a escola; observação da faixa etária que utiliza o transporte escolar; se o município segue as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE na compra dos transportes, acessibilidade, trajeto e responsabilidade.

2.3.7. Professores

O item apresenta informações sobre a percepção dos entrevistados sobre os professores; os processos de formação inicial e continuada; local de moradia dos professores (urbano/rural); avaliação das famílias e dos movimentos sociais sobre a atuação dos professores e percepção das famílias quanto ao gênero do profissional da Educação Infantil.

2.3.8. Proposta pedagógica

No item, reúnem-se informações sobre a existência ou não de proposta pedagógica, os elementos constitutivos dessa proposta, espaço físico das escolas, rotinas das crianças, rotina com as crianças (alimentação, materiais pedagógicos disponíveis etc.), relação escola-família-comunidade, especificidades do calendário, critérios de agrupamento das crianças e inclusão de crianças com deficiência.

2.3.9. Legislação

O item apresenta as informações sobre a compreensão e o significado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional - LDB enquanto leis educacionais, obrigatoriedade de matrícula, impacto no atendimento a crianças de 0 a 3 anos, dificuldades no atendimento, oferta e demanda, regime de colaboração entre Estado, Município e União.

2.3.10. Apontamentos para a política

No item, reúnem-se os apontamentos para a política que são expressos pelos sujeitos pesquisados quando apresentam considerações, avaliações e críticas em relação à qualidade da oferta da Educação Infantil para as crianças residentes na área rural, às especificidades da política da Educação do Campo e, em especial, da educação das crianças pequenas. Tais apontamentos também incluem ideias, sugestões e propostas expressas pelos sujeitos investigados para a consolidação da Educação Infantil do Campo.

Os quadros elaborados permitirão várias interpretações e análises aos que desejarem compreender melhor a Educação Infantil do Campo dos municípios pesquisados. Considerando as limitações temporais do projeto de pesquisa, as equipes regionais decidiram analisar de forma mais sistemática e aprofundada os quadros referentes aos aspectos oferta, professores e proposta pedagógica para Educação Infantil do Campo, que permitiram caracterizar melhor a oferta e a demanda da Educação Infantil nos seis municípios, explicitando aspectos relativos às condições concretas em que esta oferta ocorre.

Cabe aqui a observação de que os itens aqui elencados não foram contemplados necessariamente como aspectos isolados, mas de forma integrada, de maneira que, por vezes, aparecem relacionados uns aos outros ao longo do texto. Considerando, dessa forma, tais itens, foi feita a análise de dados da pesquisa qualitativa, tendo como base documentos legais que referenciam, no Brasil, a Educação de forma mais geral, bem como a Educação Infantil e a Educação Infantil do Campo, mais especificamente.

PARTE 2

3| CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS PARA ESTUDOS QUALITATIVOS NA REGIÃO SUDESTE

Com a finalidade de compreender melhor o contexto no qual foram realizados os estudos qualitativos, faremos uma apresentação sintética dos municípios pesquisados, apresentando informações demográficas, econômicas, sociais e sobre a política municipal de Educação Infantil. Conforme informado anteriormente, os municípios que fizeram parte dos estudos qualitativos também participaram da etapa quantitativa da pesquisa, respondendo aos questionários elaborados para as secretarias municipais de educação e para as escolas que atendem a crianças residentes em área rural. As informações do tópico Política Municipal de Educação Infantil da caracterização de cada município foram extraídas dos questionários respondidos pelas secretarias municipais de educação destes municípios. Apresentamos, também, um quadro com a descrição dos participantes entrevistados em cada município durante a pesquisa de campo.

MUNICÍPIO A

Conforme dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município A possui 169.270 habitantes, sendo a população urbana de 163.080 habitantes e a população rural, de 6190 habitantes. Verifica-se, portanto, que é um município majoritariamente urbano, com apenas 3,56% da população em área rural. Conforme dados de 2009, do IBGE, os serviços e a indústria representavam mais de 99% do PIB do município, respondendo a agropecuária por aproximadamente 0,50%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural do município A são atendidas nas zonas rural e urbana. Existe, na Secretaria de Educação, uma equipe responsável pela Educação Infantil e pela Educação do Campo, mas não há uma equipe responsável pela Educação Infantil do Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil que atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e que estão formalizadas em Lei Municipal, no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação e, ainda, nos regimentos de creches municipais e conveniadas. A Secretaria informou também que existem orientações para a Educação do Campo, mas que não estão formalizadas. Estas orientações contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças de 0 a 6 anos. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona urbana	1095	1508
2. Matrículas na zona rural	250	250

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município A da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural na zona rural acontecia em instituições conveniadas para as crianças de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos, e também em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental, para crianças de 4 a 6 anos. Na zona urbana, as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos eram atendidas em creches e pré-escolas públicas e em instituições conveniadas. As crianças de 4 a 6 anos também eram atendidas em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental e salas multisseriadas de Ensino Fundamental.

Agricultores familiares, pescadores artesanais e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal.

Na zona rural, havia 20 professores, 3 auxiliares/assistentes, 37 recreacionistas e 5 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município A contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público e contrato temporário.

Os professores são indicados pela Secretaria/Diretoria de Educação para trabalhar nas zonas rurais e urbanas com as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município A possui as seguintes ações de formação continuada/em serviço: reuniões pedagógicas mensais, cursos de atualização bimestrais e seminários e/ou congressos anuais. Estas ações ocorrem na zona urbana, envolvendo professores de creche e pré-escola conjuntamente. Possui também Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 3. Sujeitos entrevistados no município A da Região Sudeste.

Secretaria de Educação	Subsecretária de Educação, acompanhada do Subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Escolas	Creche e pré-escola urbana: Diretora e um Técnico Creche e pré-escola rural: Diretora e uma Agente Administrativa Pré-escola rural: Diretora Foi entrevistada também a Professora implementadora da Gerência de Educação Infantil
Famílias usuárias	Família 1: menino de 5 anos - mãe (professora), pai (marinheiro de lancha) e irmã de 11 anos. Família 2: menino de 3 anos - mãe (caixa) e pai (eletricista). Família 3: menina de 2 anos - mãe (professora) e irmão de 8 anos.
Famílias não usuárias	Família 1: criança (sem informação de sexo e idade) - mãe (não trabalha fora de casa). Família 2: menina de 3 anos - mãe (não trabalha fora de casa), pai (sem informação de profissão), irmão de 12 anos e irmão de 15 anos.
Organizações sociais e/ou sindicais	Entrevista não realizada.

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

MUNICÍPIO B

Conforme consta no Relatório de Campo, os dados sobre a economia do município B, obtidos nas bases do IBGE, indicam tratar-se de um município rico, cujo PIB *per capita* é superior ao encontrado na Região Sudeste e em capitais dessa região. Esse município é majoritariamente urbano, contando com aproximadamente 97% da população em área urbana e 3% em área rural (IBGE, 2010). Demonstrando com a apresentação de dados da economia desse município, o Relatório da Pesquisa de Campo informa que *“as atividades econômicas desenvolvidas no mundo rural representam apenas 1,56 % do PIB total do município, ao passo que o setor industrial e de serviços ocupam mais 87% do total.”* (Relatório de Campo, município B, 2012).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural do município B são atendidas nas zonas rural e urbana. Existe, na Secretaria de Educação, uma equipe responsável pela Educação Infantil, mas não há equipes responsáveis pela Educação do Campo e pela Educação Infantil do Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil formalizadas em Lei Municipal, no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação e, ainda, nos seguintes documentos: Regimento Interno Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil, Manual de Procedimentos, Projeto Curricular da área de berçário, recreação e pré-escola e Diretrizes Municipais. A Secretaria informou também que existem orientações para a Educação do Campo formalizadas no Plano Municipal de Educação. Estas orientações não atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, mas contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas para a Educação Infantil das crianças de 0 a 6 anos. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona urbana	5230	4671
2. Matrículas na zona rural	68	71

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município B da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural acontecia em creches e pré-escolas públicas localizadas na zona rural e em creches e pré-escolas públicas e particulares localizadas na zona urbana. No ano de 2012, todas as crianças residentes em área rural estavam sendo atendidas na zona rural.

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	12	20	15	23	27	20	0

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município B da Região Sudeste.

Assentados da reforma agrária, agricultores familiares e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal.

Os professores que atendem às crianças na zona rural e na zona urbana são formados em Pedagogia. Na época da pesquisa, havia, na zona rural, 3 professores para a faixa etária de 0 a 3 anos e 6 para a faixa etária de 4 a 6 anos e, na zona urbana, 185 para a faixa etária de 0 a 3 anos e 255 para a faixa etária de 4 a 6 anos.

Na zona rural, havia 9 professores, 9 recreacionistas e 9 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município B contrata os professores da Educação Infantil das zonas rural e urbana através de concurso público.

Os professores fazem a opção por trabalhar nas zonas rural e urbana com as crianças de 0 a 6 anos.

O município B possui as seguintes ações de formação continuada/em serviço: reuniões pedagógicas mensais, cursos de atualização bimestrais e seminários e/ou congressos anuais. Estas ações ocorrem nas zonas rural e urbana e envolvem exclusivamente professores de creche e de pré-escola. Possui, também, Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 4. Sujeitos entrevistados no município B da Região Sudeste

Secretaria de Educação	Gerente da Educação Infantil
Escolas	Creche e pré-escola rural: Diretora Creche e pré-escola rural: Diretora
Famílias usuárias	Família 1: menino de 1 ano e 4 meses - mãe e pai (agricultores familiares - pai “faz bico” de garçom na cidade para complementar a renda), avô paterno, irmã de 6 anos, irmão de 4 meses. Família 2: menino de 3 anos - mãe e pai (agricultores familiares), avô e avó maternos, tio materno, irmã de 18 anos, irmão de 14 anos.
Famílias não usuárias	Família 1: menina de 9 meses - mãe e pai (agricultores familiares - “fazem bico” para complementar a renda. O pai estava trabalhando também como pedreiro no próprio assentamento), irmã de 11 anos e irmão de 10 anos. Família 2: menina de 10 meses - mãe e pai (agricultores familiares - A mãe também trabalha como doméstica e o pai estava trabalhando também como pedreiro no próprio assentamento), irmão de 16 anos e irmão de 10 anos. Família 3: menino de 7 meses e menino de 2 anos - mãe (não trabalha fora de casa) e pai (agricultor). Família 4: menina de 2 anos de idade - mãe (não trabalha fora de casa), pai (agricultor), irmão de 12 anos e irmã de 10 anos.
Organizações sociais e/ou sindicais	Entrevista não realizada.

Fonte: Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural” - 2012

MUNICÍPIO C

O município C possui área de 598.824 km² (IBGE/2010), correspondente a 12% da área territorial do Estado a que pertence e população estimada, em 2010, pelo IBGE, em 35.411 habitantes (Relatório de Campo, município C, 2012). Essa

população está distribuída do seguinte modo: aproximadamente 85% em área urbana e 15% em área rural (IBGE, 2010).

O município C possui 2 estabelecimentos de extração mineral (2003-CIDE); 59 estabelecimentos industriais de transformação e 19 de construção civil (2003-CIDE); 271 estabelecimentos comerciais (2003-CIDE); 213 estabelecimentos de serviços e 4 estabelecimentos hoteleiros. Possui 26 centros de saúde/unidade básica, 7 clínicas/ambulatórios de especialidade, 36 consultórios isolados, 1 hospital, 3 policlínicas (Relatório de Campo, município C, 2012, p. 14).

No município, predominam a agropecuária, a extração vegetal, a pesca e a prestação de serviços. Possui uma limitada produção de frutas, mas apresenta bom potencial de desenvolvimento em função da capacidade de processamento industrial já instalada (Relatório de Campo, município C, 2012).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural do município C são atendidas nas zonas rural e urbana. Conforme informações da Secretaria de Educação, há equipes responsáveis pela Educação Infantil, pela Educação do Campo e pelo acompanhamento pedagógico da Educação Infantil do Campo. Também existem orientações para a Educação Infantil formalizadas no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação e no Plano Curricular para a Educação Infantil – 0 a 6 anos. Entretanto, estas orientações não contemplam as especificidades das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. A Secretaria informou ainda que existem orientações para a Educação do Campo formalizadas no Plano Municipal de Educação e no Programa Escola Ativa. As orientações da Educação do Campo contemplam somente as especificidades da pré-escola - crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural. As orientações para a Educação Infantil não atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Segundo o entrevistado, conforme consta no Relatório da Pesquisa de Campo realizada no

município C, as duas orientações – Educação Infantil e Educação do Campo – contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas das pré-escolas. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona urbana	257	517
2. Matrículas na zona rural	35	242

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município C da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural na zona rural acontecia em instituições públicas para as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, e também em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental e salas multisseriadas de Ensino Fundamental para crianças de 4 a 6 anos. Na zona urbana, as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos eram atendidas em creches e pré-escolas públicas e em instituições conveniadas. As crianças de 4 a 6 anos também eram atendidas em pré-escolas particulares e prédios ou salas anexas a escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental.

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	6	5	24	96	97	49
2. Na zona urbana	8	64	65	120	193	201	123

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município C da Região Sudeste.

Agricultores familiares e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	3	11	6	14
2. Ensino Superior: Pedagogia Completo	0	0	5	7
3. Ensino Superior: Outro Curso Completo	1	4	1	34
4. Especialização Completa	0	1	2	9
Total	4	16	14	64

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município C da Região Sudeste.

Na zona rural, havia 10 professores e 10 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município C contrata os professores da Educação Infantil das zonas rural e urbana através de concurso público e contrato temporário.

Os critérios utilizados para designar os professores de Educação Infantil para as zonas rural e urbana são: formação específica, opção do professor e antiguidade na rede municipal de ensino.

O município C possui as seguintes ações de formação continuada/em serviço: reuniões pedagógicas mensais e cursos de atualização bimestrais. A Secretaria de Educação informou que também são realizadas visitas pedagógicas e oficinas pedagógicas e que a formação continuada acontece nas zonas rural e urbana envolvendo exclusivamente professores de creche e de pré-escola. O município C não possui Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 5. Sujeitos entrevistados no município C da Região Sudeste

Secretaria de Educação	Secretária de Educação.
Escolas	<i>Creche (a partir dos 3 anos) e pré-escola rural:</i> Diretora Adjunta. <i>Creche (a partir dos 3 anos) e pré-escola rural:</i> Diretora Geral. <i>Creche (a partir dos 3 anos) e pré-escola rural (única sala - multisseriada - crianças de 3 a 12 anos):</i> Professora e Diretora.
Famílias usuárias	<i>Família 1:</i> menino de 3 anos - mãe (não trabalha fora de casa), pai (policia militar) e irmã de 11 anos. <i>Família 2:</i> menino de 4 anos - mãe (secretária escolar), pai (lavrador e trabalha com gado no sítio da família) e irmão de 14 anos.

Famílias não usuárias	<p>Família 1: menina de 8 meses - mãe e pai (desempregados). Respondente foi a avó da menina, que trabalhava em uma das escolas visitadas pela equipe.</p> <p>Família 2: menina de 3 anos - mãe (não trabalha fora de casa), pai (sem informação de profissão), irmão de 12 anos e irmão de 15 anos.</p> <p>Família 3: meninos de 2 anos - mãe (não trabalha fora de casa. Quando pode, ajuda o marido), pai (lavrador), irmão de 18 anos e irmã de 9 anos.</p>
Organizações sociais e/ou sindicais	<p>Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.</p>

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

MUNICÍPIO D

O município D localiza-se ao sul do Estado a que pertence, com 664,226 Km de extensão territorial. Sua população constitui-se predominantemente de descendentes de italianos. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é 0,762 (médio alto), estando na 16ª posição entre os 78 municípios do estado. O município tem seu relevo bastante acidentado e temperatura média de 22°C. A população total residente no município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 34.747 habitantes, sendo 17.401 homens e 17.346 mulheres, dos quais 63% estão na área urbana e 37%, na área rural.

O município é o segundo pólo econômico do sul do Estado. As atividades do setor primário estão ligadas à pecuária de corte e leiteira e à agricultura, com destaque para a produção de café e fruticultura e a extração de pedras ornamentais. No setor secundário, destacam-se as indústrias de confecções, tinta, minério e minerais. No setor terciário, possui um comércio diversificado e a área de serviços promissora (Relatório de Campo, município D, 2012).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 3 anos de idade residentes em área rural do Município D são atendidas somente na zona urbana e as crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural são atendidas nas zonas rural e urbana. Existe, na Secretaria de Educação, uma equipe responsável pela Educação Infantil, mas não há equipe responsável pela Educação do Campo e pela Educação Infantil do

Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil formalizadas, entretanto, a entrevistada não identificou em qual documento municipal e citou somente documentos relativos aos registros sobre as crianças nas escolas: Relatórios, Ficha de Avaliação, Matrícula, dentre outros. As orientações para a Educação Infantil não atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, mas contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas da Educação Infantil. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças na Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona urbana	416	486
2. Matrículas na zona rural	0	224

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município D da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural na zona rural acontecia em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental e em salas multisseriadas de Ensino Fundamental. Na zona urbana, as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos eram atendidas em creches e pré-escolas públicas. As crianças de 4 a 6 anos também eram atendidas em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental.

Agricultores familiares e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Especialização Completa	0	14	35	33
2. Mestrado e/ou Doutorado	0	0	1	0
Total	0	14	36	33

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município D da Região Sudeste.

O município D contrata os professores da Educação Infantil da zona rural através de concurso público, contrato temporário e processo seletivo.

Os critérios utilizados para designar os professores de Educação Infantil para a zona rural são: pontuação na carreira, formação específica, opção do professor e processo seletivo.

O município D possui as seguintes ações de formação continuada/em serviço: cursos de atualização mensais e reuniões pedagógicas bimestrais. Estas ações ocorrem na zona rural e envolvem professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conjuntamente. O município D possui também Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 6. Sujeitos entrevistados no município D da Região Sudeste

Secretaria de Educação	Coordenadora pedagógica e pedagoga com especialização em Planejamento Educacional.
Escolas	<i>Pré-escola rural:</i> Coordenadora Pedagógica. <i>Pré-escola rural:</i> Diretora. <i>Creche urbana:</i> Diretora.
Famílias usuárias	<i>Família 1:</i> menina (sem identificação de idade) - mãe e pai (lavradores) e 2 irmãos (sem identificação de sexo e idade). <i>Família 2:</i> menina de 4 anos - mãe (não trabalha fora de casa), pai (trabalha com marcenaria) e irmã de 9 anos. <i>Família 3:</i> menino de 4 anos - mãe (diarista), pai (lavrador - carteira assinada), irmão de 10 anos e irmã de 7 anos.
Famílias não usuárias	<i>Família 1:</i> menino de 2 anos e menina de 4 meses - mãe e pai (lavradores - “colonos”, “trabalhadores avulsos”), irmão de 7 anos e irmão de 5 anos. <i>Família 2:</i> menina de 2 anos e 7 meses - mãe (agente de saúde) e pai (mecânico). <i>Família 3:</i> menina de 2 anos - mãe (não trabalha fora de casa) e pai (empregado rural com carteira assinada).
Organizações sociais e/ou sindicais	Diretor, outro dirigente e a secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”- 2012

MUNICÍPIO E

O município E apresenta uma área territorial de 202, 920 Km² e a distribuição local de moradia compreende um total de 3.843 endereços urbanos de 2.312 endereços rurais (IBGE, 2010).

A população rural de 0 a 3 anos corresponde a 206 crianças, a população de crianças de 4 a 6 anos perfaz 172 crianças e, portanto, a população de 0 a 6

anos totaliza 378 crianças (IBGE, 2010). No aspecto econômico, o município registra o seguinte cenário: no setor primário, destacam-se como principais produtos a banana e o café; no setor secundário, produções para Cooperativa de Laticínios e no setor terciário, venda de produtos de autopeças, agroindústria e agroturismo, sendo que a agricultura, de uma forma geral, e principalmente a agricultura familiar têm grande peso social e econômico no município (PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011-2013, 2012).

No que se refere a características sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano do município apresenta, em média, o índice de 0,79 (PNUD/2000) e o município possui, em relação ao aspecto étnico, 8.619 pessoas de cor ou raça branca, 267 de cor ou raça preta e 3.612 habitantes de cor ou raça parda. A população residente alfabetizada perfaz um número de 10.784 pessoas e as escolarizadas estão distribuídas da seguinte forma: Ensino Fundamental 2009 - 1.592 matrículas e Ensino Médio 2009 - 418 matrículas. (Relatório de Campo, município E, 2012).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 3 anos de idade residentes em área rural do município E são atendidas somente na zona urbana, enquanto as de 4 a 6 anos são atendidas nas zonas rural e urbana. Existe, na Secretaria de Educação, uma equipe responsável pela Educação Infantil e pela Educação do Campo e pelo acompanhamento pedagógico da Educação Infantil do Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil e para a Educação do Campo formalizadas, entretanto, não foi informado em quais documentos municipais elas estão presentes, fazendo-se referência somente a documentos nacionais. As orientações atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas da Educação Infantil. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona urbana	291	229
2. Matrículas na zona rural	0	46

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município E da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural na zona rural acontecia em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental para crianças de 4 a 6 anos. Na zona urbana, as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos eram atendidas em creches e pré-escolas públicas. As crianças de 4 a 6 anos também eram atendidas em prédios ou salas anexas a escolas públicas.

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	0	19	23	3
2. Na zona urbana	3	7	15	30	13	29	5

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município E da Região Sudeste.

Agricultores familiares e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal. A Secretaria Municipal incluiu também as seguintes populações entre as populações do campo: empresários, caminhoneiros, produtores rurais, profissionais liberais e funcionários públicos.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	0	1	3	0
2. Ensino Superior: Pedagogia Completo	0	0	2	0
4. Especialização Completa	0	2	29	13

Total	0	3	34	13
-------	---	---	----	----

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município E da Região Sudeste.

Na zona rural, havia 4 professores e 5 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Na zona urbana, 51 professores e 18 auxiliares de serviços gerais prestavam esse atendimento.

O município E contrata os professores da Educação Infantil, das zonas rural e urbana, através de concurso público e processo seletivo.

O processo seletivo foi indicado como o único critério utilizado para designar os professores de Educação Infantil para as zonas rural e urbana.

O município E possui as seguintes ações de formação continuada/em serviço: reuniões pedagógicas semanais, cursos de atualização mensais e seminários e/ou congressos anuais. Estas ações ocorrem na zona urbana e envolvem professores de creche e pré-escola conjuntamente e também professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental coletivamente. O município E possui, também, Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 7. Sujeitos entrevistados no município E da Região Sudeste

Secretaria de Educação	Subsecretária de Educação, acompanhada do Subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Escolas	Creche rural: Coordenadora pedagógica Pré-escola urbana: Coordenadora. Pré-escola urbana: Diretora.
Famílias usuárias	Família 1: menino de 2 anos - mãe (costureira). Família 2: menina de 5 anos - mãe e pai (lavradores). Família 3: menino de 4 anos - mãe (professora), pai (microempresário) e irmão de 8 anos.
Famílias não usuárias	Família 1: menina de 6 meses - mãe (não trabalha fora de casa) e pai (agricultor). Família 2: menino de 9 meses - mãe (lavradora) e pai (impressor gráfico). Família 3: menina de 1 mês e 7 dias - mãe (servente), irmão de 13 anos e irmã de 6 anos.
Organizações sociais e/ou sindicais	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

MUNICÍPIO F

O município F conta com uma população de 65.464 habitantes, dos quais aproximadamente 63% estão na área urbana e 37%, na área rural. É a terceira maior cidade em população urbana e em população geral do norte do estado a que pertence, sendo também a quinquagésima terceira maior cidade deste, estando em franco desenvolvimento (Relatório de Campo, município F, 2012).

A economia do município baseia-se na agricultura, na pecuária, no artesanato e nos serviços gerais. Desde o seu surgimento, dedica-se à produção da cana-de-açúcar, havendo mais de trinta engenhos nas imediações do povoado. Parte da sua produção de cachaça é exportada para outros estados e para países europeus e asiáticos. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.699, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000) (Relatório de Campo, município F, 2012).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural do município F são atendidas somente na zona rural. Existe, na Secretaria de Educação, uma equipe responsável pela Educação Infantil e pela Educação do Campo e pelo acompanhamento pedagógico da Educação Infantil do Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil e para Educação do Campo formalizadas no Plano Municipal de Educação. O entrevistado informou ainda que estas orientações contemplam as especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e contribuem para a elaboração das propostas pedagógicas da Educação Infantil. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1. Matrículas na zona rural	55	424

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município F da Região Sudeste.

A oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural na zona rural acontecia em instituições públicas para as crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos de idade, e também em prédios ou salas anexas a escolas públicas de Ensino Fundamental e salas multisseriadas de Ensino Fundamental.

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	55	190	234	0

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município F da Região Sudeste.

Agricultores familiares, quilombolas e ribeirinhos são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e matriculadas na rede municipal.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Ensino Médio Completo	0	1	0	0
2. Magistério Completo	10	42	11	20
3. Ensino Superior: Pedagogia Completo	0	0	3	23
4. Ensino Superior: Outro Curso Completo	0	2	6	8
Total	10	45	20	51

Fonte: Questionário preenchido pela Secretaria Municipal de Educação do município F da Região Sudeste.

Na zona rural, havia 42 professores e 21 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município F contrata os professores da Educação Infantil das zonas rural e urbana através de concurso público e processo seletivo.

Os critérios utilizados para designar os professores de Educação Infantil para as zonas rural e urbana são: formação específica e processo seletivo.

O município F não forneceu informações sobre as ações de formação continuada/em serviço e informou possuir Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO 8. Sujeitos entrevistados no município F da Região Sudeste

Secretaria de Educação	Secretária Municipal de Educação; Diretora de Educação do Campo; Vice-diretora de Educação do Campo; Diretora da Educação Básica.
Escolas	Foram visitadas e observadas 3 pré-escolas rurais da amostra e 1 pré-escola rural não constante desta. Foi realizada uma entrevista com a Diretora de Educação do Campo e a Vice-diretora de Educação do Campo, que são responsáveis pela gestão centralizada de todas as escolas da zona rural do município.
Famílias usuárias	Família 1: menina de 5 anos - mãe (agricultora) e 1 irmã(o) (sem informação de sexo e idade). Família 2: menina de 5 anos - mãe, pai e 1 irmã(o) (sem informação de sexo e idade) - agricultores. Família 3: menina de 5 anos - mãe, pai e 1 irmã(o) (sem informação de sexo e idade) - Ocupação dos pais - outras atividades não relacionadas ao campo.
Famílias não usuárias	Família 1: menino de 4 anos - mãe, pai e 6 irmãs(os) (sem informação de sexo e idade) - agricultores. Família 2: menino de 2 anos e 4 meses - mãe (não trabalha fora de casa), pai (vigia), 4 irmãs(os) (sem informação de sexo e idade).
Organizações sociais e/ou sindicais	Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural" - 2012

4 | ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE CAMPO DOS ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDESTE

Oferta e demanda por Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural

Como expresso no título da pesquisa nacional da qual faz parte este relatório regional, o conhecimento da oferta, pelo poder público municipal, de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e a demanda por este direito foram questões centrais que ensejaram a realização do estudo. Sendo assim, procurou-se reunir, neste item, as informações obtidas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa qualitativa que diziam respeito à oferta e à demanda por Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural. Portanto, o item contempla as manifestações dos sujeitos pesquisados

quando questionados sobre a necessidade ou não de creche/pré-escola e o interesse em matricular ou não as crianças pequenas. A demanda explícita foi identificada quando exposta pela escola, ou Secretaria, através da lista de espera, e também quando se comparou a oferta com o número de crianças de 0 a 6 anos residentes no município. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos a partir da EC 59/2009 é considerado demanda explícita, pois todas as crianças têm direito à matrícula e, até 2016, deverão estar matriculadas. A demanda latente se articula ao reconhecimento da Educação Infantil como um direito dos bebês, das crianças e de suas famílias, mesmo quando este direito não é assegurado e, sequer, reivindicado.

Apresentam-se, primeiramente, as informações obtidas durante a pesquisa de campo em cada um dos seis municípios da região sudeste e, ao final, são feitas considerações acerca destas informações, tendo como referência os dispositivos legais da Educação Infantil e da Educação do Campo.

MUNICÍPIO A

De acordo com informações do representante da Secretaria Municipal de Educação do município A, o acesso à pré-escola em período parcial é oferecido aos que procuram matrícula, desde que haja vaga. Já em relação à oferta de creche, que no município diz respeito ao atendimento em horário integral para a criança de até 4 anos, 11 meses e 29 dias, a matrícula dos bebês e crianças está condicionada ao trabalho materno. As mães devem apresentar comprovante de emprego, oferecido pelo empregador e renovado a cada três meses, e avisar imediatamente à escola se deixarem o emprego. Nesta situação, devem encontrar novo emprego em até 30 dias para que sua criança não perca a vaga. Informou ainda que são feitos outros acordos, dependendo do caso.

Em relação ao atendimento das crianças residentes em área rural, o representante da Secretaria informou que este atendimento ocorre com o transporte das crianças por meio do programa federal Caminho da Escola. Fez referência à

existência de uma creche municipal construída com recursos do programa Pró-Infância, do governo federal, e de duas creches conveniadas.

Quando perguntado sobre a obrigatoriedade de oferta para todas as crianças de 4 e 5 anos, o representante informou que, apesar de achá-la importante, acredita que o *prefeito* não conseguirá atendê-la em virtude das dificuldades financeiras para manter a estrutura necessária ao atendimento das crianças na zona urbana. Ao mesmo tempo, disse que o município já está preparado para atendimento das crianças da faixa etária de 4 a 6 anos residentes em área rural.

Quanto ao atendimento próximo ao lugar de moradia das crianças, informou que considera ideal, mas que o município, devido às suas características geográficas, tem dificuldade para encontrar terrenos para a construção de creches.

Em relação ao atendimento a crianças deficientes residentes em área rural, afirmou que ele ocorre e que existe um mediador que acompanha a criança na sala de aula. Informou, ainda, que em alguns meses seria inaugurada uma escola para atendimento a cegos, surdos, autistas e superdotados.

No município A, foram visitadas três escolas localizadas na zona rural. Duas delas oferecem creche e pré-escola e a terceira, somente pré-escola. Nas duas primeiras, as entrevistadas confirmaram as informações do representante da Secretaria Municipal de Educação, informando que, como a demanda por vagas é maior do que a oferta, a prioridade é de matrículas de crianças de mães trabalhadoras. Nessas escolas, há listas de espera com bebês e crianças que não conseguiram vagas. Em relação à obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 a 6 anos, informaram que faltam vagas, inclusive para esta faixa etária, contrariando o que foi dito pelo representante da Secretaria. A entrevistada da primeira escola, inclusive, explicitou sua sugestão de que fossem criadas escolas que atendessem à lista de espera existente na instituição. Em relação ao transporte, a representante da primeira escola disse que este é realizado pelos próprios pais das crianças. A representante da segunda escola, por sua vez, informou que as crianças moram no entorno e que não reconhece a área da escola como rural. Já a representante da terceira escola afirmou que o transporte é realizado por um micro-ônibus do

governo federal que pega as crianças a partir de 5h30 da manhã, mas no momento da pesquisa este veículo estava quebrado e, por esta razão, uma Kombi estava sendo utilizada para o transporte das crianças.

Foram entrevistadas três famílias de crianças matriculadas nas escolas visitadas. Duas famílias ratificaram a existência de uma demanda maior do que a oferta e uma das famílias afirmou que a creche conveniada atende à demanda da comunidade. Uma das famílias também apresentou a sugestão de aumento de vagas. Duas famílias assinalaram a inexistência do transporte escolar para as crianças residentes em suas comunidades. Foram também entrevistadas duas famílias com bebês que não conseguiram vagas nas creches do município. As mães explicitaram que seus filhos estavam fora das creches porque elas não estavam empregadas. Uma delas, inclusive, chamou a atenção dos pesquisadores, conforme descrito no trecho a seguir:

Dentre as mães não atendidas, o principal tema foram os critérios de distribuição de vagas adotados tanto no município quanto nas escolas conveniadas, que reservam o atendimento aos filhos de mães trabalhadoras. No caso destas, uma das mães fica em tempo integral com a filha e a outra deixa a filha com a sogra para poder estudar. A primeira, que a princípio não queria receber-nos, pois “era pessoa de muito pouco estudo”, fez uma declaração comovente e com uma clareza que, quiséramos nós, tivessem as autoridades. Disse ela que não se importava em ficar o tempo todo com sua menina, que isto era para ela um prazer, pois ela dispunha deste tempo por não estar trabalhando. Mas estar na escola era um direito da menina. Ela tinha o direito de estar entre “os amiguinhos”, vivendo entre crianças coisas próprias da vida de criança. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Os pesquisadores também trouxeram outros elementos sobre a oferta e a demanda por Educação Infantil no município A, ao se referirem a uma das escolas visitadas, que era uma instituição conveniada que estava passando por um processo de intervenção da Secretaria Municipal de Educação:

a despeito de toda inadequação, a escola possui uma larga lista de espera com crianças de todas as idades, o que deixa clara a existência de uma demanda que o poder público não tem como suprir e que, caso o processo de intervenção defina pela interrupção do convênio, deixará toda uma população de crianças

sem atendimento. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Informaram, também, que tanto nas escolas municipais como nas conveniadas o termo creche não designava uma faixa etária, mas o atendimento em horário integral para crianças de até 4 anos, 11 meses e 29 dias, como informado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação. No final do relatório, afirmaram ainda:

Não existe, a rigor, algo que se possa chamar de Educação do Campo, especialmente destinada aos pequenos. Nas ilhas, onde a condição caiçara ainda persiste no modo de produção da existência, talvez encontremos o que mais se aproxima disto, no entanto, a Educação Infantil não aparece aí representada. As crianças são transportadas por meio de barco de uma praia a outra, de modo que o atendimento possa se estabelecer entre uma população rarefeita e espalhada em grande área geográfica. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)

MUNICÍPIO B

A representante do município B informou que atualmente existem três unidades de Educação Infantil que atendem às crianças residentes em área rural, sendo duas delas inauguradas há menos de um ano e localizadas em assentamentos. O atendimento nestas três unidades inclui os bebês e crianças da creche e as crianças da pré-escola. As duas unidades recém-inauguradas substituíram o atendimento que era realizado somente com uma sala anexa ao Ensino Fundamental, para as crianças da pré-escola. A entrevistada informou, ainda, que os prédios foram desenhados para atender a até 150 crianças e que, hoje, o número de crianças atendidas é bem menor do que a capacidade.

Em relação à oferta de Educação Infantil no município, a representante afirmou que é antiga e ocorre há quarenta, cinquenta anos e que, hoje, existem quarenta unidades de Educação Infantil no município. Afirmou, também, que a Secretaria Municipal de Educação possui vários documentos que norteiam este atendimento, exemplificando com os regimentos internos das escolas, as diretrizes

municipais, o manual de procedimentos, os projetos curriculares de berçário, recreação e pré-escola, e com os projetos político-pedagógicos das escolas. Entretanto, explicitou que uma grande preocupação da Secretaria é promover a adaptação destes documentos para a realidade do campo. Afirmou que, apesar de reconhecer que o direito da criança à escola, ao cuidar/educar e ao brincar é o mesmo, é preciso que os documentos contemplem a questão específica das crianças do campo.

Como aspecto mais positivo da oferta de Educação Infantil, a representante da Secretaria Municipal de Educação asseverou o fato de garantir o direito da criança à escola no campo, próximo a sua casa, independente de sua mãe ser trabalhadora ou não, complementando que, diferentemente da cidade, no campo não existe falta de vagas. Explicitou, ainda, que a oferta desse direito requer um espaço adequado, brinquedos, materiais, equipamentos e profissionais concursados e com formação para atender a essas crianças. Informou também que esperava maior procura de vagas nas áreas rurais. Ao falar dessa baixa demanda, a representante comentou dois aspectos que podem influenciá-la situação: o horário de entrada das crianças e o transporte. No município, as mães acompanham os bebês e crianças no trajeto casa-escola-casa e isso ocorre tanto no período integral quanto no período parcial. A resistência à matrícula no período integral está no horário de início, que obriga os bebês e crianças a acordarem muito cedo e a dificuldade no período parcial é o tempo gasto pelas mães com o transporte, pois como acompanham a entrada e a saída, precisam ter essa disponibilidade. Salientou, ainda, que a demanda é maior pelo berçário, onde as *agentes educacionais* podem cuidar de até seis bebês. Já na fase da pré-escola, como as professoras possuem até 20 alunos, a oferta é sempre maior que a demanda, nas escolas do campo.

A representante da Secretaria Municipal de Educação disse acreditar que os alunos devam estudar perto do lugar onde moram e que o planejamento na cidade é feito para que se contemple essa proposição, mas que no campo, pensando na distância dos lotes nos assentamentos, essa realidade é inviável e o caminho seria melhorar o transporte, cada vez mais.

Ao comentar sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a

representante da Secretaria informou que os recursos são suficientes para a atual oferta que a Secretaria possui, entretanto, ponderou que a melhoria da qualidade desta oferta depende de mais recursos. Citou especificamente as dificuldades enfrentadas pelo município para o atendimento aos bebês e crianças de 0 a 2 anos. Nesta faixa etária, o município adota a proporção de 5 bebês para cada adulto e, com este padrão, não consegue atender a toda a demanda. Por essa razão, utiliza o critério da mãe trabalhadora para definir os bebês e crianças que serão atendidos. Com mais recursos, acredita que o município conseguiria atender a todos os bebês e crianças, sem que fosse necessário aumentar a proporção adulto-criança.

As representantes das duas escolas localizadas na zona rural confirmaram as informações da representante da Secretaria Municipal de Educação, informando que a oferta é maior que a demanda para toda a Educação Infantil – creche e pré-escola.

No que se refere ao transporte, a representante da primeira escola esclareceu que existem basicamente três modalidades: as famílias moradoras da agrovila, no entorno da escola, levam e buscam suas crianças a pé. Estas são a maioria. No entanto, um número ainda relevante de famílias vive nos lotes e, para elas, a solução encontrada pela Secretaria foi disponibilizar, àquelas que possuem crianças menores de 3 anos, o transporte para buscar a mãe ou algum outro membro da família e a criança em sua residência e, depois, retornar com elas/eles para sua casa. Para as crianças maiores, existe em todo veículo um monitor que as acompanha. A representante enfatizou, ainda, que a compra dos ônibus amarelos do governo federal melhorou bastante o transporte nos dias de chuva, pois estes veículos são equipados para promover travessias em estradas com condições precárias de conservação.

A representante da segunda escola também ratificou a informação das representantes da Secretaria e da primeira escola, informando que as crianças de 0 a 3 anos são transportadas com o auxílio das mães, que as levam e buscam junto com o ônibus. Entretanto, as crianças de 4 e 5 anos são transportadas em ônibus sem a presença de monitor, dado diferenciado, portanto, da situação relatada pela representante da primeira escola. Os pesquisadores ressaltaram que nesse assentamento não há agrovila e os lotes são bem mais distantes da escola.

Destacaram também que, em outro momento da entrevista, a representante explicitou que duas meninas da escola, que foram vistas pelos pesquisadores, estavam com as pernas enfaixadas por terem sofrido um acidente de moto, realidade muito comum no assentamento.

Sobre pontos positivos e negativos do atendimento às crianças residentes em área rural, a representante da segunda escola afirmou que o aspecto positivo é a garantia do acesso da criança do campo à escola. Ao tratar dessa temática, enfatizou o dispositivo legal que afirma que as crianças têm o direito de estudar em local próximo a sua casa. Sobre o ponto de maior dificuldade, retomou novamente as questões do transporte, pois afirmou que a escola está isolada da rede de atendimento social. Exemplificou afirmando: “Se a criança precisa ir a um psicólogo, tem que se locomover até a cidade. Essa é a maior dificuldade. Não se pode realizar uma excursão a um museu ou a festas tradicionais da cidade, como o dia da criança, ou ir a um teatro”.

Duas famílias, uma com criança matriculada na Educação Infantil e outra com criança não matriculada, também confirmaram que a oferta de vagas é maior do que a demanda da comunidade.

As três famílias com crianças matriculadas ratificaram a informação das representantes da Secretaria Municipal de Educação e das escolas de que o transporte dos bebês e crianças menores é feito com o auxílio das mães e destacaram as dificuldades que esta situação acarreta para o cotidiano de suas famílias, impedindo, por exemplo, o trabalho de colheita. Desse modo, colocaram como sugestão que o município disponibilizasse monitores para acompanhar as crianças. Uma das famílias que não possuem crianças matriculadas destacou que o fato do transporte ser realizado com o auxílio das mães dificulta a matrícula dos bebês e das crianças de até 3 anos, sendo esta a situação da família, que vai, então, esperar que a criança fique maior para poder matriculá-la na Educação Infantil.

MUNICÍPIO C

O representante da Secretaria Municipal de Educação informou que, no município C, existe somente uma creche em área rural, a qual atende a crianças de 0 a 6 anos que moram próximas à instituição. As demais escolas da área rural atendem a crianças de 3 a 6 anos de idade. Informou, ainda, que esse atendimento existe por influência da LBDEN e da Emenda Constitucional 59, que torna obrigatória a frequência das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil.

Quando perguntado sobre os desafios no atendimento às crianças residentes em área rural, o representante da Secretaria enfatizou dois aspectos: o primeiro referente ao esvaziamento da área rural, o que, segundo ele, induz o atendimento das crianças em áreas de pólos e ocasiona o fechamento de escolas da área rural. A última escola foi inaugurada na década de 90. Esse aspecto foi retomado quando apresentou sua opinião sobre a oferta da Educação Infantil próxima à residência das crianças e afirmou que a considera importante, mas impossível, visto que haveria escola que atenderia somente a uma criança. O segundo aspecto apontado como desafio foi a suposta ausência do interesse da comunidade. Conforme depoimento do representante, as famílias não mandam crianças de 3 anos para a escola. Destacou, ainda, que o município procura as famílias na área rural, especialmente para identificar se existem crianças de 4 anos que não frequentam a escola e, nesse caso, aciona o Conselho Tutelar. Ao comentar sobre os aspectos que facilitam ou dificultam a frequência das crianças às escolas, o representante destacou o fato das crianças residentes em área rural serem transportadas e das estradas serem muito ruins.

O representante informou ainda que não pode ampliar a oferta de vagas por causa do limite de gastos com pagamento de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas reconhece que, para melhorar, deveria criar creches e pré-escolas na sede dos distritos, com horário integral. Apresentou também as dificuldades com a estrutura física das escolas, uma vez que são prédios cedidos.

As três escolas visitadas, localizadas na área rural, atendiam a crianças de 3 a 6 anos de idade. As representantes destas escolas afirmaram que o único critério

de matrícula é a idade da criança: 3 anos completos até 30 de março. Em todas as instituições, a oferta é maior do que a demanda, sendo que, na terceira, a representante afirmou que há pouca procura por vagas.

Em relação ao transporte escolar, a representante da primeira escola informou que o transporte é realizado por uma Kombi do município e por outra, terceirizada, e que o percurso entre a escola e as casas das crianças é de, no máximo, três quilômetros. A representante da segunda escola afirmou que a prefeitura oferece o transporte e estimou que o trajeto de ida e volta entre a escola e as casas das crianças é de trinta quilômetros. Destacou que considera como pontos negativos do atendimento as estradas, as chuvas e a distância entre a escola e a moradia das crianças, por isso apontou a necessidade de investir em infraestrutura e transporte escolar como medidas para ampliar e melhorar o atendimento da Educação Infantil no município. A representante da terceira escola informou que não há transporte do município para as crianças, que chegam à escola a pé ou de bicicleta, e que o motivo disto é o fato da escola atender a seis crianças apenas e que o transporte só é oferecido quando são atendidos quinze alunos ou mais. Destacou, também, a relevância do transporte escolar para as crianças do campo permanecerem no campo.

Uma das famílias entrevistadas, com criança matriculada na Educação Infantil, afirmou que seria importante existir atendimento para os bebês e crianças de 0 a 3 anos para que suas mães pudessem trabalhar. Essa mesma opinião foi apresentada pelas duas famílias de crianças não matriculadas na Educação Infantil, as quais apresentaram a sugestão de que o município ofereça o atendimento em creche, na comunidade onde moram.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município indicou como possibilidade de ampliação/melhoria do atendimento o aumento do número de escolas de Educação Infantil, afirmando que não tem escola para todas as crianças e que as famílias manifestam interesse em matricular os filhos.

MUNICÍPIO D

A representante da Secretaria Municipal de Educação do município D afirmou que nele não há atendimento de Educação Infantil aos bebês e crianças de 0 a 3 anos residentes na área rural, com exceção de algumas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social e são atendidas em creches já existentes na área urbana. Quanto às crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural, todas são atendidas, não havendo lista de espera. O principal desafio enfrentado pela Secretaria está justamente no atendimento aos bebês e crianças de 0 a 3 anos, pois transportá-los para a área urbana seria muito difícil, uma vez que a área rural do município é muito extensa, as estradas são irregulares e não há transporte adaptado para eles. Informou também que a procura pelo atendimento a essa faixa etária quase não existe, dizendo que no ano de 2012, só houve um caso.

Quanto ao atendimento da faixa etária de 4 a 6 anos, a representante afirmou que o município vem investindo nas escolas pólos de tempo integral na área rural. Possui três unidades construídas e quatro em reforma, atendendo desde a pré-escola ao Ensino Fundamental e contemplando várias comunidades. A representante da Secretaria considera que, apesar de ainda não ser a ideal, a infraestrutura dessas unidades é boa, pois tem todos os espaços educativos, biblioteca, quadras, caixas de areia, brinquedoteca etc., suprimindo, na sua visão, as necessidades das crianças. Entre as unidades que estão sendo construídas, uma está usando recursos do Programa Pró-Infância do governo federal.

Conforme a representante da Secretaria Municipal de Educação, o município não fechou escolas nos últimos anos, mas realizou, em consenso com as comunidades envolvidas, o processo de nucleação. De acordo com a participante, ainda existem escolas isoladas, com um número reduzido de crianças devido ao processo de migração para as escolas pólos, mas que não serão fechadas sem o consentimento das comunidades onde estão inseridas. Afirmou também que deve haver oferta de Educação Infantil, mas que a existência de escolas em cada comunidade é inviável. Apontou o transporte como um modo de solucionar essa

questão, pois, no município, o transporte percorre todas as comunidades e o tempo médio que a criança fica em percurso é de trinta minutos. Ao comentar sobre os fatores que ajudam ou dificultam a frequência das crianças residentes em área rural às escolas, a representante atrelou a frequência ao Programa Bolsa Família e afirmou não ter problemas, exceto no período de chuvas, devido à geografia do município, pois existem comunidades de difícil acesso.

No município D, foram visitadas duas pré-escolas localizadas na área rural e uma creche e pré-escola localizada na área urbana. As representantes das escolas da área rural confirmaram as informações da representante da Secretaria Municipal de Educação de que a oferta de vagas para as crianças de 4 a 6 anos é superior à demanda e que, por esta razão, não existem critérios de matrícula. A representante da creche urbana informou que o critério de matrícula para as crianças residentes em áreas rurais é a disponibilidade de transporte. Quando a família solicita a vaga, verifica-se a disponibilidade do transporte e, *“se houver, a criança está matriculada”*. A entrevistada confirmou ainda a informação de que se privilegiam as crianças em situação de vulnerabilidade social.

Ao tratar especificamente da questão do transporte escolar, as representantes informaram que existe o transporte oferecido pelo município, mas que não há monitor para acompanhar as crianças no percurso. A representante da primeira escola informou que, em alguns trechos, os professores acompanham as crianças e a representante da segunda escola ressaltou que mães e irmãos também acompanham as crianças, especialmente no período de adaptação. A representante da terceira escola salientou que as crianças são acompanhadas por professores e funcionários que também usam o transporte escolar e que havia um único bebê no transporte, o qual era acompanhado pela irmã. Afirmou que uma das falhas da escola é não acompanhar o transporte das crianças. Os pesquisadores destacaram, inclusive, que esta representante não soube informar quais comunidades rurais eram atendidas pelo transporte. Ao se referir à participação das famílias na escola, ela novamente falou das dificuldades relativas ao transporte como um obstáculo para que estas famílias participassem das reuniões, que geralmente aconteciam à noite. As duas representantes das escolas localizadas na área rural afirmaram, ainda, que no período chuvoso o transporte se torna

extremamente difícil, o que chega a ocasionar o cancelamento das aulas, já que a frequência diminui bastante. Por essa razão, destacaram o transporte das crianças como um dos aspectos que dificultam o atendimento das crianças residentes em área rural.

Foram entrevistadas três famílias de crianças matriculadas na Educação Infantil, que confirmaram a existência de vagas para as crianças de 4 a 6 anos. Duas dessas famílias afirmaram levar suas crianças a pé para a escola, a primeira porque o transporte escolar passa muito cedo e a segunda, por morar perto da escola. A criança da terceira família usa o transporte escolar do município que, segundo a avaliação da mãe, é bom. Duas dessas famílias afirmaram que seria bom se existisse creche para que as mães que trabalham tivessem onde deixar seus filhos.

Foram entrevistadas também três famílias com crianças não matriculadas na Educação Infantil, duas das quais afirmaram que sentem necessidade da creche porque precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos. Enfatizaram, ainda, a necessidade de atendimento em horário integral. Destacaram também que percebem a diferença entre seus filhos que não frequentam a creche e os filhos de seus familiares, que moram na cidade e a frequentam. As diferenças apontadas se referem ao desenvolvimento das crianças no que concerne à linguagem e à socialização. Para a terceira família, as crianças só deviam ir à escola depois dos três anos de idade porque, antes disso, ainda dependem muito da mãe e é preciso criar laços com ela.

Transcrevemos abaixo a síntese feita pelos pesquisadores sobre as entrevistas com as famílias, que apresenta uma hipótese para a pouca procura por vagas para os bebês e crianças de 0 a 3 anos:

Nas escolas do campo visitadas, como explicitado em outros momentos deste relatório, não havia oferta de turmas de creche. Por isso, as crianças de famílias não usuárias entrevistadas tinham menos de quatro anos, uma vez que há vagas sobrando nas escolas. Contudo, em três entrevistas as mães afirmaram que a idade que consideram satisfatória para o ingresso dos filhos na escola é aos 4 anos. Isso talvez porque não conheciam uma realidade diferente. Pelo que se soube, nunca houve oferta de creche nas escolas rurais e os filhos mais velhos destas famílias ingressaram na escola com 4 anos ou mais. E quando eram

indagadas sobre o que achavam da oferta de creche para a região, mostravam-se reflexivas e afirmavam que era importante, mas sem muita convicção. Exceto por duas outras mães que, de maneira mais incisiva, acreditavam que a oferta de creche poderia facilitar sua inclusão no mundo do trabalho ou que era importante um desenvolvimento escolar das crianças de maneira prematura. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

O representante do Sindicato Rural dos Trabalhadores do município D afirmou que o problema da educação no campo eram as condições do transporte e das estradas do campo nesse município. Disse que, como pai, sentiu-se muito pouco seguro quanto ao transporte dos seus filhos, complementando que, se houvesse vontade política para o investimento nas estradas, grande parte dos problemas estaria resolvida.

No item final do relatório, os pesquisadores apresentaram, como sugestão, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e a melhoria da logística de transporte intracampo.

MUNICÍPIO E

A representante da Secretaria Municipal de Educação do município E informou que não há oferta de creche na área rural e que boa parte das crianças de 4 e 5 anos, residentes em área rural, está matriculada nas escolas localizadas em comunidades onde há demanda, sendo atendidas em salas que funcionam paralelas ao Ensino Fundamental, mas que estas escolas possuem estrutura física e mobiliário adequados a estas crianças, acrescentando que, em breve, receberão móveis novos.

Quanto à obrigatoriedade da matrícula e à frequência das crianças de 4 e 5 anos, a representante informou que o município, no momento atual, teria condição de atender a todas as crianças, mas que o impacto maior seria no transporte. Apontou que os principais desafios enfrentados pela Secretaria Municipal de

Educação para atender às crianças da Educação Infantil estão relacionados à oferta da creche, ao transporte e ao alto custo do atendimento. Sobre a creche, a informante frisou a necessidade e os desafios para a construção de espaços para esse atendimento. Segundo ela, a maior dificuldade para a realização dessa ação diz respeito à estrutura física, pois, mesmo na área urbana, não há espaço adequado para concretizá-la. Afirmou também que não há recursos para a construção de novas instituições de Educação Infantil. Além disso, considera o transporte um grande desafio, em especial no que se refere ao transporte dos bebês.

Quando questionada sobre as possibilidades de ampliação e melhoria do atendimento às crianças residentes em área rural, a entrevistada indicou que o espaço deve ser adequado, mas afirmou que há uma dificuldade em criar esses espaços quando há um número reduzido de crianças na área rural demandando o atendimento. Destacou que, ao pensar sobre essas questões, projeta a ideia da creche pólo, em locais estratégicos, mas que isto requer um alto investimento para uma baixa demanda. Destacou que, no município, não houve fechamento de escola rural, mas registrou o caso de uma instituição que apresentava atendimento a apenas uma criança e que, depois de reunião com a comunidade, a Secretaria Municipal de Educação definiu ofertar o transporte desta criança para a escola mais próxima.

A representante destacou ainda que as famílias com crianças de 4 e 5 anos são as que mais procuram por atendimento na Educação Infantil e que o município tem conseguido atender a essa demanda. Informou também que há uma lista de espera de apenas dez crianças. Na sua concepção, os pais têm consciência da necessidade e da importância da pré-escola.

No município E, foram visitadas uma creche localizada na área rural e duas escolas que atendem à pré-escola na área urbana. Nas três instituições, as representantes afirmaram que a oferta consegue atender a toda a demanda. Na creche, a representante afirmou que, quando há mais demanda que a oferta de vagas para o atendimento em horário integral, utiliza-se o critério do trabalho materno, mas salientou que no momento da pesquisa não havia esta situação. O

transporte, conforme o relato das representantes, é oferecido pelo município nas três instituições, mas as condições climáticas foram indicadas como fator complicador, especialmente no período de chuvas. Além disso, a ausência de monitor foi apontada como uma grande dificuldade, especialmente porque, nos veículos utilizados para transporte das crianças da Educação Infantil que são atendidas nos espaços integrados às escolas de Ensino Fundamental, há crianças desses dois níveis e o motorista é o único adulto responsável. As representantes destacaram tais dificuldades com o transporte como ponto negativo do atendimento e reforçaram a importância da oferta do transporte pelo município como garantia de acesso de todas as crianças à Educação Infantil, mesmo quando residem em locais muito distantes das instituições escolares. Os pesquisadores ratificaram estas informações e colocaram, no final do relatório, a sugestão de investimentos em políticas públicas relacionadas ao transporte das crianças.

Foram entrevistadas três famílias com crianças matriculadas na Educação Infantil. Duas delas afirmaram que os filhos vão a pé porque a escola é próxima e a terceira afirmou que a criança é transportada pelo município, pois não há atendimento na comunidade onde mora. A primeira afirmou que existia o atendimento em creche e pré-escola. As duas outras afirmaram que havia somente o atendimento em pré-escola e fora da comunidade. Uma delas considerou necessário o atendimento em creche e a outra, não.

Foram entrevistadas três famílias de bebês não matriculados na Educação Infantil. Duas delas não souberam informar sobre o atendimento da Educação Infantil no município e a terceira afirmou que só havia oferta para as crianças maiores de 4 e 5 anos. Duas delas afirmaram considerar importante o atendimento em creche para as mães que precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos. Outra afirmou que não vê a necessidade deste atendimento por acreditar que, nos anos iniciais, a criança deve estar na companhia da mãe.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município destacou que há comunidades que ficam na dependência dos transportes. Nesse caso, quando não há transporte, não é possível o encaminhamento das crianças às

escolas, visto que a região é montanhosa e, em alguns casos, as comunidades rurais são de difícil acesso.

MUNICÍPIO F

A representante da Secretaria Municipal de Educação do município F informou que o atendimento à demanda da Educação Infantil passou a fazer parte das ações mais sistemáticas do município apenas a partir de 2009 e que ainda encontra muitas dificuldades para atendê-la. O principal motivo apontado se refere ao fato do município ainda enfrentar enormes dificuldades com o Ensino Fundamental que, conforme depoimento da representante, *“vive ainda uma situação caótica e, por isso, vem sendo priorizado nos investimentos”*. Disse que, na sede do município, são atendidas praticamente todas as crianças de 4 e 5 anos de idade. Ressaltou que, ainda assim, as escolas não possuem infraestrutura adequada e os professores não dispõem de material didático-pedagógico específico para trabalhar com as crianças dessa faixa etária.

Afirmou também que há uma grande demanda por parte das mães que precisam e querem trabalhar e, por isso, desejariam deixar suas crianças nas creches e pré-escolas, e que essa procura é maior quando as crianças atingem os 3 anos de idade. Informou, ainda, que acredita que essa procura não acontece para as crianças menores pelo fato de as famílias saberem da inexistência do atendimento.

A representante da Secretaria reconheceu a importância do atendimento às crianças de zonas rurais ser feito em escolas próximas às suas residências, mas admitiu que o município ainda não está preparado para isso. Informou que, para que isto aconteça, é essencial o cuidado com as estradas e o transporte escolar, além da construção de mais escolas com estrutura física para receber as crianças, material didático-pedagógico adequado e pessoal qualificado para o trabalho com Educação Infantil.

O transporte para as crianças do campo foi colocado como um dos grandes problemas a serem resolvidos. Como a extensão territorial do município é grande e há 242 comunidades rurais espalhadas por seu território, as escolas são também muito distantes e de difícil acesso. Além disso, a representante destacou que o grande problema está nas estradas, que são extremamente precárias e que dificultam o acesso às escolas, principalmente nos períodos de chuva. Em muitas comunidades, especialmente as mais distantes, só é possível o acesso com veículos de tração 4X4 e, ainda assim, no período de estiagem. Ainda no que se refere à dificuldade de acesso, citou o exemplo de uma comunidade onde as crianças precisam sair de casa às 3h30min da madrugada para chegarem à escola às 7h30min: *“é uma escola multisseriada, é na beira do São Francisco... no dia em que o carro quebra, essas crianças chegam às 4 da tarde em casa, só com a merenda...”*, relatou a representante. Ela acrescentou que há ajuda do FUNDEB para o transporte escolar, mas que este problema está longe de ser superado.

No município F, foram visitadas quatro escolas localizadas na zona rural e que atendem, na pré-escola, a crianças residentes em áreas rurais. Foi realizada uma única entrevista com a diretora da Educação do Campo e sua vice – que são responsáveis pela gestão de todas as escolas visitadas. Na entrevista, a diretora da Educação do Campo observou que, se o município conseguisse viabilizar a construção de escolas para todas as cinco comunidades pólo, seria *“uma vitória”* e admitiu que vai levar ainda muito tempo para que as crianças tenham um atendimento educacional de qualidade. A diretora também enfatizou que existe uma grande demanda por atendimento a crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, ainda não suprida pelo município por total falta de condições. Sobre o atendimento em pré-escola, que até pouco tempo não existia, a diretora vê como um grande avanço, mas observa que ainda há muito a ser feito. Como sugestões, enumerou a necessidade de construção de mais escolas e creches; de melhoria da infraestrutura das escolas; de qualificação dos professores, que lhes permita atentar para a realidade dos moradores do campo, e de melhoria das condições de acesso às comunidades mais distantes. As gestoras da Educação do Campo no município informaram que, apesar de não ser permitido o acompanhamento das crianças no ônibus por pais/responsáveis/parentes, muitas vezes isso acontece

porque não existe pessoal de apoio e a Secretaria não tem condições de fazer esse tipo de controle.

A dificuldade de acesso, conforme depoimento das entrevistadas representantes da Secretaria Municipal de Educação, traz consigo várias outras implicações. Dentre elas, destaca-se o prejuízo na gestão dessas escolas, que é feita à distância pela diretoria de Educação do Campo, localizada na sede do município. Várias ações de gestão tornam-se visivelmente comprometidas e o acompanhamento pedagógico fica quase totalmente inviabilizado, a exemplo do controle da frequência dos professores, cumprimento de horários e planejamentos pedagógicos.

Foram entrevistadas três famílias com crianças matriculadas na Educação Infantil. As famílias afirmaram que não tiveram dificuldades para conseguir vaga para os filhos de 4 e 5 anos e ratificaram a inexistência do atendimento para bebês e crianças de 0 a 3 anos. Também foram entrevistadas duas famílias com crianças não matriculadas na Educação Infantil. Os entrevistados informaram que não existe a oferta de Educação Infantil na comunidade onde moram e que a oferta é apenas para crianças a partir dos 6 anos, mas afirmaram o desejo de que a oportunidade fosse dada aos filhos desde a creche. Conforme depoimento dessas famílias, o grande problema apresentado dizia respeito à distância das instituições e à inexistência do transporte escolar, que fazia com que, anteriormente, algumas crianças andassem sete quilômetros para chegar à escola. Segundo elas, à época da realização da entrevista, essa situação havia sido contornada pela prefeitura, que estava oferecendo o transporte.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município F informou que algumas famílias não matriculam seus filhos por causa da distância das escolas. Ressaltou que uma das maiores solicitações da comunidade é que a prefeitura faça uma melhoria nas estradas para que essa precariedade não cause afastamento ou falta dos alunos. Quando foi citada a lei da obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos na rede pública, o representante afirmou desconhecer o assunto e também qualquer outra ação política que avançasse na direção de uma melhoria para a Educação do Campo.

Afirmou que os pais também não estavam sabendo dessa obrigatoriedade. Para ele, esta informação só chegou através do contato com os pesquisadores. No comentário da conclusão, o entrevistado frisou que os pais muitas vezes tinham que fazer uma alternância nos cuidados com os filhos para desenvolverem suas atividades e que, se existisse uma estrutura voltada para a Educação Infantil, isso traria um alívio e mais tranquilidade para as famílias.

Considerações sobre a demanda nos seis municípios investigados na Região Sudeste

Neste tópico, comenta-se o quadro obtido em cada município, considerando as semelhanças e diferenças no que se refere à oferta e à demanda de Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural.

Dois aspectos se destacam sobre a oferta e a demanda por Educação Infantil no município A. O primeiro é o modo como, nele, são designadas a creche e a pré-escola, que difere do previsto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Nos incisos I e II do Art. 30 da referida Lei, está explícito que a Educação Infantil será ofertada em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos. No município, entretanto, o termo creche tem sido utilizado para denominar o atendimento em tempo integral para crianças de até 4 anos, 11 meses e 29 dias, referindo-se, portanto, ao regime de atendimento em tempo integral e não à faixa etária das crianças. As razões desta situação podem ser relacionadas à história das creches e pré-escolas em nosso país, que estiveram durante muitas décadas ligadas à assistência social e funcionavam em período integral, atendendo prioritariamente às crianças pobres, filhas de mães trabalhadoras, sem definição clara de faixa etária. Já os jardins de infância e as pré-escolas eram ligados à educação e funcionavam geralmente em período parcial, com a finalidade prioritária de preparar as crianças para o processo de alfabetização que acontecia na escola regular.

O segundo aspecto refere-se à exigência do trabalho materno para que bebês e crianças tenham acesso à vaga na Educação Infantil. Este critério desrespeita o que está previsto na Constituição Federal de 1998, que entende a Educação como um direito dos bebês e crianças e também de suas famílias. Este entendimento foi ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Brasil, 1991) e pela própria LDB (BRASIL, 1996). Portanto, não há legitimidade para a exigência do trabalho materno como critério para assegurar vaga nas instituições de Educação Infantil. A situação se torna ainda mais delicada tendo em vista que não há, conforme depoimento do representante da Secretaria Municipal de Educação, previsão de que a oferta atenda à demanda por Educação Infantil no município. Ressalta-se, ainda, o descompasso entre a afirmação do representante, de que o município já estaria preparado para assegurar o acesso obrigatório à pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural, pois, conforme depoimento das representantes de duas escolas visitadas, de duas famílias entrevistadas e dos próprios pesquisadores, a demanda por vagas também para esta faixa etária é maior do que a oferta. Verifica-se, portanto, que o município terá um longo percurso até conseguir assegurar o direito dos bebês e crianças à educação e cumprir a determinação da Emenda Constitucional nº 59.

Por fim, destaca-se a observação feita pelo representante da Secretaria sobre as dificuldades do atendimento às crianças residentes em área rural em instituições próximas ao lugar onde moram. Cabe considerar que este direito está explícito nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB Nº 01, de 03 de abril de 2002), portanto, o município deverá encontrar meios para que a Educação Infantil seja ofertada nas próprias comunidades rurais.

As informações obtidas durante as várias entrevistas no município B demonstram que há um investimento na Educação Infantil para as crianças residentes em área rural, com a construção de prédios específicos e investimentos em brinquedos, materiais, equipamentos e profissionais concursados e com formação para atender a essas crianças. A incorporação das especificidades da Educação do Campo ainda é um desafio, conforme depoimento da representante

da Secretaria Municipal de Educação, que afirmou a necessidade da proposta pedagógica ser incrementada nessa direção. Conforme relato dos representantes de uma das escolas visitadas, esta já possui um trabalho pedagógico alinhado com as perspectivas da Educação do Campo, mas o mesmo não acontece na segunda instituição, na qual se evidenciou um trabalho mais personalizado por uma das diretoras e não uma proposta clara do município, concretizada em todas as escolas.

Destaca-se, ainda, a existência do critério da mãe trabalhadora como condição de matrícula, especialmente para bebês e crianças de 0 a 2 anos, como acontece no município A. Novamente, vê-se que o direito das crianças não é assegurado. No caso do município B, esta situação é mais característica na zona urbana, mas de todo modo revela a sobreposição do direito das mulheres trabalhadoras ao das crianças. A maior dificuldade enfrentada por esse município refere-se ao transporte dos bebês e crianças de até 3 anos, que é feito com a ajuda das mães. Esta situação tanto tem dificultado o cotidiano das famílias que matriculam seus filhos na creche, quanto tem provocado a resistência das famílias, que não matriculam seus filhos justamente pela necessidade de dispor de tempo para acompanhar os filhos no trajeto casa-creche. Conforme explicitado anteriormente, neste relatório, o transporte escolar na Educação Infantil não possui uma normatização específica e, no caso do transporte dos bebês, essa situação de fato se torna bastante delicada devido às necessidades destes sujeitos, conforme apontado pela representante da Secretaria. Desse modo, reforça-se a determinação das Diretrizes da Educação do Campo de que a Educação Infantil seja ofertada nas próprias comunidades das crianças. Entretanto, a situação não é simples, pois, no município B, ainda que as escolas fiquem nos assentamentos, as famílias também residem em lotes que são distantes da creche. Verifica-se, portanto, a necessidade de mais estudos e reflexões sobre esta situação, já que o transporte escolar, como enfatizado por Silva, Pasuch e Silva (2012), é uma das especificidades da Educação Infantil do Campo e afeta diretamente a sua qualidade.

O conjunto das informações sobre demanda presentes nas diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa no município C evidencia uma discrepância entre as afirmações do representante da Secretaria Municipal de

Educação sobre o desinteresse das famílias em mandarem os filhos menores de 3 anos para a escola e os depoimentos das famílias e do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos quais se encontram afirmações sobre o interesse e a necessidade da oferta de creche. Ressalta-se que a necessidade desse atendimento ainda está assentada na necessidade do trabalho materno e não no direito dos bebês e crianças à Educação Infantil, mas, de todo modo, no pequeno número de famílias ouvidas, os pesquisadores puderam verificar que há a demanda, o que contraria as afirmações do representante da Secretaria.

Considerando a obrigatoriedade do atendimento às crianças de 4 e 5 anos que, conforme depoimento das representantes das escolas, o município já consegue atender, verifica-se, portanto, que a fragilidade da oferta está mesmo na creche, em especial para os bebês e crianças de 0 a 2 anos. Sendo assim, vemos novamente que esta faixa etária é a mais invisível nas políticas municipais.

No município D, destaca-se também a ausência de atendimento às crianças de 0 a 3 anos residentes em áreas rurais. Conforme visto nos outros municípios, a oferta de creche para as crianças residentes em áreas rurais, apesar de ser um direito dos bebês, crianças e suas famílias, ainda não está assegurada. A representante da Secretaria Municipal de Educação apresentou uma justificativa para a situação ao relatar a baixa demanda, entretanto, em nenhum momento falou do direito dos bebês e crianças e da responsabilidade do município em assegurá-lo. As entrevistas com as famílias evidenciaram que há opiniões diferentes quanto à necessidade da oferta de creche, mas duas das três famílias com crianças não matriculadas afirmaram que necessitam desse atendimento e que precisam encontrar alternativas pessoais para deixar os filhos enquanto trabalham. Nesse discurso, novamente se vê o direito das mães trabalhadoras ser citado sem que o direito das crianças seja também considerado. De todo modo, essas famílias talvez não demandem mais diretamente esse atendimento por saberem da sua inexistência, como colocado pelos pesquisadores.

Dois outros elementos merecem destaque neste município: o transporte das crianças e a nucleação das escolas. Sobre esta situação, cabe lembrar as indicações das Diretrizes da Educação do Campo de que a Educação Infantil seja ofertada nas próprias comunidades e que se evite a nucleação das escolas. As

dificuldades apresentadas pelos diversos entrevistados corroboram a centralidade do transporte na oferta da Educação Infantil do Campo, ressaltando a importância dos investimentos em infraestrutura das estradas rurais para que as crianças não fiquem prejudicadas em seu direito de frequentar as escolas. Necessário se faz destacar também que as Diretrizes da Educação do Campo explicitam a importância do regime de colaboração entre os entes federados no que se refere à garantia do direito à educação para as populações rurais. Sendo assim, reitera-se a necessidade de políticas públicas amplas que viabilizem a oferta deste direito.

Também no município E reafirmam-se os desafios do atendimento em creche aos bebês e crianças residentes em áreas rurais. Apesar da representante da Secretaria de Educação afirmar que não existe creche na área rural, a equipe visitou uma instituição assim considerada, conforme censo do INEP. É possível, portanto, que haja uma divergência na qualificação da área como rural ou urbana. De todo modo, esta instituição atende a crianças de uma comunidade rural, mas pelas informações da representante, é uma exceção. A entrevista com as famílias confirmou a existência do atendimento às crianças de 4 e 5 anos e a necessidade de oferecer o atendimento em creche, novamente justificada pela necessidade do trabalho materno.

O transporte novamente apareceu em lugar de destaque, já que, conforme depoimento do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é condição para que as crianças acessem a Educação Infantil.

No município F, as questões já sinalizadas se acentuam, pois verifica-se a inexistência do atendimento aos bebês e crianças de 0 a 3 anos e a precariedade do atendimento às crianças de 4 e 5 anos. Os diversos entrevistados confirmaram as dificuldades encontradas devido à inexistência de escolas próximas às residências das crianças e as más condições das estradas. O transporte escolar também apareceu como um elemento importante na oferta de Educação Infantil às crianças residentes em áreas rurais. Este foi o primeiro município em que encontramos crianças que não têm acesso à pré-escola, o que ratifica o depoimento da representante da Secretaria Municipal de Educação de que o município terá um longo caminho para percorrer até que consiga atender à demanda por Educação Infantil, especialmente para os bebês e crianças residentes em áreas rurais. A necessidade de ainda privilegiar os investimentos no Ensino

Fundamental foi outro fator que apareceu somente neste município, indicando que a Educação não deve ter sido foco das políticas municipais nos últimos anos.

Também nos municípios E e F se articulam as temáticas da demanda com o acesso das crianças às escolas. Como citado anteriormente neste relatório, a Constituição Federal, o ECA e a LDB asseguram o direito das crianças ao transporte gratuito que lhes permita chegar às escolas. Sendo assim, verifica-se que este deve ser um aspecto central nas ações governamentais que visam a assegurar a oferta de Educação Infantil do Campo.

2. Dimensão Pedagógica

Os elementos agrupados neste item pretendem oferecer uma visão sobre a dimensão pedagógica das políticas municipais de Educação Infantil do Campo nos seis municípios pesquisados. Entende-se por dimensão pedagógica aqueles elementos que, articulados em práticas cotidianas com as crianças, configuram e constituem as experiências educativas na Educação Infantil do Campo. Assim, essa dimensão compreende as práticas cotidianas observadas e descritas pelos entrevistados, os espaços físicos das escolas, os materiais disponíveis, a jornada das crianças, os professores e as relações entre escola e família. Considerando que as práticas cotidianas expressam os elementos que constituem essa dimensão de análise – a dimensão pedagógica –, apresentam-se os demais elementos para, ao final deste item, trazer-se o que foi observado e descrito em relação às práticas cotidianas com as crianças.

2.1. Os espaços físicos e materiais disponíveis nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural dos seis municípios da Região Sudeste

Os espaços físicos das instituições educacionais constituem-se em importante elemento da dimensão pedagógica, especialmente na Educação Infantil, cujos objetivos direcionam-se ao conjunto das experiências infantis nesse

ambiente. Nessa direção, considerar a dimensão material das condições de oferta implica em observar se e como a estrutura física favorece as múltiplas formas de organização, conforme o entendimento do que é necessário para o desenvolvimento e bem-estar das crianças no espaço coletivo. Também em refletir sobre em que medida esse espaço permite a construção de diferentes ambientes que refletem as concepções e intenções de adultos e crianças que nele convivem. Os espaços integram a dimensão pedagógica da escola e sua adequação relaciona-se com as possibilidades que ele oferece de ser transformado, de modo a proporcionar os meios para as experiências das crianças e dos adultos (HORN, 2004).

Assim, a localização, as estruturas físicas e a organização dos ambientes das instituições educacionais constituem-se em importante dimensão da qualidade da Educação Infantil, cujos objetivos direcionam-se ao conjunto das experiências dos meninos e meninas que os frequentam. A sua configuração pode favorecer ou desfavorecer o sentimento de segurança, o desenvolvimento da autonomia e as interações entre as crianças e entre elas e os adultos. Pode expressar o reconhecimento dos grupos sociais e culturais a que pertencem as crianças, valorizando suas práticas e oportunizando experiências que ampliem aquelas já vivenciadas na comunidade, ou, ao contrário, proporcionar experiências homogeneizadoras e incapazes de dialogar e enriquecer as experiências das comunidades nas quais se insere a escola. Com esse pressuposto, procurou-se apreender, dos Relatórios de Campo, as concepções e práticas relativas à estrutura física das Instituições de Educação Infantil (IEI) ou salas anexas a Escolas de Ensino Fundamental e a organização dos ambientes das crianças. Os materiais disponíveis, reconhecidos pela literatura da área como elementos responsáveis pela riqueza das experiências das crianças, também se constituíram em objeto das entrevistas e observações e serão analisados a seguir, de forma articulada ao espaço físico.

Foi com esse olhar, com as referências dos elementos conceituais e normativos da Educação Infantil e da Educação do Campo – sintetizadas no início deste Relatório – e com o objetivo de compreender as condições em que as crianças brasileiras de 0 a 6 anos residentes em áreas rural estão sendo educadas

e cuidadas em Instituições de Educação Infantil que nos aproximamos de seis municípios da região Sudeste, cujos critérios de seleção já foram mencionados na introdução deste capítulo. Essa aproximação teve como objetivo obter elementos e referências de diferentes instituições e atores sociais sobre as políticas e práticas pedagógicas concebidas e implementadas para crianças de 0 a 6 anos de idade. Nessa direção, apresentam-se e se analisam, a seguir, os elementos constantes dos Relatórios de Campo dos estudos qualitativos realizados nesses seis municípios que fazem referências aos espaços físicos e materiais disponíveis nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças de 0 a 6 anos, residentes em área rural.

MUNICÍPIO A

O Relatório da Pesquisa de Campo referente ao município A não apresenta informações sobre as visões do representante da Secretaria Municipal de Educação relativas aos espaços físicos das escolas e aos materiais disponíveis. Já com relação às visões dos representantes das escolas, o Relatório apresenta informações relativas a três instituições. Duas são creches e pré-escolas rurais e uma é pré-escola rural. Depreende-se, do Relatório de Campo, que as escolas estruturam-se por meio de salas, sendo que numa delas (Escola 3) há um parquinho. No caso da Escola 2 (creche e pré-escola), encontra-se, no Relatório de Campo, a informação de que, no berçário, *“tem os berços e colchonetes. Cada um traz de casa a sua saboneteira, o seu xampu com identificação e toalha. (...). Somente na pré- escola tem banheiro diferenciado (menino, menina). Cada sala tem um banheiro”* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Com relação aos materiais disponíveis, as escolas 1 e 2 utilizam cadernos, sendo que, no caso da escola 1, foi mencionada pela entrevistada que esse material é utilizado desde o berçário pelas crianças sem, no entanto, explicitar a maneira pela qual as crianças fazem uso dele. Já para a escola 2, consta a

informação de que as crianças da creche fazem atividades em folhas que são coladas nos cadernos e as crianças da pré-escola realizam atividades diretamente em cadernos. Ainda no caso da escola 2, o Relatório da Pesquisa de Campo menciona, além do caderno, a utilização de tinta, lápis, borracha e argila. No caso da escola 3, informa que as crianças têm acesso a massinha, blocos lógicos, baú de brinquedos e brinquedos feitos com materiais recicláveis.

De acordo com o Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A, que atende a populações Caiçaras e Quilombolas, o representante da Secretaria Municipal de Educação afirmou que, embora os projetos pedagógicos das escolas incluam questões específicas desses grupos, os materiais didáticos não contemplam essa especificidade.

Das três famílias de crianças residentes em área rural, usuárias de instituições de Educação Infantil no município A, apenas uma (família 1) referiu-se ao uso dos espaços, sugerindo que as crianças do integral não permanecessem o dia todo em sala de aula e que a escola realizasse passeios com as crianças. Quanto aos materiais disponíveis, a respondente dessa família mencionou também que o filho costuma trazer para casa brinquedos confeccionados na escola, o que o deixa feliz. A respondente da família 2 informou, de acordo com o Relatório de Campo, que *“as famílias compram alguns materiais, tais como cartolina, folha de ofício”* e os materiais de higiene pessoal das crianças. Materiais como massinha e canetinha são fornecidos pela creche. A família 3 mencionou a existência de atividades de pintura, o que leva a supor a existência de algum tipo de tinta.

Nesse município, não foram entrevistados representantes de Organizações e Movimentos Sociais.

No que se refere às visões dos pesquisadores sobre os espaços físicos e materiais disponíveis nas escolas de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural no município A, os mesmos destacam que as escolas sorteadas para a amostra e que deveriam, por sua vez, compor o estudo qualitativo, localizam-se em área que ainda é denominada pela administração municipal como “sertão”, mas que, atualmente, apresenta características de periferia urbana. Essa observação aparece no Relatório da Pesquisa de Campo tanto a partir do

depoimento do representante da Secretaria de Educação quanto da observação direta dos pesquisadores. Nesse município, foram visitadas três escolas, sendo duas creches e pré-escolas e uma pré-escola rural ou “do sertão”, sendo duas comunitárias conveniadas e uma municipal. As descrições realizadas pelos pesquisadores de campo indicam maior precariedade nas escolas conveniadas, tanto em termos da estrutura física quanto no que se refere às diretrizes pedagógicas. As descrições, reproduzidas abaixo, permitem obter uma visão dos espaços físicos e dos materiais disponíveis nessas instituições.

Percebe-se com clareza uma maior diretriz pedagógica na escola municipal, onde é forte a presença de materiais didáticos construídos com sucata, que apresentam proposta clara e intencionalidade pedagógica. Os murais e materiais estão ao alcance das crianças, embora sejam poucos.

Uma das escolas conveniadas também tem área externa privilegiada, mas sem a presença de equipamentos. Existem apenas três manilhas pintadas em cores primárias e que servem à brincadeira de “túnel”. Nesta escola, em todas as salas, incluindo o berçário, podem-se ver no chão as marcações coloridas em formato de estrelas, círculos ou flores contendo os nomes das crianças e, por vezes, também o seu retrato. Nesta indicação, as crianças devem sentar-se para a atividade de “rodinha”. Em todas as salas se encontram os mesmos equipamentos didáticos: Chamadinha, Janela do tempo, Quantos Somos? (organizado por gênero), Quadro das Cores, Série de Numerais de 0 a 10 e alfabeto. Nas salas de crianças a partir de três anos já se pode ver o uso de cadernos e livros que ficam empilhados em estantes. Os cartazes produzidos pelos professores indicam que o calendário de datas comemorativas é a base da organização curricular.

O mobiliário das salas é de tamanho proporcional ao das crianças, embora desgastado pelo tempo. Os banheiros não são adaptados, à exceção de um único vaso sanitário presente em um banheiro que fica dentro de uma das salas que, no momento, é utilizada por crianças na faixa de cinco anos. Há a presença de cantinho de leitura em todas as salas. Geralmente se constitui em uma estrutura de tecido com bolsos, nos quais se dispõem os livros. Há a presença de brinquedos, mas estes, aparentando o cansaço do uso contínuo, são oferecidos amontoados em caixa de plástico e, segundo se pôde depreender do planejamento encontrado nos murais das salas, é usado na forma de entretenimento das crianças no horário da saída. Nas salas das crianças até 3 anos, vê-se a presença de colchonetes empilhados no canto e disponíveis para a hora do sono. No berçário, as crianças estão dispostas em berços individuais com seus nomes fixados à cabeceira.

A escola foi construída na encosta do morro e ao redor de grandes pedras (de cerca de dois a três metros de altura) que se mesclam às paredes da instituição. Como toda a escola fica em um aclive, o acesso se faz por meio de escadas para os três pavimentos: ao

meio, o da entrada e das salas das crianças de 0-3; acima, as salas de aula das crianças até 6 anos e, abaixo, o espaço cercado de recreação, onde se veem brinquedos de parquinho de plástico colorido: escorregadores, gangorras, trepa-trepas e casinha de bonecas. Os acessos de um patamar a outro se dão por escadas cujos degraus têm tamanhos irregulares e formam ângulos maiores que 90°, o que torna o seu uso perigoso para as crianças e os adultos.

Na sala de atividades dos bebês, há um grande colchonete onde encontramos a professora cantando para as crianças sentadas ao seu redor. A sala possui espelho, mas são raros os brinquedos disponíveis. Por ser fruto de doação, o mobiliário da escola não atende a nenhum padrão específico. A presença de muitas mesas sugere que a atividade no papel é muito frequente. Todos os materiais disponíveis encontram-se fora do alcance das crianças. Há caixas de brinquedos, não mais que uma em cada sala, e por vezes um balde de peças de encaixar, do tipo Lego, mas igualmente no alto. A precariedade do exposto parece indicar uma pobreza na orientação das atividades pedagógicas e uma precoce escolarização.

Além do mobiliário, também os equipamentos sanitários não estão adaptados às crianças. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Observa-se, por meio das descrições, que os pesquisadores identificaram uma estrutura física e material que, na sua percepção, evidencia maior intencionalidade pedagógica na escola municipal do que nas conveniadas, expressa pela presença de objetos produzidos pelas crianças e por outros indicadores, como a existência de murais e o fato dos materiais não estarem ao alcance das crianças. O relato ressalta o caso de uma das instituições conveniadas, destacando a escassez de materiais e equipamentos, mesmo quando o espaço físico existente mostra-se favorável para a estruturação de ambientes ricos para as crianças, como a existência de área externa com potencial para as experiências infantis.

MUNICÍPIO B

A representante da Secretaria Municipal de Educação do município B, ao referir-se ao espaço físico, afirmou que a adequação do mesmo é um elemento fundamental do direito da criança à Educação Infantil. Além disso, associou a esse

aspecto a importância dos brinquedos, materiais, equipamentos, profissionais concursados e com formação para o trabalho com as crianças do campo.

Nesse município, foram visitadas duas escolas pertencentes a dois assentamentos da reforma agrária, portanto, duas escolas de Educação Infantil localizadas em área rural. Ambas possuem creche e pré-escola.

Quanto à estrutura física, o Relatório da Pesquisa de Campo indica que as duas escolas possuem diferentes espaços que são utilizados por todas as crianças, conforme determinação do Projeto Político-Pedagógico do município. Assim, não há salas de referência para as turmas, que utilizam alternadamente diferentes ambientes das instituições, o que é denominado de “salas rotativas”.

No caso da escola 1, localizada em uma agrovila, o Relatório da Pesquisa de Campo menciona, para as “atividades internas”, a existência de sala de multimeios, sala de leitura/biblioteca, sala de recursos e cozinha experimental. E, como espaços externos, *“o jardim, o parquinho e as hortas assumem o estatuto de uma sala de aula”*, todos utilizados em sistema de rodízio pelas turmas. Menciona, ainda, a fala da diretora, segundo a qual todos os espaços são educativos, reproduzindo, da entrevista, a frase: *“Aprender com alegria e sabor, como na cozinha experimental”*.

Segundo o Relatório de Campo, essa diretora informou também que, além dos espaços da escola, “existem as saídas de campo, onde as turmas da Educação Infantil visitam as casas das famílias, os lugares comuns da agrovila e os lotes de produção”.

Quanto aos materiais disponíveis, ela ressaltou “a existência de brinquedos que eles mesmos produziram, a exemplo de um túnel de TNT que os alunos pintaram; as oficinas de sucata que algumas professoras realizam etc.”, mas ressaltou também que a maioria dos materiais pedagógicos e brinquedos são os padronizados, comprados pela Secretaria de Educação para todas as unidades de ensino infantil.

No caso da escola 2, sobre a estrutura física, o Relatório da Pesquisa de Campo indica a existência de espaços internos e externos, utilizados em rodízio pelas crianças, como no caso da escola 1. Sobre os espaços internos, menciona as salas de multimeios e de recursos.

Sobre os materiais disponíveis, destaca que, segundo a diretora, são aqueles disponibilizados pela Secretaria de Educação, os quais são em número suficiente. Ressalta ainda a crítica feita pela diretora a materiais que estariam sendo preparados por editoras para o MEC (sem explicitar quais ou a fonte dessa informação), nos quais o campo apareceria retratado de forma romântica e o homem do campo apareceria de forma estigmatizada.

Não foi entrevistado representante de organizações sociais e/ou sindicais no município B e, no caso das famílias, o tema referente à estrutura física e aos materiais pedagógicos não aparece nas informações presentes no Relatório.

Neste, encontra-se uma avaliação bastante positiva, por parte dos pesquisadores, sobre os espaços físicos e materiais disponíveis. As duas escolas pesquisadas são Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) às quais são vinculadas as Unidades de Educação Infantil. Ambas encontram-se em área rural, dentro de assentamentos, e integram a estrutura municipal de educação, com diretrizes para toda a rede. Além disso, como se verá nos relatos a seguir, relativos a cada uma das escolas, observa-se a existência de referências da Educação do Campo e da Educação Infantil no que diz respeito à estrutura física e aos materiais disponíveis.

Escola 1: O prédio da Educação Infantil foi implantado no mesmo terreno, próximo ao prédio do Ensino Fundamental, compartilhando com este alguns espaços e sendo coordenados pela mesma diretoria e secretaria. Contudo, como será verificado nas próximas linhas, tanto o prédio do ensino infantil como suas dimensões pedagógicas foram elaborados respeitando sua identidade e especificidade.

O espaço da EMEF encanta os olhos de qualquer visitante ou pesquisador. Como consta na descrição do assentamento, os seus moradores optaram pela organização em forma de agrovila e a escola de Ensino Fundamental, que foi construída ainda no tempo em que o lugar era uma fazenda de produção de cana de açúcar, antes da década de oitenta, ocupou o lugar central da agrovila. Com quase um hectare de terras, o espaço das escolas é

todo um quarto fechado, demarcado apenas por uma cerca baixa. Quando se entra pelo portão principal, depara-se com um caminho de pedras bem ornamentadas, com uma “cerquinha” de bambus nas laterais até a porta de entrada do prédio da educação de Ensino Fundamental. Na sua entrada, há um alpendre que é utilizado como espaço de recepção, com mesas para o lanche dos professores, cadeiras, sofás e uma estante com livros e jornais.

Quando visitamos o berçário, as crianças estavam dormindo na penumbra da sala. Dois bebês estavam nos respectivos berços e o restante das crianças em colchonetes com capas azuis, que eram organizados de forma que todos dormiam juntos, no fundo da sala. Cada criança tinha seu travesseiro, lençol e cobertor. Observamos que a sala estava muito bem equipada, possui brinquedos grandes, como um cavalinho de borracha para as crianças subirem nele, muitos outros brinquedos de mão organizados em estantes na lateral da sala (ao alcance da criança), e que os brinquedos, ao primeiro olhar, pareciam advir do mercado e eram adaptados à idade das crianças. Havia também “puffes”, almofadas e um espelho na sala. O banheiro do berçário, como colocado anteriormente, era próprio para a idade. Tinha dois boxes, com torneiras e chuveiros de tamanhos adequados às crianças, dois pequenos vasos sanitários e um tanque grande de inox para o banho dos bebês. Neste, não pudemos observar a organização dos materiais de higiene das crianças...

A cozinha ficava disposta de forma a possuir uma parede limite à do berçário e outra à do salão de refeitório e atividades diversas. Seu espaço era pequeno, parecendo ser o mínimo necessário para a produção da alimentação dos alunos, mas era muito bem equipada e mobiliada. Nela, observamos duas mulheres de meia idade trabalhando, uma cozinheira e outra ajudante.

A sala de multimeios era espaçosa, ventilada, pois contava com duas janelas grandes na altura das crianças e mais três ventiladores. Nela, havia uma infinidade de itens não convencionais para as atividades pedagógicas com as crianças: um espelho grande em uma das paredes, uma arara repleta de fantasias, um tapete ilustrativo de uma cidade (bem urbanizada, por sinal) e mais três fileiras, com três prateleiras cada, com brinquedos diversos. A sala contava também com recursos audiovisuais, como um aparelho de som, uma televisão e um aparelho de DVD. Nas paredes desta sala, vários papéis de parede com ilustrações diversas de plantas, crianças, flores e borboletas.

A sala de recursos era também muito ampla e bem mobiliada, com móveis específicos; mesas, cadeiras, araras de roupas de fantasias, jogos de memória e de quebra-cabeça feitos de emborrachado, jogos de cores e de percepção visual (grosso-fino). Nesse espaço, encontramos uma arrumação, mais próxima da tradicional de uma sala de Ensino Fundamental: no fundo, uma lousa, com a mesa e a cadeira da professora disposta de frente para as crianças. As mesas destas eram coletivas, com quatro a seis lugares, em tamanho adequado. Nas paredes, um alfabeto pendurado em um varal, com letras grandes e coloridas, algumas palavras montadas com letras e outros desenhos coloridos. Um extenso armário com papeis, lápis de cor, giz de cera e outros

materiais. Na sala, no momento, estava acontecendo uma brincadeira infantil tradicional, chamada boca de palhaço, onde as crianças tinham que acertar uma bola dentro da boca do palhaço; o professor nos contou que eles mesmos confeccionaram a imagem do palhaço e que esta brincadeira também servia à coordenação motora das crianças...

O salão de refeitório e atividades diversas era bem amplo e completamente aberto, sem paredes que o separassem do restante do terreno da escola. É de se notar que esta organização implica numa comunicação atenta das atividades escolares com a área externa da escola, facilitando o desempenho da proposta pedagógica de salas rotativas do sistema de Educação Infantil do município B, sendo os espaços externos pontos dessa rotação. Isto significa que as crianças não ficam somente em uma sala específica para atividades, e sim, que fazem atividades em todas as salas. Existe um horário para que o professor possa ministrar sua aula em salas diversas. A diretora explicou que “todos os espaços são educativos”.

A escola contava ainda com a horta de verduras e legumes, outra horta de plantas medicinais e mais um viveiro de mudas de árvores nativas e de outras origens e funções. Todos esses espaços eram grandes e riquíssimos e eram semanalmente utilizados pelas “turmas da Educação Infantil”, conforme o relato de professoras e da diretora.

A escola contava ainda com um ginásio coberto e um casebre onde estava sendo construído um memorial da escola e do assentamento. Além disso, possuía também mais um prédio anexo. Ele contava com mais salas que serviam ao Ensino Fundamental e à Educação Infantil. A novidade era a cozinha experimental, um espaço que, como o próprio nome já diz, era equipado como uma grande cozinha para que os alunos desenvolvessem atividades de aprendizado em torno dos alimentos e do seu preparo. Neste anexo, estava também a biblioteca das unidades, uma sala de multimeios, com equipamentos de audiovisual, projetor etc., e uma sala de informática com vários computadores.

São importantes algumas palavras a mais para descrever a notoriedade da diretora. Quando informamos ao motorista que nos acompanhava que iríamos pesquisar a escola, ele logo tratou de afirmar a importância da diretora para a comunidade e a escola, dizendo que foi um grande “presente” que aquela comunidade havia recebido com a vinda de (...) para a direção. Nossas impressões foram tratando de reconhecer estas afirmações, desde a maneira como fomos acolhidos (já descrita neste relatório) até a beleza, organização, qualidade, entre outros atributos gerais, que reconhecemos na escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil. Ele também fez questão de deixar transparecer a importância que essa diretora e a escola atribuíam à valorização dos homens e mulheres do campo e dos princípios da Educação do Campo. Quando nós chegamos à escola, um dos primeiros comentários dessa diretora foi dizer que o maior objetivo da escola era recuperar o amor do estudante à terra que, segundo ela, vinha se perdendo nas novas gerações. (Relatório da Pesquisa de

Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Observa-se, no relato acima, a existência de um ambiente rico, bem cuidado, em espaço físico suficiente para comportar diferentes artefatos culturais e tecnológicos, geralmente presentes nas áreas urbanas, havendo, também, elementos naturais. Parece clara a intenção de proporcionar às crianças experiências positivas relacionadas às vivências do campo – jardim, horta, horta de produtos medicinais – dentro e fora dos limites da escola. Esses limites, pela descrição, também parecem ter sido pensados de modo a manter e promover a integração da escola com a comunidade, o que é facilitado pela localização, pela estrutura e, também, pelo projeto pedagógico em curso.

Nesse mesmo município, foi visitada outra escola, também localizada em assentamento. Segue, abaixo, a descrição feita pelos pesquisadores de campo:

Escola 2 - A unidade da Educação Infantil construída na escola do assentamento, como dito anteriormente, é padrão e faz parte de um programa desenvolvido pela Secretaria que, também, há um ano construiu a unidade do outro assentamento visitado. Como a unidade é muito nova, a estrutura do prédio encontrava-se em perfeito estado. O prédio possui as mesmas salas de multimídias, recursos, berçário com banheiro, cozinha, salão de refeitório e outras atividades, banheiros masculino e feminino adaptados, banheiro para crianças com necessidades especiais.

Além destes equipamentos e locais do prédio da Educação Infantil, a escola de Ensino Fundamental compartilha, com o prédio da primeira, a biblioteca, a sala de informática e a cozinha experimental. Apesar destes espaços serem utilizados pela Educação Infantil, não estavam adaptados às crianças, pois a cozinha tinha bancadas e bancos altos demais, assim como o laboratório de ciências e a biblioteca, que só dispunham de uma única mesa com cadeiras de tamanho adequado.

No que toca aos espaços externos, pode-se dizer que a escola estava mais próxima de uma escola urbana. Apesar do tamanho do assentamento, o lote onde estava instalada a escola era pequeno, restando pouco espaço para jardins, áreas verdes, árvores e/ou hortas. Sua arquitetura era muito próxima da de escolas urbanas, consistindo em dois corredores paralelos: ao lado direito da secretaria, sala da direção e refeitório e, ao lado esquerdo, as salas de aula do Ensino Fundamental. Entre esses dois corredores, havia um pátio meio descoberto. Ainda no lado esquerdo, mais dois anexos: o da biblioteca, cozinha e laboratório e, localizada atrás, a unidade de Educação Infantil. A escola possuía uma quadra coberta e um pequeno salão também coberto, contendo algumas mesas infantis. Além disso, em termos

de espaços externos, só havia uma parquinho com dois brinquedos e um tanque de areia, mas não existiam jardins nem hortas. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Como se pode observar no relato acima, a escola 2 do município B é retratada pelos pesquisadores como uma instituição bem equipada, indicando os mesmos espaços e artefatos encontrados na escola 1, tais como biblioteca, laboratório de informática, salas de recursos e multimeios, todos devidamente equipados com os materiais pertinentes. A análise do Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município permite verificar, tanto pelos relatos de entrevistas, quanto pelos registros de observações dos pesquisadores, que um conjunto de fatores parece ter concorrido para a existência de instituições com as características acima descritas. Uma economia forte associada à existência de assentamentos, resultante de Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, decorrente da ocupação de áreas rurais por famílias dos trabalhadores sem-terra ainda nos anos 1970, parecem se configurar como fatores que favorecem o aporte de recursos para a educação em geral e para a Educação do Campo.

MUNICÍPIO C

O representante da Secretaria Municipal de Educação do município C afirmou que os espaços físicos para a Educação Infantil voltada às crianças residentes em áreas rurais devem ser espaços lúdicos. O entrevistado informou que o município adotou, a partir de 2012, livros didáticos da Coleção Pessoinhas, da Editora FTD, para crianças de 3, 4 e 5 anos e ressaltou também a formação dos professores para o trabalho com esse material: *“como são livros de histórias, fazemos a formação de 15 em 15 dias na Secretaria, contextualizando os livros com as especificidades da área rural”*. De acordo com o Relatório de Campo, há também o livro da família, por meio do qual ela acompanha o dia a dia da criança na escola.

Nesse município, foram visitadas três escolas com creche e pré-escola, as quais atendem a crianças de 3 a 6 anos e estão classificadas na base do INEP como creche e pré-escola rural. De acordo com o que consta no Relatório de Campo, as três instituições contam com salas de aula e pátio/parque para as atividades com as crianças. No caso da escola 1, menciona-se também a existência de sala de leitura e refeitório. Entre as sugestões, duas das diretoras entrevistadas indicam a melhoria da estrutura física das escolas.

Quanto aos materiais disponíveis, conforme o Relatório de Campo, duas diretoras se referiram ao uso da Coleção Pessoinhas, de Ruth Rocha, que havia sido citada pela Secretária de Educação e a terceira mencionou cadernos didáticos, mas sem oferecer maiores especificações sobre eles. Para as três escolas, consta a informação da presença de livros, brinquedos e jogos e, numa delas, a utilização de mapas.

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada nesse município, consta que a respondente de uma das duas famílias usuárias entrevistadas referiu-se à adoção da Coleção Pessoinhas como positiva, apesar de considerá-la “*muito fraca*”. Já a respondente da família 2 avaliou positivamente a coleção, enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento do filho e o fato de facilitar o trabalho do professor. Essa respondente (mãe) destacou que a escola tem “*bastante material*” graças aos programas do governo, mas disse que é sempre bom ter novidades.

Não constam no Relatório informações sobre a temática no que diz respeito às entrevistas com as famílias não usuárias e com representantes das organizações sociais e/ou sindicais. Encontram-se, no entanto, elementos que permitem apreender as visões dos pesquisadores sobre os espaços e os materiais disponíveis nas escolas visitadas.

No município, como dito anteriormente, foram visitadas três escolas localizadas em área rural, as quais atendem a crianças de 3 a 6 anos. O Relatório da Pesquisa de Campo descreve as condições da estrutura física e os materiais disponíveis para cada uma delas. A escola 1, municipal, atende a 192 crianças e oferece da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, atende a 45 crianças. O funcionamento da escola ocorre apenas no turno

da manhã. Sobre ela, o Relatório da Pesquisa de Campo apresenta a seguinte descrição:

Escola 1- Com relação aos espaços utilizados pela Educação Infantil, a escola disponibiliza os seguintes ambientes: sala de leitura, sala de vídeo, pátio, parque e refeitório. Cada um dos três períodos da Educação Infantil tem sua sala de aula e todos os espaços referidos são utilizados por eles, coletivamente.

As salas são adequadas, com mesas e cadeiras pequenas e coloridas, e todas novas; com quadro, brinquedos pedagógicos, jogos e livros de literatura infantil. As paredes são decoradas com produções das próprias crianças; com personagens da coleção “Pessoinhas”, da autora Ruth Rocha; alfabeto e numerais.

É importante ressaltar também que o espaço do parque infantil não é apropriado para os pequenos, pois os brinquedos não são no tamanho ideal.

Existe, na escola, um banheiro de acessibilidades para crianças com deficiência e, nos banheiros, um sanitário feminino e outro masculino adaptados, exclusivos para o uso das crianças da Educação Infantil. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Observa-se que a escola agrupa as crianças por idades (períodos), cujos grupos possuem salas próprias. Nas salas, as pesquisadoras observaram a presença de produções das crianças e também de material relativo à coleção de livros didáticos adotada na rede municipal de ensino. O Relatório da Pesquisa de Campo informa também que a estrutura física contempla a acessibilidade de crianças com deficiência e a existência de área externa, destacando, no entanto, que as dimensões dos brinquedos não atendem às necessidades das crianças menores, possivelmente as de 3 anos, idade com a qual ingressam nessa escola.

A escola 2, por sua vez, atende a 252 alunos da Educação Infantil e dos Ensinos Fundamental e Médio, este último pertencente à rede estadual, que compartilha do mesmo espaço. São 41 crianças da Educação Infantil, com idades entre 3 e 6 anos. No Relatório de Campo, os pesquisadores fazem a seguinte descrição dessa escola:

Escola 2 – A estrutura é bem antiga e inadequada para a Educação Infantil.

As crianças desse nível utilizam os seguintes espaços: salas de aula, parque infantil e espaço externo, composto por corredor e pátio.

Está sendo construída, na escola, uma rampa de acesso para deficientes físicos.

Nas salas de aula, há mesas para quatro cadeiras, novas e coloridas. Durante a visita, em cima dessas mesas havia livros didáticos da coleção “Pessoinhas” e alguns brinquedos. Na mesma sala, no turno inverso, funciona outra turma, daí porque, no canto da sala, ficam enfileiradas as cadeiras para as crianças do Ensino Fundamental. As paredes da sala são divididas entre as turmas. Numa delas, há afixados trabalhos das crianças, alfabeto, numerais e nomes das crianças. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Percebe-se que, além da observação de que se trata de um prédio antigo, que ainda se encontra em adaptação para o efetivo atendimento das necessidades das crianças, os pesquisadores descrevem poucos elementos nas salas (de aula) das crianças, com destaque para a coleção de livros didáticos adotada pela rede municipal de ensino. Percebe-se, também, que o compartilhamento de salas entre as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em turnos alternados parece limitar o uso da estrutura física (paredes) como espaço de documentação/exposição dos trabalhos das crianças. A área externa descrita revela-se também bastante limitada.

A escola 3, também municipal, foi definida no Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C como escola multisseriada. Atende a apenas 6 crianças entre 3 e 12 anos, abrangendo, portanto, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O relato a seguir, extraído desse Relatório, oferece uma visão sobre as condições do atendimento:

Ao chegarmos à escola 3, fomos recebidas pela professora, que também exerce a função de diretora (...). Na escola, há somente uma sala de aula, com classe multisseriada, com 6 alunos entre 3

e 12 anos de idade, do primeiro ano da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental.

A escola funciona no mesmo local do posto de saúde. Na sala da frente, funciona a sala de aula que atende às crianças, e na sala ao fundo, o posto de saúde. No dia em que ocorreu a visita, do lado de fora, as pessoas da comunidade esperavam atendimento médico.

Os materiais pedagógicos de que a escola dispõe ficam organizados na mesma sala em que os alunos são atendidos.

A escola tem jogos pedagógicos, brinquedos, mapas, globos, esqueletos do corpo humano, livros de literatura, bolas, bambolês e está utilizando a coleção “Pessoinhas”, da autora Ruth Rocha.

A sala de aula é bem organizada, embora também seja o espaço para guardar todos os materiais da escola. As paredes são decoradas com produções das crianças. Há bastante material escrito nas paredes.

O espaço da escola é utilizado por todos os alunos, uma vez que a turma é multisseriada.

Chegamos à escola no momento em que estava acontecendo o atendimento médico na sala do posto de saúde. As crianças se encontravam na sala de aula com a professora, em atividade. Como na sala havia somente cadeiras individuais e iguais para todos, a criança de 3 anos não alcançava os pés no chão.

Observamos, também, o almoço das crianças, que se deu de forma muito tranquila, apesar de, por não terem local adequado à refeição, elas pegarem os pratos com comida e buscarem um lugar para comer.

Na hora do intervalo (recreio), elas ficavam no pátio e brincavam juntas de correr. Somente a criança de 3 anos, da Educação Infantil, ficava à parte, olhando os maiores brincando. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012)

No relato, destaca-se a forma de agrupamento das crianças nessa escola, que conta com número reduzido de alunos. O termo utilizado pelas pesquisadoras – *multisseriada* – é o termo clássico usado para designar classes de Ensino Fundamental em áreas rurais, que agregam crianças que se encontram em diferentes etapas da escolarização. As pesquisadoras observam, também, que a escola é organizada e limpa, mas que a sala de aula é o espaço utilizado para guardar todos os materiais. A descrição destes indica que há certa variedade de

recursos, como *“jogos pedagógicos, brinquedos, mapas, globos, esqueletos do corpo humano, livros de literatura, bolas, bambolês”*, destacando ainda a presença dos livros da coleção *“Pessoinhas”*, da autora Ruth Rocha.

A inclusão de crianças de idades entre 3 e 12 anos na mesma sala de aula, além de contrariar as Diretrizes Complementares para a Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008), ao que indica o Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C, não foi acompanhada pela adequação do mobiliário para a criança mais nova (ou para atender a crianças de diferentes idades). Quanto aos espaços externos, registra-se a existência de pátio, mas não a presença de brinquedos ou de outros equipamentos a serem utilizados pelas crianças. Observa-se, também, que não há espaço, mobiliário e outros equipamentos para a realização das refeições, de forma confortável, pelas crianças.

MUNICÍPIO D

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D, no que se refere aos espaços e materiais, consta apenas a informação de que o representante da Secretaria Municipal de Educação limitou-se a dizer que as escolas têm boa estrutura física.

Nesse município, foram visitadas três escolas: duas pré-escolas rurais e uma creche urbana, e realizadas entrevistas com as respectivas diretoras.

Quanto aos espaços físicos, na descrição feita da rotina das crianças da escola 1, apareceu referência apenas a salas de aula. Na escola 2, conforme o Relatório de Campo, conta-se com sala de aula, pátio externo, quadra coberta, sala de vídeo e biblioteca. A escola 3, também de acordo com a descrição do referido Relatório de Campo, conta com sala de aula, terraço, brinquedoteca e sala de vídeo.

Quanto aos materiais disponíveis, duas diretoras entrevistadas mencionaram que não há muitos itens disponíveis e que contam apenas com

alguns brinquedos e materiais que as professoras produzem com as crianças. Mesmo aquelas que mencionaram os espaços da sala de vídeo, da biblioteca e da brinquedoteca, não fizeram referência a equipamentos e materiais desses ambientes. A diretora da escola 2 mencionou o recebimento de alguns kits do MEC.

No que diz respeito à visão dos pesquisadores, as observações presentes no Relatório da Pesquisa de Campo referem-se às três escolas com as seguintes características: uma atende a crianças de 4 e 5 anos numa mesma sala e no mesmo prédio onde funciona o Ensino Fundamental, primeiro segmento; outra atende a crianças de 4 e 5 anos em salas separadas, mas no mesmo prédio onde funciona o Ensino Fundamental, primeiro e segundo segmentos, ambas localizadas na zona rural; a terceira instituição é uma creche urbana que atende a crianças de 6 meses a 3 anos de idade. O relato das observações agrupa as três escolas. Procura-se distinguir cada uma delas, sempre que possível, para oferecer uma visão das singularidades presentes. No Relatório da Pesquisa de Campo, encontramos a seguinte descrição geral sobre essas instituições:

As escolas são bem localizadas e possuem estrutura física adequada e em bom estado de conservação, com espaços administrativos e pedagógicos organizados de forma a atender o número de crianças matriculadas e suas necessidades, ressaltando que os ambientes são iluminados e ventilados. As crianças têm acesso a água potável e o mobiliário é adequado às suas idades, com exceção de uma, que está funcionando, mas está precisando de adequações e de reforma para proporcionar um melhor atendimento, não possui água potável e o sistema de esgoto é o de fossa séptica. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Observa-se que a avaliação dos pesquisadores, no que se refere a aspectos como condições de funcionamento e localização, é positiva para duas das escolas. A avaliação difere quanto à terceira, fundamentando-se na inexistência de rede de esgoto e de água potável.

Para as duas escolas rurais que ofertam a Educação Infantil juntamente com o Ensino Fundamental, os pesquisadores afirmam que as instalações do refeitório não são adequadas, especialmente no que se refere às dimensões da mobília em

relação ao tamanho das crianças menores, destacando, no entanto, a presença de instalações para higienização das mãos, como no trecho a seguir:

Nas instituições onde a Educação Infantil funciona em paralelo ao Ensino Fundamental, no refeitório as mesas são compridas e os bancos e cadeiras não são adequadas ao tamanho das crianças. Nesses espaços, há lavatório, para onde as crianças são conduzidas para a higienização das mãos. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Com relação à instituição creche, que se localiza em área urbana e atende a crianças de área rural, o Relatório da Pesquisa de Campo detalha o ambiente das crianças de 0 a 1 ano, como se vê no trecho a seguir:

Na creche, as salas-referência, destinadas às crianças de 0 a 1 ano, são equipadas com berços e colchonetes individuais onde elas ficam manuseando objetos variados, coloridos e que produzem sons, sempre acompanhadas pela professora e uma auxiliar. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Destaca-se a forma de organização das crianças por faixa etária, reservando-se espaço específico para as crianças entre 0 e 1 ano. Quanto ao mobiliário, observa-se a existência de berços e colchonetes individuais e, no que se refere aos materiais disponíveis, os pesquisadores identificaram a presença de objetos para serem explorados pelos bebês.

Quanto ao ambiente destinado às crianças de 2 a 3 anos, o Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município D descreve uma organização do espaço e a presença de materiais bastante distintos daqueles descritos para o ambiente das crianças mais novas, como se vê no trecho a seguir:

Na sala destinada ao atendimento de crianças de 2 e 3 anos, o espaço é organizado com mesinhas e cadeiras de acordo com o tamanho delas, possui cartazes coloridos com o alfabeto e números, material para recorte e colagem e livros infantis. Tem um fraldário em cada sala, com porta, onde há o material necessário

para realizar as trocas de fraldas. Nesses ambientes, existem pia, chuveiros, lixeira com tampa, toalhas, luvas e algodão armazenado em recipientes com tampas. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

O relato indica a avaliação positiva dos pesquisadores quanto à organização da sala, destacando a existência de ambiente específico para a troca de fraldas – fraldário – e materiais para a higiene das crianças devidamente acondicionados. Os pesquisadores destacam ainda a presença de mobiliário adequado ao tamanho das crianças – mesas e cadeiras. Quanto a outros materiais disponíveis, o relato menciona materiais escolares e livros.

Nos dois ambientes – sala das crianças entre 0 e 1 ano e sala das crianças entre 2 e 3 anos –, no entanto, não foi encontrado mobiliário destinado aos adultos, que *atendem às crianças sentados no chão e andam de joelhos* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município D, UFMG, 2012).

Ainda referindo-se aos espaços da creche, o referido Relatório indica que *a área externa é bem cuidada e tem dois parquinhos com brinquedos instalados* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Com relação às duas escolas rurais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que atendem a crianças de 4 e 5 anos, o Relatório da Pesquisa de Campo apresenta alguns elementos relativos aos espaços. Na escola que atende a crianças de 4 e 5 anos na mesma sala, os pesquisadores relatam a existência de área externa, não havendo, no entanto, área verde, sendo todo o piso cimentado. Conforme o Relatório, essa escola *tem um parquinho e uma quadra coberta, onde as crianças se movimentam mais livremente* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Também na outra escola, cujas crianças são agrupadas em turmas específicas para as crianças de 4 e para as de 5 anos, também foi descrita a existência de área externa, sem menção à presença de área verde. Nessa escola,

conforme o Relatório de Campo, *não tem parquinho, as crianças utilizam a quadra para realizar movimentos amplos, acompanhadas por um professor de Educação Física* (Relatório de Campo, município D, 2012).

O Relatório informa, ainda, que as duas escolas contam, no que se refere aos espaços, com cozinhas onde são preparados os alimentos e com a existência de brinquedos.

MUNICÍPIO E

O representante da Secretaria Municipal de Educação do município E informou que este não possui creche rural e que, para a pré-escola, conta com salas que funcionam “*paralelas ao Ensino Fundamental*”. Conforme o Relatório da Pesquisa de Campo, o representante destacou que a estrutura física é adequada para as crianças desse nível de ensino. O informante acrescentou, ainda, que novas mobílias chegarão em breve, sem especificar suas características. Informou, também, que no município é utilizado o material didático do Positivo, com o Programa Aprende Brasil. Este foi, inclusive, destacado como ponto forte da política municipal de Educação Infantil.

Nesse município, foram visitadas três escolas, sendo uma creche rural e duas pré-escolas urbanas. Quanto ao espaço físico, na escola 1 (creche rural) existem salas de atividades, “salinha de DVD” e pátio. Na escola 2, salas de aula, sala de multimeios, dois laboratórios de informática, biblioteca, auditório, dois banheiros para a pré-escola, refeitório e cozinha. O Relatório menciona também um “campo”, que é propriedade do pai de um dos alunos da escola e utilizado pelas crianças. Refere-se ao desenvolvimento de atividades “na quadra”, mas não há menção a se esta quadra pertence à escola. Destaca a existência de um auditório e de dois laboratórios de informática. Há, ainda, menção ao fato de que não há pátio nem espaço para estruturá-lo. No caso da escola 3, constam, como espaços internos, pátio, auditório, sala de informática, biblioteca e brinquedoteca e, como

espaço externo, a quadra da comunidade. Conforme o Relatório de Campo, a entrevistada reconhece que o espaço é pequeno.

Quanto aos materiais disponíveis, as três diretoras entrevistadas informaram que é adotada a Apostila do Positivo. No Relatório, consta que a diretora da escola 1 (creche rural) indicou a presença de “muito material” enviado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, além do que é adquirido com o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e de festas que são realizadas todo ano, mas não especificou quais são esses materiais. Já a escola 2, conforme a síntese da entrevista constante do Relatório de Campo, “*é muito rica em jogos educativos, materiais que os próprios professores produzem, tem um acervo muito rico em livros*”. Quando se refere ao laboratório de informática, há a menção de que a escola é muito bem equipada, o que parece indicar a presença de equipamentos pertinentes. Quanto à escola 3, o Relatório traz a informação de que, para as crianças de 4 a 6 anos, “o material é pouco” e que a brinquedoteca tem poucos brinquedos. Não há informações sobre os equipamentos da sala de informática.

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E apresenta dados relativos a três famílias do campo que são usuárias de instituições de Educação Infantil. Essas famílias consideram que a estrutura física e a localização das escolas são adequadas. Uma delas mencionou que, na escola, há sala de aula e pátio. Uma das respondentes ressaltou que há quadra na escola. Foi destacada também a realização de atividades de colagem e com EVA. Outra participante salientou o material do Positivo que, segundo ela, incentiva a produção de brinquedos.

No item referente à opinião da família sobre o que é uma boa escola, no que concerne à estrutura física, o Relatório da Pesquisa de Campo destaca as seguintes opiniões: que a escola seja arejada e com pátio, com livros e brinquedos educativos de montar, que seja de alvenaria (família 2); que a escola tenha sala de aula, pátio, cozinha, cantina, refeitório, mesinhas e cadeiras, além de ser de alvenaria e possuir um parque e um pátio maior para as crianças brincarem (família 3).

Em relação às entrevistas realizadas com três famílias residentes em área rural e não usuárias da Educação Infantil, o Relatório da Pesquisa de Campo destaca que os aspectos indicados por tais famílias para a estrutura física das instituições foram: ter parque, possuir um espaço grande, ser de alvenaria, ter um lugar confortável para brincar e um espaço com areia, árvores e área natural. Quanto aos ambientes dos prédios escolares, indicaram: biblioteca, sala de brinquedos e sala de informática.

Em relação às visões de representantes de organizações e movimentos sociais, não há informações a respeito desse tema no Relatório da Pesquisa de Campo.

Quanto à visão dos pesquisadores, nesse Relatório encontra-se uma avaliação geral sobre as escolas visitadas:

As escolas selecionadas são situadas em locais de fácil acesso, possuem estrutura física adequada, estado satisfatório de conservação, espaços administrativos e pedagógicos organizados de forma a atender ao número de crianças matriculadas e a suas necessidades, apresentando ambientes iluminados e ventilados. Existem salas ociosas em um dos turnos, indicando que há vagas. As crianças têm acesso a água potável e os mobiliários são adequados às suas respectivas idades. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Como se depreende do trecho acima, a avaliação das condições gerais da estrutura física das escolas, bem como de sua organização, foi considerada satisfatória pelos pesquisadores, destacando a capacidade de atendimento ao número de crianças matriculadas.

O Relatório da Pesquisa de Campo detalha o mobiliário do berçário nos seguintes termos:

Na creche, a sala-referência destinada às crianças de 0 a 1 ano tem cinco berços e colchonetes individuais. Nesse contexto, as crianças manuseiam objetos variados, coloridos e que produzem sons; na sala destinada ao atendimento de crianças de 2 e 3 anos, o espaço é organizado com colchões e brinquedos, possui cartazes coloridos com o alfabeto e os numerais, material para recorte e colagem e livros infantis. Em duas salas, há fraldário anexo, com porta, e o material necessário para realizar as trocas de fraldas. Neste ambiente, localizam-se uma pia, lixeira com tampa, toalhas, luvas e algodão armazenado em recipientes com tampas. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)

O Relatório da Pesquisa de Campo descreve, ainda, o ambiente destinado à alimentação das crianças:

No refeitório da creche, as mesas são compridas e os bancos e cadeiras são adequados ao tamanho das crianças de 2 e 3 anos. Para os bebês, existem carrinhos, local onde estes fazem as refeições. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012).

No que se refere às crianças de 4 e 5 anos, cujo atendimento ocorre juntamente com o do Ensino Fundamental, o Relatório da Pesquisa de Campo indica que

existe um espaço destinado às refeições, organizado com uma mesa e bancos adequados ao tamanho das crianças. Nesse espaço, não há lavatório, no entanto, antes das refeições as crianças são conduzidas para a higienização das mãos. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Quanto aos espaços e equipamentos destinados à preparação da alimentação das crianças, o Relatório indica condições semelhantes nas instituições pesquisadas:

Nas instituições pesquisadas, as cozinhas são equipadas e possuem bancadas para o manuseio dos alimentos, separadas da higienização dos utensílios. As paredes são azulejadas até a metade do seu comprimento, o acesso é restrito, há o fornecimento de água corrente e o lixo é remanejado para fora do espaço. Os alimentos são preparados obedecendo às normas mínimas de higiene, o armazenamento dos alimentos é feito em refrigeradores e o local é seco e limpo. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Em tom avaliativo, os pesquisadores apontam sua percepção de que, embora haja limitações, os espaços e materiais disponíveis permitem o desenvolvimento de atividades com crianças da Educação Infantil e, por fim, mencionam o uso da Apostila do Positivo:

Ao considerar os relatos das informantes e a observação das instituições selecionadas, identifica-se que não há dificuldades em relação a vagas e que o espaço físico, mesmo tendo limitações, também não é um empecilho para o desenvolvimento das atividades previstas. Há material disponível para o atendimento educacional da criança e a Educação Infantil, nessas realidades, é desenvolvida considerando os pressupostos didáticos produzidos pelo sistema apostilado do Positivo. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

MUNICÍPIO F

Uma das representantes da Secretaria Municipal de Educação do município F informou que há escolas de Educação do Campo que não possuem energia elétrica e, referindo-se a uma escola do campo que foi reformada, distante duzentos quilômetros da sede, afirmou que apresenta “*espaço físico*” ótimo, mas não possui qualquer “*material didático*”.

Destacou as dificuldades enfrentadas pela Secretaria para assegurar materiais didáticos para as escolas do campo, aspecto mencionado como desafio, referindo-se a entraves burocráticos da prefeitura, relacionados, ao que parece, à

ausência de compreensão dos setores responsáveis sobre a importância da materialidade para a educação das crianças, como explicitado no Relatório da Pesquisa de Campo:

Outro grande desafio a ser enfrentado pelo município diz respeito à falta de material didático. Existem dificuldades para a compra desse material que nem mesmo a secretária e as diretoras souberam especificar e disseram ser da ordem do “burocrático: a compra emperra na prefeitura e a gente não sabe ainda o porquê disso; falta agilidade”. “Não houve ainda compreensão por parte da prefeitura da necessidade e da importância desse material”, observou a Diretora de Educação Básica. No entanto, percebe-se uma preocupação da Secretaria em tentar resolver essa questão, uma vez que existem os recursos financeiros para viabilizar as compras necessárias. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

O Relatório agrupou as informações prestadas pela Diretora da Educação do Campo e sua vice, responsáveis pela gestão de todas as escolas visitadas, uma vez que uma só entrevista foi realizada com ambas. As três escolas da amostra são classificadas como pré-escola e estão localizadas na zona rural.

Não há informações das entrevistadas sobre a estrutura física das escolas. No entanto, no item sugestões, elas indicaram a necessidade de construção de mais escolas e creches e a melhoria da infraestrutura das escolas.

Quanto aos materiais disponíveis, mencionaram a aquisição, pela Secretaria Municipal de Educação, de geladeiras, televisores, aparelhos de som e DVD para todas as escolas da rede. Apontaram a inexistência de computadores. Não há detalhes sobre os materiais utilizados pelas crianças, mas ao informar que é disponibilizado material escolar para toda a rede no início do ano letivo, a diretora de Educação do Campo disse que, para a Educação Infantil, nada é recebido do Governo Federal.

O Relatório agrupou as famílias usuárias e não usuárias, as quais avaliaram que as escolas possuem infraestrutura precária, mencionando prédios sujos e

presença de escorpiões, e que são muito distantes das residências de grande parte das crianças.

Com relação à visão dos pesquisadores, o Relatório da Pesquisa de Campo destaca questões metodológicas da pesquisa, informando que as escolas escolhidas para a pesquisa qualitativa, as mesmas sorteadas para a amostra do estudo quantitativo, não correspondem àquelas que, para o município, integram sua área rural. O trecho a seguir apresenta as avaliações dos pesquisadores sobre a inadequação das escolas escolhidas, com base no apontado pela secretária de educação e pelas diretoras entrevistadas:

A situação da Educação Infantil em (...) pode ser considerada razoável apenas para a sede. No que se refere à zona rural, o que pudemos observar e comprovar configura-se num quadro de grandes dificuldades e desafios. Não há creches e, conseqüentemente, não há atendimento em Educação Infantil para as crianças de 0 a 3 anos de idade que residem no campo. A rigor, ainda não existe no município algo que se possa chamar de Educação Infantil do Campo. A secretária e as diretoras participantes da entrevista chegaram mesmo a ironizar a escolha das escolas a serem visitadas (as escolas da amostra da pesquisa). Segundo elas, as três escolas da amostra, apesar de serem consideradas e catalogadas como escolas rurais, são próximas da sede e não traduzem, de forma alguma, a dura realidade vivida pelas escolas do campo. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se também, no trecho acima, que, de acordo com os pesquisadores, a situação da educação das populações do campo, nesse município, é de grande precariedade, não sendo sequer possível falar em Educação Infantil do Campo. O trecho a seguir oferece mais elementos a esse respeito:

Todas essas escolas encontram-se funcionando de forma provisória, em espaços improvisados: duas funcionam em espaços cedidos por associações comunitárias e outra desenvolve suas atividades num espaço cedido por uma antiga creche comunitária. Também a escola adicional funciona precariamente num espaço cedido pela igreja da comunidade. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Percebe-se que a oferta de Educação Infantil no município, especialmente para as crianças residentes em área rural, embora se trate de atendimento público, conta com instalações improvisadas e precárias, nos moldes do início do processo de expansão das creches nos grandes centros urbanos. A estrutura física dessas escolas, de acordo com o Relatório de Campo, não se assemelha a prédios escolares ou a instituições educacionais. Os pesquisadores destacam a precariedade e, ao mesmo tempo, registram sinais de cuidados por parte dos responsáveis por esses ambientes, como é o caso da menção à limpeza dos mesmos:

As escolas visitadas, a rigor, não se configuram em escolas tal qual conhecemos nos grandes centros. São espaços simples, com salas de aula improvisadas, cozinha (todas possuem uma pequena cozinha) e banheiros. Chamaram a atenção pela simplicidade e, ao mesmo tempo, pelo asseio, sendo todos os ambientes muito limpos, inclusive o chão. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Na sequência, os pesquisadores destacam as marcas da Igreja Católica, presentes nas paredes do salão que abriga uma das escolas:

Uma das escolas, por funcionar no salão paroquial da igreja, possui apenas uma pequena sala de aula, com paredes cobertas por imagens e cartazes com dizeres da religião católica. Exceto nessa escola, pela própria natureza do espaço (cedido pela igreja da localidade), percebemos a tentativa das professoras de tornar os ambientes mais parecidos com uma escola, mais acolhedores e mais “infantis”, com a colocação de vários murais coloridos nas paredes. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F, UFMG, 2012)*

No trecho acima, observa-se ainda a descrição de elementos designados pelos pesquisadores como tentativa dos professores de tornarem os ambientes mais parecidos com uma escola e mais acolhedores para as crianças. A exceção é justamente a escola que funciona em sala cedida pela igreja, cujas “marcas” da religião católica ocupam os espaços disponíveis para uma possível ambientação pertinente à Educação Infantil.

Com relação aos espaços existentes nas três escolas constantes da amostra, o Relatório da Pesquisa de Campo destaca que elas possuem pátios, mas todos desprovidos de brinquedos ou de outro objeto indicador da presença de crianças e/ou brincadeiras infantis. A descrição abaixo oferece uma visão do cenário das áreas externas das escolas visitadas:

Um desses pátios, inclusive, era todo de areia e tinha balanços quebrados que foram encostados num canto, pois as professoras relataram que preferiam não deixar as crianças brincarem pelo receio de que elas se acidentassem. Na escola do (...), as crianças estavam todas no quintal, nas mesinhas embaixo de árvores. A rigor, apesar de existirem pátios, quintais e algumas árvores, não podemos falar da existência de áreas verdes propriamente ditas e não observamos nenhum animal em nenhuma das escolas ou nas proximidades. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Depreende-se, do relato, o caráter de aridez do ambiente e a ausência de condições para o enriquecimento das experiências das crianças e de elementos que promovam o seu bem-estar. O relato prossegue evidenciando a total inadequação, sob qualquer ponto de vista, e, ainda mais fortemente, se considerarmos os instrumentos normativos da Educação Infantil e da Educação do Campo, a negação de direitos às condições mais elementares de saúde, educação e bem-estar para as crianças do campo nesse município:

Apesar de estarem bastante limpas, as instalações sanitárias eram todas muito precárias e todas sem adequação de uso para crianças pequenas, muito menos para crianças com mobilidade reduzida. Numa das escolas, o banheiro não possuía azulejos, encontrava-se com a porta quebrada e não havia distinção de uso para meninos, meninas ou mesmo adultos: era um banheiro apenas, de uso comum, e com uma aparência geral muito ruim. Em nenhum deles, havia sabonetes, toalhas ou mesmo papel toalha para as crianças lavarem suas mãos; alguns banheiros possuíam apenas vasos sanitários e nem mesmo possuíam pias/lavatórios.

As escolas possuíam telhados bons e paredes pintadas, normalmente com tinta de segunda linha. Chamou muito a nossa

atenção uma escola com iluminação geral muito deficiente, salas pequenas e mal ventiladas, sem privacidade. Numa das salas, que funcionava numa espécie de garagem da casa, as crianças podiam transitar normalmente entre a escola e a rua. Muitas vezes, as professoras não conseguiam controlar esse trânsito devido à dificuldade de fechar a porta, muito grande e inadequada para uma escola. (...) A água era disponibilizada para as crianças em filtros de barro; em apenas uma das escolas observamos a existência de bebedouro, mas não foi possível confirmar se o mesmo estava em boas condições de funcionamento. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O mobiliário apresentava as mesmas condições de precariedade descritas para a estrutura física das escolas, como se vê no trecho a seguir:

Como estes edifícios eram “escolas de improviso”, todas as dependências, assim como portas e janelas, nos pareceram inadequadas. O mobiliário, muito pobre e escasso, com poucas cadeiras e mesinhas individuais. Aliás, acerca das mesinhas, a diretora de Educação do Campo observou, no momento da entrevista, que as mesinhas existentes nas escolas do município não são as mais adequadas para as crianças pequenas e que “já houve caso de crianças subirem e caírem, já teve acidente, e as professoras são muito cuidadosas, então elas têm medo e nem deixam as crianças ficarem brincando muito”. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

As descrições dos pesquisadores se encerram com as informações a respeito das novas instalações de duas das três escolas, como se vê a seguir:

A boa notícia no que se refere a essas escolas visitadas é que o tempo do improviso e da precariedade está terminando para duas delas. A primeira está em reforma desde janeiro de 2012. A Diretora de Educação Básica, que nos acompanhou em todas as visitas, informou que a obra está em atraso e já deveria ter sido concluída. Visitamos a obra e encontramos um prédio já praticamente pronto, com uma grande área verde, parquinho e cinco amplas e bem iluminadas salas de aula onde as crianças poderão ser separadas por idade. Essa escola terá infraestrutura física que lhe permitirá atender ao público na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Vimos espaços que serão destinados a fraldário,

lactário, brinquedoteca, berçário, refeitório, cantina e biblioteca. As instalações sanitárias são separadas para adultos e crianças e existem chuveiros e lavatórios. Visitamos também a obra de reforma do prédio que vai abrigar a segunda escola, que se encontra já bem avançada, em fase de acabamento. Vimos que a escola, a exemplo do que acontecerá com a primeira, ficará muito bem instalada e as crianças poderão ser atendidas adequadamente. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O que se observa é que, embora a política municipal esteja dando sinais de ações no sentido de elevar a qualidade das condições de atendimento às crianças, tudo indica que está longe de construir uma política de Educação Infantil que atenda com dignidade às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

Considerações sobre os espaços físicos e materiais disponíveis nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

Observa-se que, dos seis municípios, cinco representantes das Secretarias Municipais de Educação limitaram-se a menções genéricas relativas à adequação do espaço/estrutura física para a Educação Infantil do campo. Um deles mencionou que este é um aspecto fundamental para assegurar o direito das crianças e outro destacou a dimensão lúdica desse espaço. Outro representante salientou a importância dessa dimensão por meio da explicitação do reconhecimento de que as condições locais são extremamente precárias, já que o município tem uma área rural muito extensa e escolas situadas a duzentos quilômetros da sede, que não contam sequer com energia elétrica, funcionando privadas de condições materiais mínimas. Observa-se, com relação a esse município, a dificuldade enfrentada pelo setor educacional para contornar as dificuldades burocráticas da administração e alcançar, no interior da política municipal, reconhecimento da importância de condições materiais para a Educação Infantil do Campo.

No que se refere aos materiais, dos seis Relatórios de Campo, cinco trazem elementos a respeito. Destes, dois apresentam indicações genéricas, sendo que um deles reconhece a necessidade de brinquedos e equipamentos sem, no

entanto, informar o que o município faz para assegurá-los. Outros dois informam a utilização de livros didáticos. Nestes, foi possível apreender grande satisfação dos entrevistados com essa opção, o que parece indicar que há uma forte associação entre a qualidade do trabalho e o uso desse tipo de material.

Destaca-se o relato do município F com relação à ausência de reconhecimento da administração municipal sobre a importância de se assegurarem condições materiais mínimas para as escolas de Educação Infantil do Campo.

Tais elementos indicam que é ainda muito pequeno o investimento em infraestrutura, bem como em outros aspectos da materialidade das instituições de Educação Infantil para as crianças do campo, demonstrando grande distância entre a realidade e o que preveem os instrumentos normativos da área (BRASIL, 2002; 2008; 2009), bem como os parâmetros indicados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2006).

A análise dos Relatórios de Campo, com foco na percepção dos representantes das escolas sobre a estrutura física e os materiais disponíveis nas instituições, revela uma diversidade de situações, como era de se esperar, sobretudo pela diversidade dos municípios pesquisados, em termos socioeconômicos. Observa-se, no entanto, que as escolas de Educação Infantil, do campo ou urbanas, que atendem a crianças residentes em áreas rurais, estruturam-se por meio de salas de aula e de outras peças destinadas a atividades com diferentes recursos, a exemplo de salas de multimeios e laboratórios de informática. Os materiais que foram mencionados pelas entrevistadas também revelam que a Educação Infantil para as crianças do campo incorporou elementos da escola de Ensino Fundamental, aparecendo o uso de cadernos e lápis, desde a creche, e o uso de material mimeografado.

Observa-se também um expressivo reconhecimento da importância da presença de livros e brinquedos, tendo esses objetos sido mencionados por praticamente todas as entrevistadas, indicando que há a compreensão de que devem integrar as experiências cotidianas das crianças. Tal reconhecimento indica que os estudos da área (cf., por ex., BARBOSA E HORN, 2008), bem como as

indicações dos instrumentos normativos (BRASIL, 2002, 2008, 2009), embora não contemplados efetivamente por todas as escolas, estão presentes nas falas dos responsáveis pelas mesmas.

Apenas as duas escolas de um dos municípios (B), ambas localizadas em assentamentos, apresentaram, na fala das entrevistadas, elementos que indicam especificidades da realidade do campo, embora não exclusivamente, no que se refere aos espaços físicos, como a presença de jardins e horta que favorecem o contato das crianças com elementos naturais. Uma delas, que se encontra no centro de uma agrovila, indicou ainda a utilização de outros espaços da comunidade, a exemplo dos lotes de produção, como ambientes frequentados pelas crianças, integrando o projeto educativo, o que indica uma prática que não se limita aos contornos físicos dos prédios escolares. Destaca-se, ainda, que a Secretaria de Educação tem diretrizes pedagógicas para toda a rede, mencionadas pelas entrevistadas, indicando a utilização dos diferentes espaços da escola em rodízio, sem que a turma de crianças fique referenciada em uma única sala. Observa-se, nesse município, a confluência de diversos fatores que fazem com que, desde a regulamentação até as práticas cotidianas, evidencie-se o propósito de realizar, para as crianças do campo, uma Educação Infantil que considere seus direitos, necessidades e condições de desenvolvimento e de participação na cultura.

Outro elemento a ser destacado refere-se às declarações das famílias a respeito das condições materiais das instituições de Educação Infantil dos municípios pesquisados.

Os Relatórios de Campo oferecem poucos elementos relativos às opiniões das famílias residentes em área rural, usuárias de Educação Infantil, sobre a estrutura física e os materiais pedagógicos. Entretanto, destaca-se a crítica feita por uma das famílias às condições extremamente precárias e inseguras de uma das escolas. Quanto à estrutura física, foi mencionada por elas a existência de salas de aula, pátio, cozinha, cantina, refeitório, mesinhas e cadeiras. Observa-se também a aprovação do uso de apostilas e livros didáticos e a menção a materiais escolares “convencionais”, como os utilizados para recorte e colagem, cartolina, massinha,

canetinha, tinta e EVA. Identificou-se, além disso, a menção aos brinquedos convencionais e àqueles confeccionados pelas crianças. As referências ao mobiliário descrevem móveis que supõem atividades em sala de aula, como mesas e cadeiras, sendo, inclusive, a expressão *sala de aula* utilizada por vários respondentes para designar os ambientes de referência das crianças. Depreende-se, desses elementos, que, devido ao fato da Educação Infantil não fazer parte da tradição da oferta educacional pública e, sobretudo, em decorrência da ausência de modelos concebidos para as crianças pequenas, as referências presentes entre as famílias reproduzem a visão mais geral de escola.

A análise dos Relatórios de Campo, no que concerne às observações e impressões dos pesquisadores sobre as condições físicas e materiais das escolas, revelou que, entre as escolas pesquisadas, existem diferenças internas a cada um dos municípios e entre eles. Os pesquisadores identificaram ações de diretoras e professoras no sentido de viabilizar condições físicas e materiais adequadas, evidenciadas pela presença de materiais didáticos, livros, objetos e brinquedos ao alcance das crianças, exposição de trabalhos estas nas paredes, mobiliário adequado ao tamanho dos meninos e meninas, bem como área externa com elementos naturais e objetos (brinquedos) para uso das crianças. No entanto, como regra geral, as instituições pesquisadas não reúnem todas essas condições, havendo um ou alguns desses elementos presentes em cada uma delas, com a exceção das duas escolas localizadas em assentamentos do município mais rico dentre os pesquisados na Região Sudeste. Mesmo assim, estas escolas apresentam condições distintas, com uma delas evidenciando organização do espaço e construção dos ambientes de forma mais rica do que a outra que, inclusive, os pesquisadores identificaram aproximar-se, em termos de estrutura física, das escolas urbanas. Essas duas escolas encontram-se em um município que possui proposta pedagógica estruturada para toda a rede, na qual os usos dos espaços, sem a existência de salas- referência, induzem a maior movimentação das crianças entre os ambientes.

Assim, a análise dos Relatórios de Campo indicou que a expressão de projetos pedagógicos consistentes, que incorporem e articulem os princípios expressos nos instrumentos normativos da Educação Infantil e da Educação do

Campo nas estruturas físicas e nos materiais disponíveis, não está presente nas instituições visitadas, ressalvada a exceção acima mencionada. Além disso, pesquisas confirmam a precariedade das escolas do campo em relação aos outros níveis de ensino, as quais até funcionam em espaços improvisados, alguns dos quais cedidos por organização religiosa. Nestas e em escolas em que a Educação Infantil divide a mesma sala com o Ensino Fundamental em outro turno, revelaram-se limitadas as possibilidades de uso da estrutura física para a construção de um ambiente atrativo para as crianças e da valorização de suas produções. Em um desses casos, pareceu paradigmática a presença (quase) exclusiva de mensagens religiosas nas paredes da sala onde as crianças passam a maior parte do tempo.

Observa-se também que a existência de áreas externas às edificações não se constitui na regra, mesmo para as escolas localizadas em áreas rurais, onde se supõe uma menor aglomeração de edificações. Registra-se, ainda, a aridez de áreas externas às escolas visitadas, sem equipamentos ou elementos naturais capazes de favorecer experiências enriquecedoras para as crianças.

Destaca-se, no que se refere aos materiais disponíveis, a adoção, pelas políticas municipais de Educação, de coleções de livros didáticos e apostilas para toda a rede de Educação Infantil, incluindo as escolas rurais. A presença desses livros e apostilas foi identificada em todas as escolas dos municípios que os adotam. Também o uso de materiais escolares convencionais, como cadernos presentes desde o berçário. Em nenhum dos relatos houve a descrição de materiais diversos daqueles próprios das escolas urbanas, ou produções das crianças que evidenciassem seu uso, como elementos naturais para a construção de objetos tridimensionais ou para desenhos, pinturas etc. Também não foram descritos brinquedos construídos com materiais próprios das regiões em que se localizam as escolas, o que vale também para os materiais das edificações.

2.2. Professores das Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

De acordo com a atual LDB, Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental devem ter formação em nível superior, admitindo-se, como formação mínima aquela obtida em nível médio, na modalidade Normal. A LDB prevê, ainda, em seu Art. 67, que aos professores sejam assegurados:

inclusive nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga horário de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Tais princípios são reforçados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e nas Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008), que preveem a observância da formação inicial e de formação continuada dos professores. As Diretrizes Complementares preveem, ainda, no parágrafo 2º do art. 7º que:

a admissão e formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades (BRASIL, 2008).

Os Relatórios de Campo referentes à pesquisa nos seis municípios da Região Sudeste apresentam elementos relativos aos professores que atuam na Educação Infantil, compreendendo as visões dos diferentes atores entrevistados, as quais serão analisadas a seguir.

2.2.1. Os professores da Educação Infantil: visões dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

MUNICÍPIO A

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A informa que, conforme depoimento do representante da Secretaria Municipal de Educação, a maioria dos professores possui curso superior e trabalha em um turno. Refere-se também a berçaristas, auxiliares de berçário e recreadores. Para as berçaristas, a exigência é de formação em Ensino Médio, modalidade Normal. Os auxiliares de berçário e recreadores possuem o Ensino Fundamental. Quanto à formação continuada, consta que, ao assumirem os cargos, os professores passam por um “projeto de capacitação” e que durante o ano, os docentes e diretores “fazem formação”. No trecho a seguir, encontram-se informações sobre a carga horária e o salário dos profissionais da Educação Infantil (professores, berçaristas e recreadores) nesse município:

As creches para crianças de até 4 anos, 11 meses e 29 dias são estabelecimentos de período integral onde as crianças são atendidas por professores, berçaristas e recreadores. Os professores trabalham por 22h30min semanais e percebem um salário em torno de R\$ 2.215,00. Os berçaristas, para os quais o edital de seleção exige o Ensino Médio, modalidade Normal, percebem um salário de R\$ 1.782,80 para uma carga horária de 32h30min. Os auxiliares de berçário e recreacionistas possuem o Ensino Fundamental, trabalham uma jornada de 32h30min semanais pelo salário de R\$ 918,88. Foram contemplados com a formação do Pró-Infantil. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

O Relatório traz informações a respeito das visões dos representantes de três escolas, informações estas referentes exclusivamente à formação continuada. Tais representantes informaram que há formação continuada oferecida pela prefeitura, citando encontros a cada dois ou três meses (escola 1), reunião com a coordenadora da entidade (escola 2) e encontro mensal da Escola Ativa, de um dia inteiro, com os professores da Educação Infantil. Os temas apontados como aqueles que são destacados nessas formações foram: recreação, música, o brincar (ou o lúdico), confecção de brinquedos e higiene.

Os pesquisadores visitaram e entrevistaram representantes de três famílias residentes em áreas rurais e usuárias da Educação Infantil. Cada uma das famílias, de acordo com o Relatório de Campo, destacou pontos distintos sobre os professores de seus filhos. A entrevistada da família 1 disse considerar *interessante o professor morar na comunidade, pois ele conhece cada aluno e sabe onde eles moram. Acha que tanto o professor homem quanto a professora mulher têm a mesma capacidade*. Essa mesma entrevistada apresentou como sugestão que a escola tenha *uma pessoa capacitada para ensinar Educação Física para as crianças* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Já a representante da família 2 avaliou positivamente os professores que, segundo ela, *são muito bons, pois mesmo não recebendo (quando ocorre atraso do pagamento), cuidam muito bem das crianças*. Consta ainda, no Relatório da Pesquisa de Campo, que a entrevistada disse que o atraso no pagamento dos professores costuma levar ao fechamento da creche, o que leva muitas mães a se mobilizarem para cobrar do prefeito e do secretário de educação a regularização da situação.

A entrevistada da família 3 afirmou que a filha gosta muito das professoras; que estas estabelecem boa relação com a comunidade e que fazem curso de aperfeiçoamento.

Não constam, no Relatório, informações a respeito do tema para famílias não usuárias da Educação Infantil. Também não foi possível identificar elementos da avaliação dos pesquisadores sobre esse tema. Além disso, não foram realizadas

entrevistas com representantes de organizações e movimentos sociais nesse município.

MUNICÍPIO B

De acordo com o Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município B, a representante da Secretaria Municipal de Educação informou que esse órgão possui duas coordenadoras técnicas, uma para as creches e outra para as pré-escolas. Essas coordenadoras são responsáveis por organizar os processos de formação continuada dos professores da Educação Infantil do município. Informou, ainda, que, ao ingressarem na rede municipal, os professores passam por processo de formação e que, a cada dois meses, desenvolvem atividades de formação continuada, oferecida por um centro específico para formação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Quanto ao local de residência dos professores que atuam na Educação Infantil do Campo, a entrevistada informou que somente duas professoras residem no campo, uma em cada um dos assentamentos, e que estas, em sua prática pedagógica, “articulam questões do campo”, embora o município não possua um documento com organização curricular específica para a Educação Infantil do Campo.

Outros elementos destacados da entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação referem-se à existência de horário remunerado de trabalho pedagógico e formação e a abordagem de “temas transversais”, como se vê no trecho a seguir:

Os professores (...), incluindo da Educação Infantil, também possuem o HTP, horário de trabalho pedagógico, que é remunerado e que se destina também à formação. Insistiu que eles precisam investir em formação na Educação Infantil do Campo. O centro de formações também oferece formações transversais, como a que está ocorrendo agora, de literatura africana, com a diferença de que, nestas, os professores são convidados, enquanto a formação continuada é feita por convocação. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012*).

Destaca-se o caráter compulsório da formação continuada (a cada dois meses), evidenciando que parece haver uma incorporação da importância de envolvimento de todos os professores da rede nesses processos.

No município, foram entrevistadas representantes de duas escolas. Elas informaram que há cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e confirmaram as horas de trabalho pedagógico remuneradas. Os temas citados como exemplos dos cursos de formação continuada foram Musicalização (escola 1) e Literatura Infanto-Juvenil Africana (escola 2). A diretora da segunda escola *salientou que, internamente, a escola possui uma preocupação muito grande com a formação dos alunos e, principalmente, a relacionada às questões do campo, contudo, não explicitou como essa formação ocorre, em que momento e de que maneira* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012).

O Relatório da Pesquisa de Campo agrupou as informações relativas às visões das famílias usuárias e não usuárias, oferecendo os seguintes elementos extraídos das entrevistas:

As sugestões em relação aos profissionais: “Tem que ser um bom profissional; não pode influenciar as crianças com a cabeça da cidade, tem que saber conviver com elas, porque estamos numa área rural; que seja um bom profissional...” (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se a preocupação com o papel do professor em relação a valores do mundo rural. Outro elemento destacado refere-se a qualidades pessoais dos professores e, especificamente, ao reconhecimento da dedicação da diretora de uma das escolas:

“Tem professor que leva nossos filhos para passar final de semana com eles, aqui eles trabalham com o coração”; “queria dizer, moramos num pedacinho do céu. Deus preparou tudo, até a diretora que veio. Quando ela veio, arregaçou as mangas para ajudar ... estamos num pedacinho do céu, ela cuida com carinho e se ela percebe que as crianças não têm roupa, ela tira do dinheiro dela e compra. Eu pergunto para Deus se eu mereço esse

pedacinho do céu.” *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

As famílias visitadas nesse município pertencem a assentamentos da Reforma Agrária, o que parece ser um fator que influencia a presença de referências explícitas aos valores do campo.

Já os registros das impressões dos pesquisadores ajudam a confirmar elementos presentes nas entrevistas e analisados nos itens precedentes. O trecho a seguir é ilustrativo de uma percepção composta por informações obtidas de outras pessoas (no caso, o motorista que os acompanhou) e do que viram no campo:

São importantes algumas palavras a mais para descrever a notoriedade da diretora da escola 1. Quando informamos ao motorista que nos acompanhava que iríamos pesquisar a escola, ele logo tratou de afirmar a importância da diretora para a comunidade e para a escola, dizendo que foi um grande “presente” que aquela comunidade havia recebido: a vinda de (...) para a direção. E nossas impressões foram tratando de reconhecer estas afirmações, desde a maneira como que fomos acolhidos (já descrita neste relatório) até a beleza, organização, qualidade, entre outros atributos gerais com que reconhecemos a escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil. E ele fez questão também de deixar transparecer a importância que ela própria e a escola atribuíam à valorização dos homens e mulheres do campo e dos princípios da Educação do Campo. Quando nós chegamos, um de seus primeiros comentários foi dizer que o maior objetivo da escola era recuperar o amor do estudante à terra que, segundo ela, vinha se perdendo nas novas gerações. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Ao comparar-se os as falas da diretora, que indicam a existência de um projeto claro de Educação do Campo, caracterizado pela organização dos ambientes de aprendizagem das crianças de forma rica, e de uma interação igualmente rica da escola com a comunidade, percebe-se a importância da associação de condições materiais asseguradas pelo poder público e também de uma formação e/ou perfil profissional que conjugue conhecimentos pedagógicos com compromisso político com a comunidade.

MUNICÍPIO C

Quanto ao município C, a representante da Secretaria Municipal de Educação enfatizou o reconhecimento da importância de “*investimento na carreira do professor, com salário decente*”. Não há, no Relatório da Pesquisa de Campo, informação sobre os salários dos professores e a existência de plano de carreira. Consta que, no município, 95% do corpo docente têm ensino superior.

A Secretaria Municipal de Educação dispõe de um coordenador pedagógico para um trabalho mais próximo aos professores e oferece oficinas pedagógicas e formação a cada 15 dias para “*contextualizar*” os livros da Coleção Pessoinhas, já referidos neste Relatório Regional, “*com as especificidades da área rural*”.

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C reproduziu o Plano Municipal de Educação, no qual constam elementos relativos aos professores, transcritos a seguir:

Garantir que todos os dirigentes das creches possuam formação específica em nível médio (modalidade Normal) e preferencialmente superior.

Estabelecer um programa para a formação em serviço dos profissionais que atuam nas creches e não tenham a formação mínima específica para atender a esta modalidade de ensino.

Estimular a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para a Educação Infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 e 5 anos. (*Plano Municipal de Educação do município C, Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se que há, no Plano Municipal de Educação, menção específica às creches, embora não se faça referência à Educação Infantil do Campo. Indica a meta de atingir a formação mínima legal para os professores (nível médio), deixando claro, no entanto, que os professores devem ser formados preferencialmente em nível superior. Essa informação, quando cotejada com aquelas obtidas por meio de entrevista, segundo a qual 95 % dos professores possuem nível superior, não deixa claro se este índice abrange todos os professores, inclusive os das creches, mencionados explicitamente no documento

citado acima. Não fica claro também se as creches, nesse caso, referem-se a instituições públicas, comunitárias ou filantrópicas.

Nesse município, foram entrevistadas representantes de três escolas. Duas delas mencionaram a formação quinzenal na Secretaria Municipal de Educação (escolas 2 e 3) e duas (escolas 1 e 2) ressaltaram que a prefeitura oferece formação e oficinas pedagógicas. Uma das escolas (escola 1) indicou também que há uma verba própria da escola que permitiu que a mesma viabilizasse uma formação em Português e Matemática para os professores, temas escolhidos pela escola.

No que diz respeito às informações obtidas nas entrevistas realizadas com duas famílias residentes em área rural, usuárias da Educação Infantil, as representantes dessas famílias destacaram o papel do adulto no acompanhamento das crianças em todos os momentos, sendo que uma delas (família 1) o fez indicando que a professora é muito boa. A família 2, por sua vez, destacou esse aspecto indicando a necessidade de ajudante para os professores da Educação Infantil, pois considera que, dependendo do número de alunos, apenas *“um professor não dá conta”*.

No caso das famílias não usuárias que foram entrevistadas na pesquisa de campo, uma sugeriu que houvesse *“arte-educador para realizar atividades brincantes com as crianças”*. Nessa mesma família, os pesquisadores ouviram a opinião da avó de uma criança que não frequenta a Educação Infantil e que é funcionária da escola, para quem *“se o filho aprende, a professora é boa”*.

Para outra família, cuja entrevistada foi a mãe de dois meninos gêmeos de dois anos que não estão na escola, todas as informações referiram-se à professora da irmã mais velha dos meninos, que tem 9 anos e estuda em uma escola multisseriada. Sua avaliação foi muito positiva, referindo-se ao carinho da professora e também ao desempenho de sua filha. Não há referências sobre sua percepção sobre professores da Educação Infantil.

Já com relação às organizações e movimentos sociais, no caso do município C, há apenas a informação de que o representante teria afirmado que “os

professores são bons, principalmente os que trabalham no distrito de (...)” (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Não constam, no Relatório de Campo, elementos que permitam apreender as visões dos pesquisadores a respeito desse tema.

MUNICÍPIO D

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D destaca, da entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Educação, a informação sobre a equipe pedagógica presente em cada escola:

Todas as escolas têm uma equipe gestora com diretores, pedagogos e coordenadores e, no município, tem uma equipe multifuncional com fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, além dos professores. Todos são graduados ou pós-graduados e participam das formações ofertadas pela Secretaria. A equipe pedagógica centra, coordena e apoia todo o trabalho realizado nas escolas. A informante considera o trabalho pedagógico muito bom. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Destaca-se a avaliação do entrevistado a respeito da capacitação dos professores para atuarem com crianças de 0 a 6 anos, sem indicar, no entanto, a capacitação relativa às questões da Educação do Campo. Além disso, cabe ressaltar a indicação de que os professores da rede possuem formação em nível superior e a formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação:

A informante comunicou que os professores são capacitados para atuar junto às crianças de 0 a 6 anos, por terem formação em nível de graduação e pós-graduação e que a Secretaria tem investido em formação, debatendo temas relativos à Educação Infantil. Além disso, tem a formação continuada no contraturno dos professores (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

O Relatório destaca ainda a existência de acompanhamento sistemático dos professores, salientando, como um dos aspectos positivos, o fato de o município contar com todos os professores em seu quadro de servidores efetivos, evitando-se, assim, a rotatividade e se assegurando a continuidade do trabalho:

Além disso, salientou que há um acompanhamento sistemático da equipe pedagógica e que os professores fazem planejamento e estudo na carga horária de trabalho. A entrevistada expressou, como um ganho da rede municipal, ter um quadro de professores efetivos, não havendo, portanto, rotatividade de profissionais. Na Secretaria, também há um quadro de efetivos, o que, na visão da respondente, garante uma continuidade dos trabalhos. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Percebe-se a valorização da formação inicial e da formação continuada articulada à estabilidade do quadro docente das escolas.

No município, também foram entrevistadas representantes de três escolas. Segundo o Relatório de Campo, todas elas ressaltaram que ocorre formação dos professores da Educação Infantil, uma vez por mês, sob responsabilidade de cada escola. Sobre o formato dessa formação continuada, a representante da escola 2 informou que o mais comum é que ocorram trocas de experiências entre os professores e, eventualmente, palestras com profissional externo à escola. Sobre os temas, somente para uma das entrevistadas (escola 3) o Relatório da Pesquisa de Campo menciona que, na última formação, foi abordado o tema “*profissional da Educação Infantil, trabalhando aspectos da motivação e autoestima, a saúde do profissional e competências, habilidades, desafios da aprendizagem*” (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Algumas referências ao professor da Educação Infantil foram apreendidas de forma indireta, quando as entrevistadas comentaram outros temas da entrevista. É o caso, por exemplo, da representante da escola 1 que, ao comentar sobre a obrigatoriedade da Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos, destacou a

necessidade de investimento na formação dos professores que julga não se encontrarem, no geral, preparados para essa etapa da educação, o que pode levar à submissão das crianças a exigências incompatíveis com suas idades, com ênfase excessiva na alfabetização. Essa entrevistada também indicou a formação de professores entre suas sugestões de como o município pode melhorar a qualidade da Educação Infantil do Campo.

No Relatório da Pesquisa de Campo, os pesquisadores registraram a opinião de uma professora da escola 2 que, durante a entrevista com a diretora, aproximou-se e opinou que todo professor da Educação Infantil deveria contar com um auxiliar para apoiá-lo. Não há, no entanto, informações sobre o perfil ou a formação dessa auxiliar.

Observa-se coerência entre as falas das entrevistadas das três escolas, especialmente no que concerne ao único formato de formação continuada mencionado, o que parece expressar a orientação geral do município.

O Relatório agrupou as informações das famílias usuárias e não usuárias. Um aspecto destacado nesse documento refere-se à informação das entrevistadas (mães de crianças da Educação Infantil) sobre a proximidade das professoras com a comunidade, o que foi constatado pelos pesquisadores, como se vê no trecho a seguir:

Sobre os profissionais, todas as mães relataram que conheciam as professoras e diretoras e que elas tinham um relacionamento íntimo com a comunidade. E foi o que percebemos quando visitamos as famílias acompanhados das professoras. Elas chegavam às casas apresentando grande proximidade com as mães, familiares e vizinhos. É certo que uma questão a ser notada é que as famílias entrevistadas nas duas escolas do campo, no município D, foram famílias que moravam muito próximas à escola. (...) As mães afirmaram ainda que possuem um bom convívio com as professoras, conhecendo sempre, mantendo contato periodicamente. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta ainda elementos relativos à visão das entrevistadas sobre a permanência dos professores nas escolas e à

preferência por professoras ou professores nas escolas de Educação Infantil. Segundo ele,

na percepção delas, não há muita rotatividade, acrescentando que quando ocorre, é só no início do ano. E ficou dividida a opinião quanto ao gênero dos professores, pois algumas logo afirmavam que preferiam mulheres, mas não aprofundavam a explicação das suas razões, enquanto outras ressaltavam que os professores, tendo certas qualidades, pouco importa são mulheres ou homens. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Com relação à entrevista com representante de organização social, o Relatório destaca o depoimento da secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município a respeito dos professores. Embora ela não tenha falado especificamente sobre a Educação Infantil do Campo, indicou, citando sua experiência pessoal, a importância que atribui aos professores na valorização do campo. O trecho a seguir exemplifica essa posição:

Citou como exemplo que até a oitava série vivia no campo, mas estudava na cidade, mas em uma escola cuja maioria de alunos era do campo. E que nesta escola os professores constantemente reproduziam em sua prática que a única forma dos alunos superarem sua condição de trabalhadores agrícolas era estudando muito para obter uma profissão melhor na cidade. E que isso, em sua opinião, reproduzia valores negativos acerca do trabalho rural, deixava-o menos “dignificante”, como disse com suas próprias palavras. E complementou que no Ensino Médio estudou em uma Escola de Família Agrícola e que lá apreendeu que o mundo rural ocupa um lugar muito importante na sociedade, o lugar de produtor de alimentos, e que o que se tem que buscar é superar os entraves econômicos e sociais para o seu pleno desenvolvimento. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Os pesquisadores, ao relatarem as condições de realização da pesquisa, ofereceram informação sobre o pequeno nível de conhecimento das professoras acerca da realidade das crianças a que atendem. O trecho a seguir evidencia essa situação:

Um problema que já foi apontado neste relatório é a questão de que as diretoras das escolas rurais acompanharam os pesquisadores nas entrevistas, podendo ter comprometido a liberdade das respondentes criticarem a escola. Um ponto favorável deste acompanhamento foi que percebemos que a coordenadora pedagógica da escola que atendia às duas turmas da Educação Infantil em uma mesma sala, pouco conhecia da realidade das famílias. Depois que saímos da entrevista da família de colonos que ela acompanhou, ficou visivelmente surpresa com as condições da família, sua pobreza e dificuldades, e principalmente com o fato da mãe levar as crianças e até os bebês para a lavoura, comentando muito o fato. Isso até levou a pesquisadora a comentar sobre programas de Secretarias de Educação que estabelecem uma periodicidade de visitas dos professores às casas dos alunos, para que possam aprofundar seu conhecimento da realidade social e familiar dos mesmos. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).*

Considerando o exposto, esses pesquisadores destacaram, em suas sugestões finais, a necessidade de investimento em formação específica para os professores que atuam e atuarão na Educação Infantil do Campo.

MUNICÍPIO E

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E informa que, de acordo com a entrevista realizada com a representante da Secretaria Municipal de Educação,

todas as crianças são atendidas por professores com a formação mínima exigida por lei e todos os docentes possuem graduação e pós-graduação, exceto um professor, que possui apenas o Ensino Médio no seu currículo profissional. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Esse Relatório informa ainda que “são contratados apenas professores para o atendimento educacional das crianças, não existindo a figura do cuidador, uma vez que há equipes de pessoal de apoio que estão localizadas nas escolas para

auxiliarem os professores”. Não explicita, no entanto, a formação e as condições de trabalho das referidas equipes de apoio.

A entrevistada avalia que a formação inicial dos professores em nível superior e também em pós-graduação “*assegura a qualificação*” desses profissionais para a atuação na Educação Infantil.

O Relatório da Pesquisa de Campo destaca também a razão professor-criança, informando que, segundo a representante da Secretaria, na Educação Infantil, há uma proporção de oito crianças para cada professor. É possível que esse número seja uma média, na medida em que não há especificação da razão adulto-criança por subfaixa etária da Educação Infantil. Essa informação foi acompanhada pela ressalva de que este aspecto torna a Educação Infantil muito onerosa para o município.

Quanto à formação continuada, destaca-se a informação a respeito dos planejamentos coletivos, da formação para trabalhar com o material didático do Positivo, já mencionado neste Relatório Regional, dos encontros de formação e da construção da proposta pedagógica, como se vê a seguir:

Além disso, a Secretaria apresenta planejamento coletivo como estratégia de formação e utiliza o material didático do Positivo. Nas atividades de formação continuada, são previstos encontros de formação e ações para a construção da proposta pedagógica, com a formação dos grupos de trabalho. Além disso, ocorrem debates temáticos que podem ser considerados como possibilidades de estudo.

Por fim, a respondente apontou, a título de sugestão, a necessidade de o Ministério de Educação (MEC) desenvolver, em nível nacional, ações de formação continuada para os profissionais da Educação Infantil. Lembrou que existem ações nessa direção em outros contextos (Escola de Gestores, Pró-Letramento e Gestar), por isso, ressaltou a importância do Ministério investir e implementar atividades formativas para a Educação Infantil, reconhecendo que é difícil trabalhar com as especificidades da infância. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

No município, foram realizadas entrevistas em três escolas. Assim como no caso do município D, há poucas informações sobre as opiniões dos entrevistados sobre os professores da Educação Infantil do Campo. As informações restringem-se à formação continuada. Foi possível apreender que as representantes das três escolas mencionaram a realização atual ou recente do tema Educação Especial ou Inclusão. Uma delas (escola 1) mencionou o ProInfo, curso de informática, enquanto outra (escola 2) falou sobre uma formação bimestral com o material do Positivo.

Foram entrevistadas também três famílias residentes em área rural e usuárias da Educação Infantil. Elas destacaram, conforme o Relatório de Campo, que os professores são contratados via concurso e que não há rotatividade de docentes. Uma disse que os professores têm boa interação com comunidade e as outras duas informaram que não veem necessidade de que o professor seja da mesma comunidade da criança e/ou da escola, sendo que uma delas mencionou que o professor deve estar aberto à família. Duas das entrevistadas disseram que preferem que seu filho tenha professora e a outra disse que não tem preferência quanto a isso.

O Relatório também contém informações acerca das visões de três famílias não usuárias sobre os professores. Uma delas disse que os professores são contratados por concurso público, enquanto outra afirmou que costuma ser por indicação política. Duas famílias consideraram importante o professor morar na comunidade, sendo que uma delas justificou que, dessa forma, pode haver maior intimidade com as crianças e a outra indicou a redução de custos.

Duas famílias afirmaram que não há rotatividade de professores e uma não soube informar a respeito. Acerca de preferirem que professores ou professoras atendam às suas crianças, duas famílias disseram ter preferência por professoras e a terceira salientou que isso não faz diferença, indicando que o importante é a qualidade do professor.

O entrevistado da organização social afirmou não possuir informação a respeito dos professores e que, *“por isso, não vê impasses nesse contexto”*.

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada nesse município, encontramos também a indicação, nas considerações finais dos pesquisadores, da sugestão de investimento em formação continuada de professores para a Educação Infantil do Campo.

MUNICÍPIO F

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município F informa que, segundo a Secretária de Educação, embora os professores possuam formação em nível superior, sua avaliação é de que eles não possuem qualificação para o trabalho na Educação Infantil:

Os professores do sistema têm formação superior, mas não possuem uma qualificação específica que os habilite a trabalhar na Educação Infantil. Em função da carência de profissionais habilitados para trabalhar com essa faixa etária, as universidades sediadas no município também já estão atentas para essa defasagem e já alteraram as suas grades curriculares para a inclusão desta habilitação. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se a existência, no município, de algum nível de percepção sobre essa situação, o qual extrapola o âmbito da Secretaria Municipal de Educação, já que são mencionadas ações de instituições de ensino superior. Ainda segundo a secretária, há a oferta, pelo município, de cursos de capacitação, mas ela avalia que estes não são suficientes para as necessidades de formação existentes. A informante também salientou que há professores que não possuem “o perfil exigido para a lida com crianças pequenas”, sem, no entanto, oferecer esclarecimentos a respeito das ações da Secretaria Municipal de Educação para sanar o problemas.

Os pesquisadores agruparam as informações das três escolas no Relatório de Campo. O Relatório da Pesquisa de Campo indica a informação, obtida por meio da entrevista com a diretora geral das três escolas, de que todas as professoras possuem formação em nível superior, mas não têm habilitação específica para a

Educação Infantil e “algumas não têm nem o perfil para lidar com crianças nessa idade”. A referência à figura da professora foi feita como professora regente de turma. Uma referência indireta aos professores aparece na fala da diretora quando ela dá sugestões para a melhoria da qualidade da Educação Infantil do campo, dentre as quais ela destaca a qualificação dos professores que lhes permita atentar para a realidade dos moradores do campo.

O Relatório da Pesquisa de Campo agrupou as informações de famílias usuárias e não usuárias. Dentre os elementos presentes no texto, encontra-se a menção, por parte de pelo menos uma família, de que *faltam professores capacitados para lidar com crianças pequenas.*

Como sugestões de melhorias, no que se refere aos professores, o referido Relatório registra: *qualificação dos professores e mais monitores para auxiliar/apoiar os professores no trabalho diário com as crianças.*

Considerações sobre os professores nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

A análise dos Relatórios de Campo dos municípios pesquisados evidencia que a maioria dos professores das escolas participantes da pesquisa possui formação em nível superior, alguns com pós-graduação. Nessa direção, observa-se que, embora não tenhamos dados objetivos como a conferência da titulação em documentos das Secretarias Municipais de Educação, as declarações dos informantes indicam a possível absorção, pela Educação Infantil, de professores com formação em nível superior, conforme prevê a LDB (BRASIL, 1996). Ainda que tais informações apresentem inconsistências, destaca-se o conhecimento dos entrevistados a respeito do que é considerado adequado em relação à formação inicial dos professores.

Merece destaque, também, o fato de que, além do professor, encontraram-se as figuras do berçarista e do recreacionista, ambos com carga horária maior e salários menores do que os informados para os professores, o que exige investigações, bem como a formulação de orientações claras aos municípios, a respeito do

entendimento sobre a dimensão legal no que se refere à formação dos profissionais que se responsabilizam pelos cuidados e educação de bebês e crianças pequenas nas instituições de Educação Infantil. Nesse caso, tanto a LDB (BRASIL, 1996), quanto as Diretrizes para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e as Diretrizes para a Educação do Campo (BRASIL, 2002; 2008) não abrem brechas para a contratação de profissionais sem a formação mínima exigida para a atuação nessa etapa da Educação Básica.

Todos os representantes de Secretarias informaram algum tipo de acompanhamento sistemático e/ou formação continuada para os professores da Educação Infantil que atendem a crianças residentes em áreas rurais, com exceção de um município, cujo acesso às áreas rurais é muito difícil, com longas distâncias a serem percorridas em estradas com condições precárias. Entre os que informaram a existência de formação continuada, a modalidade mencionada é a de encontros periódicos e acompanhamento por parte de coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação. Dois municípios informaram a periodicidade dos encontros com os professores para formação: um deles os realiza a cada quinze dias e o outro, a cada dois meses, em Centro de Formação do município. Apenas um município ressaltou que a formação se dedica às questões da Educação do Campo, não parecendo ser este um tema fortemente presente, embora apareça o reconhecimento da importância de promover capacitação pertinente.

Observa-se, então, que, no que concerne à exigência legal de formação inicial, os municípios pesquisados atendem ao que está prescrito. Quanto à formação continuada, com formatos e modalidades distintas, também se encontram presentes tanto o reconhecimento de sua necessidade, quanto práticas de formação realizadas pelas Secretarias Municipais de Educação. Registra-se, ainda, a existência de horas de trabalho pedagógico remuneradas em um dos municípios pesquisados. No entanto, parece possível afirmar que essa formação volta-se para questões da Educação Infantil em geral e com foco nos livros didáticos adotados, quando é o caso, não havendo ações voltadas para a reflexão sobre as especificidades da oferta de Educação Infantil no campo e/ou para crianças residentes em áreas rurais. Observa-se, finalmente, que nos Relatórios de Campo

em que consta a informação sobre o local de residência dos professores, predomina a residência fora da comunidade atendida.

A análise dos Relatórios revela que não há informações sobre salário, carreira e organizações sindicais. Não há, igualmente, dados consistentes a respeito do que tais informantes pensam sobre qual é o perfil do professor para atuar na Educação Infantil do Campo. Encontrou-se a referência ao professor como *professor regente de turma*. A exceção ficou por conta do fato de uma delas ter tratado da submissão das crianças a experiências incompatíveis com a idade, expressas sobretudo pelo excesso de dedicação a atividades de alfabetização. Quanto às especificidades do perfil ou da formação e/ou condições de trabalho para o professor da Educação Infantil do campo, da mesma forma, as referências foram raras. Algumas entrevistadas referiram-se à necessidade de perfil específico, mas sem oferecer elementos que o identificassem. Encontrou-se, ainda, uma referência a professoras que, por residirem no campo, conseguem “articular as questões do campo” em suas práticas pedagógicas.

Nos seis Relatórios de Campo foram encontradas referências das representantes das escolas à formação continuada oferecida pelas Secretarias Municipais de Educação. Os temas mencionados como objetos dos processos de formação foram: recreação, música, brincar e/ou confecção de brinquedos, literatura africana infantil e juvenil, questões relativas à atuação profissional na Educação Infantil (motivação, autoestima, saúde do professor, competências e habilidades e desafios da aprendizagem) e higiene. Os municípios que trabalham com a Coleção de livros didáticos “Pessoinhas” oferecem formação para o uso desse material. As modalidades de formação mencionadas foram palestras e troca de experiências.

Observa-se que as reflexões sobre projetos político-pedagógicos para crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais, atendidas no campo ou em áreas urbanas, não se fazem presentes nos processos formativos relatados.

Parece, ainda, digna de nota a ausência de referências a questões relacionadas a características pessoais que comumente são arroladas como necessárias para a atuação na Educação Infantil, com o gostar de crianças, o amor, o jeito e o carinho. Pesquisas da área da Educação Infantil, em geral de áreas urbanas, já que são

poucas as pesquisas em áreas rurais, demonstram que, sempre que se entrevistam envolvidos com a Educação Infantil, essas referências em alguma medida estão presentes.

Parece necessário investigar melhor esse elemento, cotejando com as visões sobre a infância e as crianças do campo e as noções de professor de Educação Infantil que a acompanham.

2.3. Relações entre escola e família nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

A LDB, Lei 9.394/96, define a Educação Infantil como ação complementar à ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, Art. 29), indicando a necessária integração entre esses dois ambientes de experiências das crianças. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), da mesma forma, preveem a participação das famílias no acompanhamento das propostas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), por sua vez, pressupõem tal articulação quando tratam do controle social da qualidade da educação mediante a efetiva participação das comunidades do campo (Art. 8º, inciso IV).

Serão apresentadas informações dos seis Relatórios de Campo das pesquisas na Região Sudeste com elementos relativos às percepções dos representantes das Secretarias Municipais de Educação, das escolas, das famílias usuárias e não usuárias da Educação Infantil e dos representantes de organizações e movimentos sociais e/ou sindicais do campo sobre as relações entre escolas de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em áreas rurais e as suas famílias.

2.3.1- As relações entre escola e família na visão dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

MUNICÍPIO A

Não constam informações acerca das visões dos representantes da Secretaria Municipal de Educação. Quanto às representantes das escolas visitadas, o Relatório da Pesquisa de Campo apresenta a referência das mesmas à participação das famílias nas reuniões de pais. Uma delas afirmou que conta com a participação das famílias e que estas *querem saber sobre o desenvolvimento da criança*. A representante de outra escola (escola 3) afirmou que a participação das famílias *tem aumentado* e credita esse fato *às festas realizadas pela escola e ao projeto “minha mãe é um avião”*, sobre o qual não há outras informações. Já a representante da escola 2 afirmou que há *maior participação das mães* e que *poucos pais comparecem às reuniões* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Quanto às visões das famílias a respeito das relações escola-família, nos relatórios de campo constam poucas informações sobre as visões das famílias residentes em área rural e usuárias da Educação Infantil. Como já apontado neste Relatório Regional, no item relativo à visão sobre os professores, a família 1 indicou que *acha interessante o professor morar na comunidade, pois ele conhece cada aluno e sabe onde cada um deles mora* e a família 3 avaliou como boa a relação dos professores com a comunidade. Esses elementos podem ser entendidos como um indício de que essas pessoas reconhecem a importância de haver proximidade entre escola e família/comunidade, embora não tenhamos elementos para compreender suas expectativas sobre a natureza das relações que almejam.

MUNICÍPIO B

Também no Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B, não constam informações sobre o tema, relativas às visões de representantes da Secretaria Municipal de Educação. Já com relação às escolas visitadas, encontram-se, no relato da entrevista com as representantes das duas escolas pesquisadas, informações sobre um processo sistemático de participação das famílias nas escolas. No caso da escola 1, esse elemento aparece descrito juntamente com as referências sobre a gestão da instituição, conforme se vê no trecho a seguir:

Ela descreveu como bastante intensa a participação das famílias na gestão da escola. São realizadas reuniões bimestrais para apresentação, organização e funcionamento da escola, com o intuito de tratar do desenvolvimento das crianças. Além destas, existem as reuniões do órgão colegiado, com todos os atores envolvidos nos processos escolares e suas representações. E também existe o calendário festivo da escola, como o dia internacional da luta camponesa, a festa junina, além de festas religiosas, como a festa de São Judas Tadeu, que envolvem fortemente as famílias. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que, de acordo com o relato, a representante da escola indica tanto a participação em órgãos colegiados quanto em eventos festivos, um dos quais relacionado à luta camponesa, indicando a sintonia dessa instituição com as questões do campo. Destaca-se, ainda, a informação a respeito das festas religiosas relatadas como parte do calendário festivo que envolve as famílias das crianças, a despeito de tratar-se de uma escola pública.

O relato referente à entrevista com a representante da outra escola pesquisada no município revela um tipo de participação centrado em reuniões ordinárias e extraordinárias. A entrevistada entende também que a presença diária das mães para levarem e buscarem seus filhos e filhas, bem como ações de colaboração financeira com a escola são formas de participação das famílias.

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada nesse município não constam informações sobre esse tema referentes às entrevistas com as famílias residentes em área rural usuárias da Educação Infantil.

MUNICÍPIO C

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C, encontra-se a transcrição do Plano Municipal de Educação, no qual aparece a questão da participação da comunidade por meio dos Conselhos Escolares, com a previsão de *Valorizar a participação da comunidade na gestão, na melhoria do funcionamento das pré-escolas, através da participação em Conselhos Escolares* (Trecho do Plano Municipal de Educação. Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Também no relato da entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação desse município, encontra-se referência à relação das escolas com as famílias, em resposta à questão sobre o ponto forte da política municipal de Educação Infantil do Campo. A entrevistada citou, entre outros aspectos, o *trabalho junto à família* e acrescentou que, a partir do ano de 2012, foi adotada a coleção didática *Pessoinhas*, a qual inclui o *livro da família, através do qual a família acompanha o dia a dia da criança na escola*. Considera-se importante destacar que, no caso desse município, a menção à relação com a família aparece tanto no Plano Municipal de Educação, quanto na entrevista. Além disso, a escolha da referida coleção de livros didáticos que, de acordo com os relatos, apresenta um volume para favorecer o acompanhamento do processo pedagógico por parte das famílias, ao lado da referência a essa dimensão pela entrevistada, parecem revelar a valorização desse elemento pela política municipal.

Também conforme o Relatório, as representantes das três escolas pesquisadas indicaram algum tipo de participação das famílias. No caso das escolas 1 e 2, as manifestações resumiram-se a: *as famílias participam das reuniões* e a participação é *satisfatória*, sem fornecer elementos para a

compreensão dos critérios para avaliação dessa dimensão. Já a representante da escola 3 informou que *as famílias participam mais ou menos*, também sem maiores esclarecimentos a respeito. Salientou, ainda, que *os pais são chamados para reunião e para participar de alguns projetos, como Escola Ativa*. No entanto, ao dar as sugestões para a melhoria da qualidade da Educação Infantil do Campo, a entrevistada mencionou o *apoio da família, pois muitas vezes não há integração à vida escolar, participação na escola*.

Com relação às visões das famílias, o Relatório aponta que uma delas se referiu à adoção da coleção de livros didáticos *Pessoinhas* e o fato de que há atividades em que a criança *socializa em casa o que aprende na escola*.

MUNICÍPIO D

Segundo o Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D, ao referir-se a desafios do atendimento a crianças de 0 a 6 anos moradoras da área rural, a representante da Secretaria Municipal de Educação citou *trazer as famílias para a escola*. Ela afirmou também *que alguns pais não colocam os filhos menores na escola, só quando estes completam 6 anos* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012). Esse depoimento parece indicar que, além da dimensão cotidiana da participação dos pais na escola, o desafio reside também na valorização, ou mesmo na criação de condições para que os pais de famílias residentes em área rural demandem a educação escolar para os filhos em idade anterior aos 6 anos de idade. Esse aspecto parece ser reforçado pela manifestação da entrevistada a respeito do que considera ponto forte da política municipal. Para ela, um dos pontos fortes é *o atendimento em tempo integral. Segundo a participante, antes as crianças trabalhavam ajudando aos pais na lavoura ou em outras atividades, agora elas permanecem nas escolas e são atendidas com atividades diversas* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta também informações sobre as relações entre escola e família na visão dos representantes das três escolas visitadas. O representante da escola 1 destacou a participação das famílias em reuniões e festas e também por meio da colaboração com a escola, como se vê no trecho a seguir:

A respondente declarou considerar que os pais das crianças possuem uma participação bem ativa na escola, participando de reuniões e intervindo bastante para colocar suas demandas, necessidades de esclarecimento e reivindicações. Esclareceu também que os pais costumam participar do calendário festivo da escola: festa do dia das mães, festa da família, festa junina e de encerramento. Ademais, colaboram ativamente ao realizar tarefas para a escola, como por exemplo, uma mãe que assumiu a limpeza do pequeno pátio externo da unidade (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*).

Com relação à escola 2, consta no Relatório da Pesquisa de Campo a informação de que a representante avalia positivamente a participação das famílias. A escola possui um *Conselho* que realiza reuniões ao longo do ano, com boa participação dos integrantes. A informante destacou que a escola conta com a participação das famílias em outras atividades, como descrito abaixo:

A respondente avalia existir uma participação muito ativa das mães na escola. Exemplificou contando-nos que, há dois dias, ocorreu na escola uma atividade sobre o meio ambiente, na qual um grupo de missionários realizou uma conscientização a respeito da preservação de uma reserva florestal que é vizinha à comunidade, e houve a participação de 69 mães, superando a expectativa para a época que, segundo a diretora, é quando as mães estão muito ocupadas com a panha do café. Disse também que encontram muita participação dos pais no Conselho, que tem reuniões ao longo de todo o ano. Apresentou que a última reivindicação que surgiu nesse espaço foi o pedido para que o transporte seja dividido por idades das crianças e não leve crianças de quatro a quatorze anos juntas, segundo a reivindicação dos pais. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se que, no relato acima, consta uma das reivindicações dos pais quanto ao transporte, o que revela a atenção para aspectos relacionados ao bem-estar das crianças por meio da consideração das especificidades que elas apresentam em cada idade.

A representante da terceira escola declarou que, embora haja participação das famílias nas festas escolares, a participação nas reuniões, que ocorrem à noite, fica prejudicada em razão da distância das residências e da precariedade do transporte, como se vê abaixo:

Sobre a participação das famílias, a diretoria colocou que a participação das famílias do campo fica prejudicada em função da distância e do transporte, principalmente porque a maioria das reuniões ocorre à noite. Afirmou, entretanto, que nas festas que a escola promove, percebe-se uma maior participação dessas famílias, como no dia das mães, na festa junina e no dia dos avós. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

No trecho, observa-se que a distância entre a escola e a residência das crianças constitui-se em fator limitador da participação dos pais na escola.

Quanto às visões das famílias, o Relatório da Pesquisa de Campo agrupou as famílias usuárias e não usuárias. Os pesquisadores relatam que, em geral, todas as famílias manifestaram sua satisfação com a escola, afirmando que conheciam os professores e que eles mantinham um relacionamento próximo com a comunidade, como descrito no trecho a seguir:

Sobre os profissionais, todas as mães relataram que conheciam as professoras e diretoras e que elas tinham um relacionamento íntimo com a comunidade. Foi o que percebemos quando visitamos as famílias, acompanhados das professoras, e elas já chagavam às casas apresentando grande proximidade com as mães, familiares e vizinhos. É certo que uma questão a ser notada é que as famílias entrevistadas nas duas escolas do campo no município D moravam muito próximo à escola. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O Relatório da Pesquisa de Campo indica, ainda, que uma família, ao que parece, teria sofrido discriminação em uma escola urbana que atende a crianças residentes em área rural. O Relatório não deixa claro se se tratava de uma escola de Educação Infantil ou se a pessoa se referiu à experiência na escola de filhos mais velhos. O trecho a seguir oferece elementos a respeito:

Somente uma mãe, sobre essa avaliação da escola, apresentou opiniões mais destoantes. É a mãe da família de trabalhadores assalariados que, quando indagada sobre sua avaliação da escola, disse que pouco sabia dizer. Insistimos mais na pergunta e ela, um pouco sem lugar, pareceu transparecer que sofreu algum tipo de discriminação quando tentou conhecer melhor a escola (urbana, diga-se de passagem) em que o filho havia sido matriculado recentemente. Informou-nos que a vez em que foi visitar a escola não foi recebida por ninguém e que a funcionária da portaria só disse que não poderia entrar. Contou também que, depois desse ocorrido, tentou falar com a diretora, mas novamente sem sucesso. Essa família era visivelmente mais pobre e a respondente apresentava baixíssima instrução escolar, fato que podia ser notado pela maneira com que articulava sua fala e, vale dizer, era uma família de negros. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Esse caso, embora seja o único entre os seis estudos, revela a vivência de uma situação que vem sendo discutida pelos estudiosos e também por aqueles que lutam pelo direito à escola do campo no campo. O depoimento da mãe, bem como as observações dos pesquisadores sobre o possível constrangimento dela ao falar (um pouco sem lugar), sobre o fato de terem percebido evidências de que se tratava de pessoa com baixíssima instrução e também por se tratar de uma família de negros, expressam a situação de desigualdade relacionada tanto à condição de camponesa quanto de classe social e de raça.

No Relatório, a observação dos pesquisadores refere-se às condições de realização das visitas às famílias, que foram acompanhadas pela diretora das instituições, o que prejudicou a coleta de informações, especialmente no que concerne à avaliação sobre as escolas:

Nos dois casos das escolas no campo, a diretora das instituições nos acompanhou até as famílias para a devida apresentação, o que acabou por gerar um problema metodológico. Ficava difícil solicitar que ela se retirasse da entrevista para que o respondente tivesse maior liberdade. O tópico cinco do roteiro ficou prejudicado porque dizia respeito à avaliação que a família fazia do atendimento da escola, sua estrutura, qualidade etc. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

MUNICÍPIO E

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município E não apresenta informações sobre a visão dos representantes da Secretaria Municipal de Educação a respeito das relações entre escola e família das crianças residentes em área rural que frequentam a Educação Infantil.

Com relação às visões de representantes das escolas, são mencionadas ações de colaboração e o interesse das famílias pelo desenvolvimento dos filhos. A representante da escola 3 limitou-se a dizer que *os pais participam, acompanham*. A representante da escola 1, de acordo com o Relatório de Campo, utilizou o termo *parceira* para referir-se às famílias das crianças, indicando ações de colaboração com a escola. No entanto, ao fazer suas considerações finais na entrevista, ressaltou, em tom de sugestão, a necessidade de conscientização dos pais a respeito da dinâmica da escola e de suas consequências para a experiência das crianças:

A família é bem parceira. As famílias levam frutas, participam das reuniões e se oferecem para ajudar nas festas da escola. No item final da entrevista, sobre se desejava expressar mais alguma ideia, sugestão ou tinha alguma pergunta, a respondente afirmou que os pais deveriam se conscientizar mais da importância da Educação Infantil, pois alguns ainda acham que a Educação Infantil está voltada apenas para o ato de cuidar. Disse que os planejamentos têm uma sequência, que a criança que fica uma semana fora, tem uma consequência. Defendeu que os pais devem se conscientizar da importância da Educação Infantil no

desenvolvimento das crianças. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

A representante da escola 2, de acordo com o Relatório de Campo, informou que a maioria das famílias participa da escola, destacou que eles fazem perguntas e que expressam preocupação com a aprendizagem da leitura:

Sobre a família na pré-escola, a maioria participa. Os que moram próximos trazem as crianças à escola e aproveitam para perguntar. Os pais da área rural, às vezes, também perguntam. Os pais se preocupam que as crianças saibam ler e é feito um trabalho com eles explicando que é um processo. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012).*

Observa-se que o relato indica um movimento da escola para esclarecimento dos pais sobre questões pedagógicas por eles levantadas.

No relatório do município E, consta, em relação às visões sobre os professores, a informação de que as famílias usuárias avaliam que todos têm uma boa interação com a comunidade. Em relação à escola de modo geral, uma das famílias referiu-se às regras impostas pela escola e sobre o que gostaria que a escola trabalhasse com as crianças, conforme se vê no trecho a seguir:

Pensa que a escola tem muitas regras desnecessárias (por exemplo, não deixa os pais falarem com a criança durante o período em que está na escola, exceto se for um caso urgente). (...) Não sabe informar se a proposta pedagógica já foi apresentada. (...) Entende que somente a escola não dá conta de preparar as crianças para continuarem estudando, a família precisa incentivar também. (...) As experiências que gostaria que ofertasse às crianças: um trabalho sobre as drogas. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O fato desse entrevistado afirmar não saber dizer se a proposta pedagógica foi apresentada às famílias sugere a pequena proximidade da escola com as

famílias. Essa distância é ressaltada especialmente quando a representante se refere a regras que impedem a presença das famílias na escola, o que parece frustrar uma expectativa desse respondente.

Os pesquisadores ressaltam a importância do contato com as famílias para a realização da triangulação dos dados e evidenciam as suas percepções sobre a satisfação dos entrevistados com a escola de Educação Infantil:

O contato com as famílias usuárias e não usuárias favoreceu o acesso a uma triangulação dos dados, especialmente em relação aos fornecidos pelas escolas de Educação Infantil. Grosso modo, identificou-se que os depoimentos dialogam entre si. Como principal destaque nas falas dos participantes, enfatiza-se a satisfação com o atendimento oferecido pelas instituições escolares e que a matrícula da criança de 0 a 3 anos é indicada como uma necessidade, especialmente para famílias em que as mães são trabalhadoras. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

MUNICÍPIO F

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município F não apresenta elementos da entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação sobre as relações das famílias com as escolas. A única menção à família refere-se à explicitação, pela entrevistada, do que considera pontos fortes da política municipal de Educação Infantil para crianças residentes em área rural. Sobre este aspecto, o Relatório da Pesquisa de Campo menciona que:

A prefeitura municipal disponibilizou, então, o chamado desjejum, que consiste em um café da manhã simples (pão, leite e café), mas que se tornou o primeiro alimento do dia para essas crianças que não possuem condições de se alimentar em casa, antes de ir para a escola. Este fato foi apontado pela Secretária como mais um ponto positivo do sistema de Educação Infantil no município.

(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Observa-se, portanto, que a referência às famílias permanece no campo da identificação das faltas, ou seja, daquilo que é considerado competência da família, mas que, por não ser atendido, é suprido pela escola.

O Relatório não apresenta informações a respeito desse tema relativamente às entrevistas com os representantes das escolas.

Quanto às visões das famílias, o Relatório da Pesquisa de Campo agrupou as informações das famílias usuárias e não usuárias. Segundo ele, *as famílias demonstraram dar muita importância ao estudo e informaram que gostariam muito de ter escolas próximas à sua residência e em boas condições físicas para receber os seus filhos*. Não há, no entanto, uma avaliação ou as visões sobre como devem ser as relações entre escola e família.

Considerações sobre as relações entre escola e família nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

As informações constantes dos relatórios de campo, relativas às entrevistas com os representantes das Secretarias Municipais de Educação, focalizaram aspectos mais gerais da política, havendo escassas informações sobre as relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias das crianças. Embora isto possa ser explicado por deficiências do instrumento de coleta de dados (ou de sua aplicação) e/ou pela priorização de outros temas pelos pesquisadores de campo, essa ausência parece ser reveladora de que a Educação Infantil não vem sendo suficientemente abordada pelos gestores como uma ação de compartilhamento entre famílias e escolas.

Embora com poucos elementos a respeito, encontram-se, nos Relatórios de Campo, registros sobre a gestão democrática com referência à participação das famílias por meio do Conselho Escolar e a indicação de que a efetividade da

relação entre escola e família é ponto forte no município pesquisado. A ausência da temática ou sua menção para destacar faltas da família, na maior parte das entrevistas, evidencia pouca reflexão sobre o significado da Educação Infantil como ação complementar à família, conforme definido na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996). Destaca-se, ainda, que apenas uma representante de Secretaria Municipal de Educação mencionou a gestão democrática, indicando um mecanismo institucional de participação das famílias na escola.

A análise dos Relatórios indica que, na percepção das representantes das escolas, as relações entre essas instituições e as famílias das crianças é satisfatória, ocorrendo por meio de reuniões e da participação em eventos festivos. As entrevistadas destacaram o interesse das famílias pelo desenvolvimento e bem-estar das crianças, manifestado em situações como reuniões e situações informais no cotidiano das escolas, nas quais, inclusive, apresentam sugestões. No caso de eventos festivos, cumpre destacar a ocorrência de eventos religiosos nas escolas, embora elas sejam públicas. Houve também a indicação da participação das famílias por meio da colaboração em ações pontuais na escola. Destaca-se, ainda, a referência feita por duas entrevistadas à existência de órgãos colegiados que contam com a participação ativa das famílias. Nessas escolas, dentre os eventos que contam com a participação das famílias, encontra-se aquele destinado à comemoração da Luta Camponesa, indiciando a presença de elementos relativos à vida no campo (nesse caso, um assentamento) nos eventos que envolvem a comunidade. Com essas observações, percebe-se que, a despeito dos instrumentos normativos da área, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), prevalecem os modos informais de relação entre escolas e famílias, com reduzida incidência de mecanismos institucionais de participação.

Já a avaliação geral das famílias entrevistadas é de que tais relações são satisfatórias, com exceção de uma que relatou episódio de discriminação em escola urbana que atendia a sua criança. Os Relatórios de Campo não indicam a menção, pelas famílias, da existência de canais institucionais de participação nas escolas.

2.4. Proposta pedagógica (sistematizada ou não), jornada das crianças e práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

Este item pode ser considerado o que concretiza as ações decorrentes ou relacionadas aos demais elementos tratados neste eixo do Relatório Regional: Dimensão Pedagógica.

Conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009),

As propostas pedagógicas para a Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (*Art. 4º*).

Focalizam-se, aqui, as visões dos diferentes sujeitos entrevistados e os elementos da observação dos pesquisadores sobre o cotidiano das escolas pesquisadas.

Considerando o tempo destinado à pesquisa de campo, cinco dias, nos quais se realizaram as viagens de ida e volta e a pesquisa nas Secretarias Municipais de Educação, nas organizações sociais e/ou sindicais, nas escolas e nas famílias, a observação de questões do cotidiano das crianças nas instituições de Educação Infantil restringiu-se a um turno de presença dos pesquisadores na escola, estes ocupados também com as entrevistas com os representantes destas instituições.

2.4.1- Proposta pedagógica e práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural, na

visão dos entrevistados e dos pesquisadores, nos seis municípios pesquisados na Região Sudeste

MUNICÍPIO A

O relato da entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação do município A, constante do Relatório da Pesquisa de Campo, informa que, nas práticas cotidianas das escolas, não há incorporação de especificidades relativas às comunidades rurais atendidas, no caso, quilombolas e caiçaras, conforme consta no trecho a seguir:

Atende a comunidade quilombola e caiçara, mas a comunidade indígena não é responsabilidade da prefeitura, sim do Estado. Nos projetos das escolas são incluídas questões das comunidades quilombolas e caiçaras, mas não tem material didático pensado para a região. O trabalho com estas culturas está sempre no patamar dos projetos (Questão 20, sobre a especificidade do trabalho pedagógico para atendimento às populações do campo) (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

O Relatório da Pesquisa de Campo informa ainda que, no caso do atendimento a crianças com necessidades educativas especiais, as escolas contam com um mediador que acompanha a criança na sala de aula. Destaca, ainda, que *as escolas atendem a vários alunos com deficiência mental, principalmente pré-adolescentes, devido a casamentos consanguíneos na região* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Este elemento, de existência de número expressivo de crianças com alguma deficiência devido a casamentos consanguíneos parece algo que merece maior aprofundamento, considerando-se a baixa densidade demográfica das áreas rurais de grande parte dos municípios brasileiros. Trata-se de uma situação que tem implicações importantes para a política educacional, especialmente na estrutura e organização do cotidiano escolar e na formação de professores e demais

profissionais. O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta informações sobre o cotidiano das escolas, obtidas em entrevistas com as representantes de três instituições: duas creches e pré-escolas rurais (escolas 1 e 2) e uma pré-escola rural. Para cada uma delas, as informações foram agrupadas abaixo, observando-se os seguintes aspectos: calendário, projeto político- pedagógico, agrupamento das crianças, organização das experiências infantis e inclusão.

Conforme o Relatório, para uma das escolas consta a informação de que o calendário acompanha o calendário da rede municipal e é organizado conjuntamente com os professores. Em relação à outra, foram mencionadas duas festas: *Minha Mãe é um avião e meu pai é um herói*, possivelmente em comemoração aos dias das mães e dos pais, respectivamente. Para uma das escolas, não consta informação sobre calendário. Não consta informação sobre a jornada das crianças em nenhuma das escolas.

As representantes das três instituições informaram, segundo o Relatório de Campo, que todas têm projeto político-pedagógico sistematizado, sendo que um deles ainda está em processo de estruturação, mas refere-se ao Ensino Fundamental, não havendo *direcionamento para a Educação Infantil*. Em sua elaboração, tais projetos contaram com a participação da direção e das professoras. Uma das representantes mencionou que, no processo, foram utilizados questionários respondidos pelos pais das crianças.

Quanto ao agrupamento das crianças, infere-se do relato das entrevistas que, na escola 1, as crianças são agrupadas em berçário, creche e pré-escolar, sem referência às respectivas idades das crianças que se encontram em cada um desses grupos. Consta que cada turma tem 25 crianças, sendo que no berçário conta-se com uma professora e três auxiliares (média de 6,25 crianças por adulto); na creche, com uma professora e duas auxiliares (8,25 crianças por adulto); no pré-escolar, com uma professora e uma auxiliar (12,5 crianças por adulto). No caso da escola 2, consta apenas a informação de que as crianças são agrupadas por faixa etária, sem discriminação dos grupos de idade e do número de adultos por elas responsáveis. Para a escola 3, consta a informação de que *as crianças de 5 e 6 anos encontram-se integradas numa turma de 1º ano, no período da manhã*

(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Quanto à organização das experiências das crianças, considera-se importante reproduzir os trechos do Relatório da Pesquisa de Campo para cada escola, na medida em que as descrições permitem apreender melhor elementos dessa categoria. No caso da escola 1, encontram-se as seguintes informações:

Tem uma rotina, tem atividades pedagógicas. A rotina fica exposta na sala. As crianças, desde o berçário, têm caderno. Tem o horário do sono após o almoço, banho por volta das 14h. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

No caso da escola 2, o Relatório inclui também elementos do processo de trabalho dos professores e, ao mencionar materiais utilizados, oferece indícios do tipo de atividades desenvolvidas com as crianças. Como se pode ver no trecho a seguir, as atividades de papel e lápis parecem ocupar um lugar importante, mencionando-se também o uso de argila e tinta.

A coordenadora faz a reunião de quinze em quinze dias com os professores. E uma vez por mês, uma reunião com todos os funcionários. As atividades são organizadas a partir de projetos. As crianças da pré-escola utilizam caderno. Na creche, as atividades são elaboradas na folha e, depois, coladas no caderno. As crianças têm acesso a caderno, tinta, lápis, borracha, argila, depende do que está sendo dado pela professora. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Além disso, constam informações sobre sono e higiene, embora não se especifiquem os momentos da jornada em que ocorrem, como no trecho abaixo:

Cada turma tem um horário de sono diferente. A pré-escola, por ser horário parcial, não dorme. As crianças dormem na sala, nos

colchonetes. No berçário, há berços e colchonetes. Cada uma traz de casa a sua saboneteira, o seu xampu com identificação e toalha. Tem banho na parte da manhã e à tarde. Somente na pré-escola tem banheiro diferenciado (menino, menina). Cada sala tem um banheiro. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que as crianças do horário integral têm horário de sono durante a rotina, de acordo com o ritmo de cada turma. Quanto aos cuidados de higiene, não fica claro se as crianças são divididas e parte toma banho pela manhã, enquanto a outra parte toma à tarde, ou se há banho para todas nos dois turnos. Também não fica claro se as crianças do horário parcial tomam banho na escola.

Quanto à inclusão, consta no Relatório da Pesquisa de Campo que nessa escola há uma criança da pré-escola com baixa visão. Na instituição, há dois regimes: horário parcial, para a pré-escola, e integral, para a creche.

A organização das experiências das crianças da escola 3 também não se apresenta detalhada no Relatório da Pesquisa de Campo. Oferece, no entanto, algumas informações acerca do cotidiano das crianças, sem precisar a estrutura da rotina diária.

A pré-escola tem um horário de recreio diferenciado e as crianças podem brincar no parquinho construído pela prefeitura. Na sexta-feira, podem levar brinquedo para a escola. Há massinha, blocos lógicos, baú de brinquedos e brinquedos feitos com materiais recicláveis. Não tem hora de banho, nem de sono, mas tem horário para escovação. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Consta, ainda, que não há crianças com deficiência nessa escola.

No Relatório da Pesquisa de Campo realizada nesse município, encontram-se informações obtidas em entrevistas com membros de três famílias residentes em área rural que têm crianças matriculadas na Educação Infantil. A entrevistada da família 1, que tem um filho que estuda em *uma turma multisseriada com crianças*

de 5 e 6 anos, indicou sua percepção de que às crianças do horário integral *não deveria ser oferecida a mesma atividade nos dois turnos, dentro de sala*. Também destacou considerar que as atividades desenvolvidas pela criança na escola são apropriadas e a confecção de brinquedos que o filho leva para casa. Sugeriu que a escola deveria oferecer passeios com as crianças.

Não há informações relativas à percepção da entrevistada da família 2 sobre a jornada e o cotidiano das crianças na escola. No caso da família 3, consta a avaliação da entrevistada de que a alimentação e as condições de higiene são boas, o que ela conclui pelo fato de que sua filha nunca teve assaduras. Mencionou ainda que a *escola tem atividades com música, tem vídeo, faz trabalho de pintura e teatro* (Relatório de Campo, município A, 2012).

No Relatório, os pesquisadores informam que todas as unidades visitadas têm projetos político-pedagógicos atualizados periodicamente com base no documento publicado pela rede. Com relação ao calendário, consta que os cartazes produzidos pelos professores indicam que o calendário de datas comemorativas é a base da organização curricular (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012). Na escola municipal, os pesquisadores identificaram materiais que indicam o uso de sucatas e a presença de materiais ao alcance das crianças, embora em pequena quantidade.

A descrição abaixo referente das escolas permite depreender possibilidades de vivências cotidianas das crianças:

Uma das escolas conveniadas também tem área externa privilegiada, mas sem a presença de equipamentos. Existem apenas três manilhas pintadas em cores primárias e que servem a brincadeira de “túnel”. Nesta escola, em todas as salas, incluindo o berçário, podem-se ver, no chão, as marcações coloridas em formato de estrelas, círculos ou flores contendo os nomes das crianças e, por vezes, também o seu retrato. Nesta indicação, as crianças devem sentar-se para a atividade de “rodinha”. Em todas as salas, encontram-se os mesmos equipamentos didáticos: Chamadinha, Janela do tempo, Quantos Somos? (organizado por gênero), Quadro das Cores, Série de Numerais de 0 a 10 e alfabeto. Nas salas de crianças a partir de três anos, já se pode ver o uso de cadernos e livros que ficam empilhados em estantes

(...) Há a presença de cantinho de leitura em todas as salas
*(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da
Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O Relatório destaca, ainda, a presença de brinquedos que parecem ser bastante utilizados, embora sua disposição na sala não pareça obedecer a critérios de organização intencionais:

Há a presença de brinquedos, mas estes, aparentando o cansaço do uso contínuo, são oferecidos amontoados em caixa de plástico e, segundo se pôde depreender do planejamento encontrado nos murais das salas, é usado na forma de entretenimento das crianças no horário da saída. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O Relatório também informa sobre a presença de colchonetes e berços nas salas das crianças de até 3 anos, indicando que há tempos destinados ao sono das crianças nessa escola.

Nas salas das crianças até 3 anos se vê a presença de colchonetes empilhados no canto e disponíveis para a hora do sono. No berçário, as crianças estão dispostas em berços individuais com seus nomes fixados à cabeceira. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste, UFMG, 2012).*

MUNICÍPIO B

Não consta, no Relatório de Campo, menção da entrevistada da Secretaria Municipal de Educação à jornada das crianças. Seu relato indicou a existência de documentos que normatizam a Educação Infantil no município, mas que ainda não incorporam as questões específicas das crianças residentes em áreas rurais. Tais documentos contemplam diretrizes e procedimentos, distinguindo projetos curriculares para as subetapas da Educação Infantil, conforme se vê a seguir:

Explicou também que a Secretaria possui vários documentos que norteiam esse atendimento, exemplificou com os regimentos internos das escolas, as diretrizes municipais, o manual de procedimentos, os projetos curriculares de berçário, recreação e pré-escola, e os projetos político-pedagógicos das escolas. Explicou ainda que uma preocupação grande da Secretaria com as diretoras das escolas do campo está sendo promover a adaptação destes documentos para a realidade do campo, que, reconhece, não estão adequados ainda. Afirmou que o direito da criança à escola, ao cuidar/educar e ao brincar é o mesmo, mas que tem que abranger a questão específica da criança do campo. Outro desafio que apresentou e disse ser não menos importante, é a questão pedagógica do campo, com a formulação do projeto político-pedagógico voltado para as crianças do campo. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Consta ainda, no Relatório, que a representante não soube dizer se as escolas do campo atendem a crianças com deficiências, afirmando, no entanto, que o município tem condições de atender a essa demanda por meio de um serviço da Secretaria Municipal de Educação denominado Centro de Atendimento Especial – CAE, *que possui um conjunto de profissionais para atender às crianças com necessidades especiais e orientar o trabalho dos professores.*

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta informações sobre o cotidiano de duas escolas rurais, ambas atendendo à creche e à pré-escola. Não indicam especificidades relativas à área rural, afirmando que *o calendário das escolas do campo é exatamente o mesmo das escolas da cidade.* No caso da escola 1, a respondente ressaltou que acompanha algumas datas festivas, como a festa junina e o dia internacional da luta camponesa, e a representante da escola 2 mencionou que encontra dificuldades em gerir dois calendários diferentes, um para o Ensino Fundamental e outro para a Educação Infantil, que possuem 200 e 180 dias letivos, respectivamente.

Quanto ao projeto político-pedagógico, as representantes das duas escolas informaram que possuem projeto sistematizado, sendo que o da escola 2 contempla toda a Educação Básica. Ambos contemplam o projeto de Educação do Campo, como se pode ver a seguir:

A diretora [da escola 1] ressaltou que as três escolas do campo do município estão em processo de finalização do primeiro projeto político- pedagógico, contendo as especificidades da Educação Infantil do Campo.

(...)

Sobre o projeto político-pedagógico, a diretora [da escola 2] afirmou que desde o ano passado ele existe, como um único documento que contempla a educação básica da escola e que ela poderia nos passar para ler, mas que não poderia ceder uma cópia, pois ainda estava em fase de homologação pela Secretaria. Complementou dizendo que é um documento baseado na Educação do Campo e que procura desenvolver linhas de atuação baseadas no entendimento da diferença entre a criança do campo e da cidade. A diretora explicou que esses dois documentos (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Diretrizes Operacionais da Educação do Campo) foram essenciais para a construção do projeto político-pedagógico da escola. Aproveitou para discorrer sobre o desafio que é fazer com que a escola se identifique com a identidade de uma escola do campo. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Nos relatos referentes às entrevistas das duas diretoras, especialmente no da representante da escola 2, é possível verificar a existência de uma intencionalidade na construção de um projeto pedagógico que assegure as especificidades do campo, com base em instrumentos normativos da área - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Diretrizes Operacionais da Educação do Campo*. Como especificidade, depreende-se do relato o entendimento da demarcação das diferenças entre as crianças do campo e da cidade, embora sem que tais diferenças tenham sido especificadas.

A respeito do agrupamento das crianças, não há informações.

No que concerne à organização das experiências das crianças, o Relatório da Pesquisa de Campo apresenta a seguinte descrição relativa à escola 1:

Acerca da organização das atividades diárias, a diretora apontou: o primeiro momento é o de socialização, logo após a chegada. O segundo é o café da manhã; depois, a troca de fraldas; em seguida, o momento do sol, com o desenvolvimento de uma atividade externa. Às nove horas, é servido o suco para os alunos. Após o suco, começam as atividades internas (sala multimeios, salas de leitura/biblioteca, sala de recursos) até o horário do almoço. Após o almoço, acontece a higienização dos dentes, seguida do repouso, do lanche e das atividades internas. No fim do dia, acontece a janta, prosseguida pela atividade no espaço

externo. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

O Relatório da Pesquisa de Campo menciona ainda a confecção de brinquedos, a realização de oficinas e, como já mencionado no item referente aos espaços físicos, as crianças circulam pelos diferentes ambientes da escola, incluindo espaços internos e externos, não havendo salas-referência. Dentre os ambientes citados como ambientes de experiência das crianças, encontram-se a cozinha experimental, o jardim, o parquinho e a horta. Além disso, o Relatório menciona que as crianças desenvolvem atividades externas à escola, visitando as casas das famílias e os lotes de produção.

Quanto à escola 2, encontra-se no Relatório a seguinte descrição:

Sobre a rotina, a diretora informou que a criança chega às oito horas, toma o café da manhã e vai realizar uma atividade externa; volta, toma o suco, vai para o banho e depois tem o momento do sono. Acorda por volta das doze horas, almoça e vai fazer as atividades da tarde, que geralmente são atividades internas, nas salas de recursos ou multimídias. Complementou que na escola não há o banho da tarde, exceto por dias muito frios, em que os turnos do banho são trocados. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que a descrição da rotina se estrutura pelos momentos de cuidados com alimentação e higiene, indicando a realização, entre as ações de cuidados, de atividades pedagógicas em ambientes internos e externos.

Quanto à inclusão de crianças deficientes, a diretora da escola 1 mencionou contar, assim como as representantes das duas outras escolas, com equipes da Secretaria Municipal de Educação, compostas por psicopedagogos e psicólogos, entre outros profissionais, para apoio ao trabalho da escola. A diretora da escola 2 afirmou que conta com condições favoráveis para promover boas condições para as crianças com deficiências, referindo-se especificamente à acessibilidade e à compra de equipamentos para a escola, além do transporte:

Sobre a questão da acessibilidade, a diretora comentou que vem recebendo muita verba do MEC para a instalação de equipamentos que melhorem a condição das escolas, a exemplo dos últimos seis mil reais disponibilizados recentemente para compra de material pedagógico e do computador para deficientes

auditivos. Disse também que a escola é toda adaptada, assim como ônibus novo, para cadeirante, mas que nenhum aluno possui este tipo de deficiência. As deficiências existentes na escola são de crianças que não acompanham bem as atividades propostas. Alunos com dificuldades. Seis matrículas ao todo. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que não há descrição de como a escola trabalha com as crianças que apresentam dificuldades de acompanhamento das atividades propostas, conforme mencionado no trecho acima, definindo-se, no entanto, o número exato deles – seis ao todo.

Não constam informações a respeito das visões das famílias sobre a proposta pedagógica e o cotidiano das crianças.

No Relatório da Pesquisa de Campo, embora a descrição dos espaços e da disposição dos materiais, equipamentos e instalações esteja bem detalhada, os pesquisadores não oferecem descrição ou refletem sobre o cotidiano das crianças. As descrições sobre os ambientes e as formas de uso dos mesmos, mencionadas pelas entrevistadas das duas escolas visitadas, especialmente a da escola 1, permitem depreender a possibilidade de um cotidiano rico em atividades diversificadas, realizadas em diferentes ambientes, internos e externos às escolas, bem como a exploração de materiais ricos, estimulantes e desafiadores.

MUNICÍPIO C

Já o Relatório da Pesquisa de Campo relativa ao município C apresenta, além da entrevista com uma representante da Secretaria Municipal de Educação, a reprodução do Plano Municipal de Educação. No que se refere às indicações que repercutem no cotidiano das escolas, destaca-se, do referido Plano, a referência aos espaços físicos e aos materiais, a definição de componentes educativos mínimos, a previsão de programas de alimentação para as crianças, as condições para atendimento a crianças com necessidades especiais e a previsão de *oferta de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e as atividades didáticas na pré-escola.*

A entrevista com a representante da Secretaria Municipal de Educação revelou que parece haver, por parte desse órgão, uma visão de que as crianças sejam inseridas em uma rotina “escolar” ainda na Educação Infantil, fator que favoreceria o desempenho no Ensino Fundamental. Em resposta a qual é o ponto forte da política municipal, consta como resposta da entrevistada: *As crianças que participam da Educação Infantil chegam ao Ensino Fundamental com o desenvolvimento, já ficam integradas na cultura escolar*, embora conste também a informação de que ela considera que a Educação Infantil deve propiciar um espaço lúdico que favoreça o desenvolvimento das crianças (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Outro elemento relativo ao cotidiano das crianças refere-se à forma de atendimento a crianças com deficiências. Segundo a entrevistada, as escolas atendem a crianças com *deficiência física, deficiência mental e Síndrome de Down*, as quais frequentam a APAE no outro turno. Para isto, há transporte escolar. Destacou, ainda, que não há, de fato, inclusão nas escolas, como forma de possibilitar *o desenvolvimento cognitivo das crianças*, chegando a dizer que *a inclusão é uma grande falácia*, diante da inexistência de estrutura adequada e de profissionais capacitados.

Consta ainda, no Relatório, que não há a consideração, nas práticas cotidianas das escolas, das especificidades da vida das crianças filhas de agricultores familiares. Não constam informações específicas sobre a jornada dos alunos, mas a menção ao atendimento das crianças com deficiência pela APAE, em turno oposto ao de frequência à escola de Educação Infantil, permite inferir que o funcionamento ocorre em tempo parcial.

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta dados relativos a três escolas. No que se refere ao calendário, as representantes dessas instituições informaram que seguem o calendário de toda a rede municipal. Quanto à existência de projeto político-pedagógico sistematizado, apenas duas entrevistadas informaram que suas escolas (1 e 2) possuem o documento e que o mesmo passa por reformulações periódicas.

Em relação ao agrupamento das crianças, de acordo com o Relatório de Campo, as representantes das escolas 1 e 2 informaram que as crianças são agrupadas por série/idade, enquanto a da escola 3 informou que a escola funciona com uma única classe multisseriada, que abrange do 1º período da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, totalizando apenas 6 crianças.

Quanto à organização das experiências das crianças da escola 1, consta a seguinte descrição no Relatório de Campo:

[A rotina] é pensada para cada turma, pelo professor. Foi adotado o livro didático *Pessoinhas*, da Ruth Rocha. Existe uma rotina, café, pátio, música, oração e retorno para as salas. O tempo é dividido entre atividades do livro didático e atividades de brincadeiras; há também o momento do parque, o recreio e o lanche da escola. Jogos pedagógicos, brinquedos, livros (sala de leitura). (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se que as informações da diretora indicam uma rotina com variedade de situações e de uso dos espaços. No que se refere ao trabalho pedagógico, esse trecho do depoimento, associado a outras informações do Relatório da Pesquisa de Campo, parecem indicar a centralidade do livro didático na estruturação das experiências das crianças. Destaca-se, ainda, a presença da atividade de oração, embora se trate de escola pública.

No relato referente à escola 2, encontra-se a seguinte descrição:

Rotina diária, hora do conto, leitura, música, recreação, atividades, parquinho, refeição. Livro Didático "Pessoinha". Hora do conto, musicalização, atividades pedagógicas, refeição. Livros, jogos, materiais didáticos. Sala de aula e banheiro, pátio externo. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Embora sem indicar como as ações acontecem, a descrição acima indica uma estrutura de atividades diversificadas, incluindo música e literatura ao lado do livro didático e do uso de diferentes espaços da escola.

Em relação à escola 3, o relato aponta que:

Em algumas atividades, todos participam juntos. Organização da turma: uma criança do 1º ano da Educação Infantil, com 3 anos;

uma do 2º, uma do 4º e três do 5º ano do Ensino Fundamental. Ao chegarem, tem o café da manhã, intervalo e saída. Entre esses tempos, as atividades da aula. Cadernos didáticos, jogos, livros, brinquedos, mapas, entre outros... Educação Física é no pátio. Todos participam das atividades, que geralmente são com bola. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

A escola 3 possui apenas 6 alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. A rotina descrita não permite apreender como a professora atua para atender às necessidades das diferentes etapas escolares em que se encontram as crianças.

Quanto à inclusão, somente uma das escolas (escola 1) possui criança com deficiência na Educação Infantil: *há uma criança com dificuldade na fala, ela faz tratamento com fonoaudióloga na APAE.*

No Relatório da Pesquisa de Campo, encontram-se informações a respeito das visões de duas famílias residentes em área rural, cujas crianças estão matriculadas na Educação Infantil. Embora elas se refiram a elementos que incidem sobre as experiências cotidianas, como o uso da coleção de livros didáticos da Coleção *Pessoinhas*, não há informações que indiquem conhecimento e/ou avaliação do cotidiano das crianças na escola. As referências presentes no Relatório de Campo, além da acima citada sobre o livro didático, são a avaliação positiva da escola, tendo em vista que o filho *reconhece a letra do nome, os números do 1 ao 15 e o alfabeto todo* (família 2). Ao referir-se à estrutura física da escola, sugere a divisão dos espaços de modo que as crianças da Educação Infantil não dividam espaços com *as crianças maiores*. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012*).

No Relatório, encontram-se as impressões dos pesquisadores sobre o cotidiano das crianças das três escolas visitadas. No caso das escolas 1 e 2, depreende-se, da descrição dos ambientes, especialmente das *salas de aula*, que as crianças realizam atividades em papel (não se discrimina o tipo), as quais são expostas nas paredes que também ostentam alfabeto, numerais e cartazes com os personagens da Coleção de Livros didáticos *Pessoinhas*, já mencionada. Esse elemento reforça a percepção da centralidade do uso desse material para estruturar o cotidiano das crianças.

No caso da escola 3, que tem apenas 6 crianças de 3 a 12 anos, ofertando, assim, Educação Infantil e Ensino Fundamental em uma única turma, denominada pela entrevistada de multisseriada, o cotidiano é marcado por essa peculiaridade. Além disso, a escola divide o prédio com o Posto de Saúde, que funciona na *sala do fundo*. No momento da visita, os pesquisadores puderam observar a presença de pessoas da comunidade aguardando atendimento enquanto as crianças estavam em atividade na sala de aula que se localiza na parte da frente. Observaram também que, *como na sala havia somente cadeiras individuais e iguais para todos, a criança de 3 anos não alcançava os pés no chão*. Relataram, ainda, a presença de muito material escrito nas paredes da sala, dentre os quais, produções das crianças.

Quanto aos momentos de alimentação e recreio, o Relatório da Pesquisa de Campo apresenta a seguinte descrição: observamos, também, o almoço das crianças, que se deu de forma muito tranquila, apesar de, por não terem local adequado à refeição, elas pegarem os pratos com comida e buscarem um lugar para comer. Na hora do intervalo (recreio), elas ficavam no pátio e brincavam juntas de correr. Somente a criança de 3 anos, da Educação Infantil, ficava à parte, olhando os maiores brincando (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Embora não haja, no Relatório, muitos elementos sobre o cotidiano, devido, sobretudo, ao curto período de presença dos pesquisadores na escola, essa última observação oferece indícios de que a estruturação do cotidiano parece não apresentar ações e recursos que favoreçam as experiências de cada uma das crianças desse grupo pequeno composto por crianças de idades diversas.

MUNICÍPIO D

O Relatório da Pesquisa de Campo relativo ao município D traz informações da entrevista com uma representante da Secretaria Municipal de Educação, indicando que há atendimento em *tempo integral* e que este é considerado um dos

pontos fortes da política municipal. A entrevistada afirmou que antes de haver esse atendimento, *as crianças trabalhavam ajudando aos pais na lavoura ou em outras atividades, e agora elas permanecem nas escolas e são atendidas com atividades diversas* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Outro elemento do cotidiano escolar que foi mencionado nessa entrevista refere-se ao atendimento a crianças com deficiência. Pelo relato, parece haver uma estrutura organizada para a inserção dessas crianças no cotidiano da escola, com atendimento a suas especificidades, conforme o trecho reproduzido a seguir:

No grupo de crianças de 0 a 6 anos, moradoras da área rural, com necessidades especiais, a entrevistada afirmou que no município tem essas crianças e especificou as deficiências como deficiência múltipla, Síndrome de Asperger, deficiência auditiva. Para a informante, essas crianças são incluídas no sistema educacional e fazem um trabalho no contraturno, no Centro de Atendimento Especializado, com uma equipe multifuncional. Informou também que a Secretaria contratou o professor educador, que é um mediador entre o professor e a criança com deficiência, estimulando a aprendizagem, e o professor cuidador, que se responsabiliza pela higienização, alimentação e locomoção dos portadores de deficiência. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).*

Percebe-se que, no caso das crianças com deficiência, residentes em área rural, a representante da Secretaria Municipal de Educação demonstra que há, na política municipal de educação, ações voltadas para assegurar algum grau de integração desses sujeitos na escola regular de Educação Infantil.

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D apresenta informações sobre três escolas: duas pré-escolas rurais e uma creche urbana que atende a crianças residentes em área rural.

Quanto ao calendário, na escola 2, a diretora afirmou que este não possuiu nenhuma especificidade em relação à localização da escola no campo, que segue o calendário da rede de ensino do município.

A escola 1, conforme o Relatório de Campo, não possui projeto pedagógico sistematizado. A representante da escola 2 afirmou que o projeto político e pedagógico da escola contempla, em uma seção específica, a Educação Infantil. A representante da escola 3 também disse que a escola possui o documento, mas que ele não contempla as especificidades da Educação do Campo.

Quanto ao agrupamento das crianças, esse Relatório indica que a escola 1 atende às crianças de 4 e 5 anos numa mesma sala e no mesmo prédio onde funciona o Ensino Fundamental, primeiro segmento (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012). Já a escola 2 atende a crianças de 4 e 5 anos em salas separadas, mas no mesmo prédio onde funciona o Ensino Fundamental, primeiro e segundo segmentos; dezessete alunos de 4 anos e dezenove, de 5. A representante da escola 3 (creche) informou que a escola atende a crianças de 6 meses a 3 anos. Sobre o critério de agrupamento de turmas, a diretora esclareceu que, na escola, as turmas são divididas da seguinte maneira: B1, de seis meses a um ano e meio; B2, de um ano e meio a dois anos; M1, de dois a três anos; M2, de três a quatro anos; 1º período, de quatro a cinco anos, e 2º, de cinco a seis (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Quanto à organização das experiências das crianças, o Relatório da Pesquisa de Campo traz a seguinte descrição relativa à escola 1:

Sobre a organização da experiência com as crianças, a respondente explicitou que as crianças chegam à escola às sete horas da manhã, tomam o café da manhã (café, leite e pão) e seguem para as salas de aula; depois, tem o lanche às nove e trinta. É servido o lanche que, na verdade, é uma refeição de almoço. Depois, as crianças retornam à sala e às onze e trinta vão embora. Explicitou que tem dias da rotina que possuem aulas extras de lógica matemática, educação física, artes e contação de história. Em termos de materiais pedagógicos, a coordenadora afirmou que a escola é realmente muito precária, que eles não possuem quase nada e tudo que têm são os brinquedos e materiais que as próprias professoras fazem com as crianças. As crianças não possuem momento de sono e nem tomam banho na escola. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Observa-se, nesse relato, que as crianças parecem permanecer grande parte do tempo na *sala de aula*. Além disso, com a afirmação que a coordenadora faz de que a escola é muito precária em termos de materiais, infere-se que as atividades não envolvem exploração, pelas crianças, de recursos estimulantes e desafiadores. O que foi indicado como aulas extras também não parece fugir aos esquemas referenciados em disciplinas escolares. Esta percepção é reforçada pela indicação, pela entrevistada, do que considera pontos negativos da escola:

Os pontos negativos do atendimento na escola: a escassez de materiais pedagógicos indispensáveis à Educação Infantil. Complementou dizendo que outra dificuldade é a presença de uma concepção que compreende a Educação Infantil como etapa alfabetizadora e dá muita importância ao lugar do papel e do lápis na educação das crianças. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

A descrição das experiências das crianças da escola 2 é feita, no Relatório da Pesquisa de Campo, nos seguintes termos:

Sobre a organização da experiência das crianças, a diretora explicitou primeiramente que as crianças de 4 e 5 anos estão separadas em períodos e turmas diferentes, por diferença do que ocorre em outras escolas rurais do município. Sobre a rotina, afirmou que as crianças têm uma rotina próxima à do Ensino Fundamental. Eles possuem duas aulas de educação física; até o ano passado era somente uma. Possuem aulas de inglês, mais duas aulas de artes – música, dança; momentos semanais de lazer externo e mais um momento de vídeo semanal. As crianças chegam às sete horas e tomam o café da manhã, depois vêm as aulas, às nove e meia almoçam e às onze e meia vão embora. Sobre os materiais pedagógicos disponíveis, a diretora afirmou que eles não possuem muitos itens, já que a rede de ensino não provê, mas que receberam alguns kits do MEC e confeccionam também muitos brinquedos e jogos pedagógicos na própria escola. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que, pelo relato, não há uma concepção de projeto pedagógico para a Educação Infantil, reproduzindo-se a rotina do Ensino Fundamental, em uma perspectiva disciplinar e com uma organização do tempo presa à forma escolar convencional. Com essa estrutura, aliada à precariedade das condições materiais também informadas pela respondente, apreende-se uma rotina que mantém as

crianças em atividades desprovidas de materiais a serem explorados e, possivelmente, com poucas oportunidades de movimentação.

O relato referente à escola 3 descreve as experiências das crianças da seguinte forma:

Acerca da organização das atividades diárias das crianças, afirmou que as crianças chegam às setes horas, quando se iniciam as aulas do matutino e do integral. Até as sete e quarenta e cinco, as crianças tomam café. Às 8 e meia, as crianças do integral comem um biscoito. O café é composto por pão com manteiga, leite com café ou achocolatado. As crianças do integral almoçam às dez horas, já as crianças do parcial vão embora às onze. E para o integral, têm as turmas que realizam o ciclo pedagógico na manhã e a recreação e higienização à tarde, quando ficam com o assistente educacional, e outras realizam o inverso. As crianças do integral jantam às três e meia e vão embora às dezesseis. E quanto às atividades, a escola possui o terraço, onde as crianças realizam atividades externas, a brinquedoteca, a sala de vídeo, as aulas de dança, educação física duas vezes por semana, música e inglês. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

A descrição da rotina estrutura-se a partir das situações de alimentação e higiene, distinguindo-se os esquemas das turmas que frequentam a escola em horário parcial, das das que o fazem em horário integral. Dentre as atividades descritas como do ciclo pedagógico, indica-se o uso do terraço, vídeo, aulas de dança, educação física, música e inglês, do que se depreende uma diversificação de experiências e conhecimentos, ainda que não haja indicação das formas como essas situações são integradas ao cotidiano das crianças.

Quanto às ações de inclusão, conforme depoimento da representante da escola 1, não havia, no momento da entrevista, nenhuma criança com deficiência. No caso da escola 2,

a diretora afirmou que eles possuem um aluno de 4 anos com transtorno global de desenvolvimento e que este possui um monitor que o acompanha durante toda a sua vivência na escola. Outro acompanhamento é realizado no AEE – Atendimento Educacional Especializado, que ocorre na APAE, e lá existe um conjunto de profissionais especializados para o acompanhamento da criança. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

Observa-se que o atendimento à criança com necessidades especiais caracteriza-se, na escola, pela presença de um monitor, mas não consta, no Relatório da Pesquisa de Campo, indicação de ações que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dessa criança.

A representante da escola 3, por sua vez, informou que a escola possui 10 alunos com deficiência, mas que nenhum deles reside em área rural.

O Relatório da Pesquisa de Campo agrupou as informações das famílias usuárias e não usuárias. Essas informações referem-se às opiniões relativas à qualidade da escola, mas sem elementos que indiquem conhecimento do cotidiano desta. A avaliação das entrevistadas foi positiva, com exceção de uma das famílias, cuja relação com a escola parece ter sido marcada por barreiras sociais, conforme descrito no item 2.1.

Quanto à jornada, o Relatório indica que algumas famílias manifestaram seu desejo de que o tempo integral seja implementado nas escolas de seus filhos, enquanto outras consideraram que o horário parcial é o mais adequado, pois favorece o convívio da criança com a família. As que se manifestaram a favor do horário integral argumentaram que, dessa forma, a criança teria mais tempo para sua formação e também que isto favoreceria o trabalho dos pais.

No Relatório da Pesquisa de Campo, a descrição das observações dos pesquisadores sobre a visita à creche indica que essa instituição possui salas de referência para crianças de 0 a 1 ano e de 2 e 3 anos, indicando que a convivência, na maior parte do tempo, ocorre entre esses grupos de idade. Os pesquisadores informam também que, na sala das crianças de 0 a 1 ano, há berços e colchonetes individuais, o que parece indicar que há momentos de repouso, mas não há informações sobre o tempo que os bebês passam nesses “equipamentos”. Descrevem, no entanto, que é nos berços e colchonetes que as crianças *ficam manuseando objetos variados, coloridos e que produzem sons, sempre acompanhadas pela professora e uma auxiliar.*

Já a descrição da sala das crianças de 2 e 3 anos indica a presença de mesas e cadeiras de tamanho adequado para elas, o que sugere a realização de atividades nesses móveis. A observação de que há, nas paredes, cartazes com alfabeto e números também sugere a realização de algum tipo de atividade ou a intenção de introduzir elementos da leitura, da escrita e dos números, além de atividades de recorte e colagem, indicadas pela presença de materiais para essa finalidade no ambiente das crianças. O Relatório da Pesquisa de Campo indica, também, que *não tem mobiliário destinado aos adultos nessas salas, que eles atendem às crianças sentados ao chão, andam de joelhos, e que no momento do sono, [as crianças] são ninadas ao som musical e assistidas pelas professoras* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012). Como já informado no item relativo aos professores, cada sala conta com um professor cuidador que atua nas tarefas de higienização das crianças.

No caso da escola que funciona no mesmo prédio do Ensino Fundamental, os pesquisadores observaram que as crianças da Educação Infantil têm horário diferenciado no uso do refeitório. Observaram também que, nesse ambiente, há um lavatório e que as crianças são conduzidas para a higienização das mãos.

Embora não haja uma descrição detalhada, os pesquisadores afirmam que foi observado que há uma preocupação com o brincar, visto que os diferentes brinquedos e brincadeiras estão presentes nas escolas visitadas (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste, UFMG, 2012).

MUNICÍPIO E

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E não apresenta elementos da fala da representante da Secretaria Municipal de Educação a respeito do cotidiano das crianças, residentes em área rural, na Educação Infantil. Segundo esse Relatório, a entrevistada informou que não há registros de crianças com necessidades especiais. Quanto ao atendimento às especificidades culturais das populações do campo, ela informou também que o município não desenvolve

qualquer atividade nesse sentido. Não há informações sobre a jornada das crianças.

O Relatório apresenta informações a respeito de três escolas. quanto à jornada das crianças, a escola 1 (creche rural) oferta o atendimento em turnos matutino e vespertino e também em horário integral. Quanto ao calendário, as representantes das três escolas salientaram que é o mesmo de toda a rede municipal de ensino. Com relação ao projeto pedagógico, informaram que possuem o documento, que foi elaborado de forma participativa, envolvendo professores, pais e alunos.

Em relação ao agrupamento das crianças, o relato da entrevista da representante da escola 1 (creche rural) informa que

Na parte da manhã: berçário 1 (crianças de 6 meses a 1 ano e pouco); berçário 2 (2 anos a 3 anos e pouco); sala 3 (crianças de 2 para 3 anos); crianças com 3 anos completos- turma do livro O Positivo (turma separada por idade mesmo). As outras turmas, todas trabalham o mesmo tema do livro, de acordo com a sua realidade. *(Relatório Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012).*

Observa-se que a adoção da apostila do Positivo estrutura o trabalho das turmas que a utilizam.

Na escola 2, o agrupamento é feito da seguinte forma:

Possuem duas salas funcionando: uma de pré 1 (4 e 5 anos) e uma de pré 2 (5 e 6 anos). As turmas possuem o número de alunos sugeridos pelo CNE, mas nunca tiveram problemas com número excessivo de alunos. Atualmente, o pré 1 possui 17 alunos e o pré 2, 26 alunos. Nunca ultrapassou isso e, quando ocorre, divide-se a turma. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

A escola 3 também utiliza o critério idade, mas sua representante não entrou em detalhes sobre os grupos etários.

Sobre a organização das experiências das crianças, a representante da escola 1 informou que

Todos têm uma rotina, os professores fazem planejamento semanal. Manhã: chegam às 7h15min, fazem o lanche, a oração e voltam para a sala, para fazer as atividades. Possuem um professor de eixo (três vezes por semana, uma hora por turma): ele desenvolve atividades de movimento e música. Esse professor também existe nas outras escolas. Possuem muito material que a Secretaria tem mandado todo ano. Também adquirem material com o dinheiro do PDDE e de festas que realizam todo ano. Durante a semana, todas as turmas têm acesso à salinha do DVD, têm os momentos de parque e as crianças fazem atividades na sala. Espaço externo, somente o pátio da escola. Os maiores só têm o horário de sono, no caso de crianças do turno integral. Os bebês não têm horários estipulados para dormir, porque isso pode variar, dependendo de cada criança. Para o matutino, há duas refeições: lanche e almoço. Para o integral, quatro refeições: lanche, almoço, lanchinho e jantar. Banhos ocorrem somente para as crianças do turno integral, exceto em alguns casos. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se que, conforme a descrição acima, nessa escola há um conjunto de situações das quais as crianças participam, incluindo oração, embora seja uma escola pública. As crianças têm acesso a aulas especializadas, filmes e atividades no parque. Os bebês têm períodos de sono diariamente, cujos horários obedecem às necessidades individuais. As crianças maiores que frequentam a escola em horário integral também têm momentos de sono e todas do integral tomam banho na escola.

Quanto à escola 2, o Relatório da Pesquisa de Campo informa, sobre a organização das experiências das crianças, que

existe uma rotina e, como neste ano estão trabalhando com hora/aula, existe um horário organizado das aulas. As crianças

possuem, também, três aulas semanais de Educação Física. As professoras fazem atividades em sala e usam também a quadra para desenvolver outras atividades mais lúdicas, que envolvam a dança e o teatro, por exemplo. Não há pátio. A escola começou com a pré-escola e foi aumentando, foi sendo emendada e não dispõe de espaços físicos para um pátio. As professoras também utilizam o auditório para passar vídeo e desenvolvem aulas de informática porque, como trabalham com o material do Positivo, a própria apostila indica pelo menos uma aula de informática semanal. Também possuem um momento de leitura de livros na biblioteca. A escola é muito rica em jogos educativos, materiais que os próprios professores produzem, tem um acervo muito rico em livros. A escola é bem equipada, tem recursos, dois laboratórios de informática, biblioteca. O espaço interno é composto por salas, sala de multimeios, dois laboratórios de informática, dois banheiros para a pré-escola, refeitório, cozinha... Já o espaço externo é composto por campo (particular, pertencente ao pai de um dos alunos). Para as crianças de 4 a 6 anos, o cardápio é feito pela nutricionista e é composto por desjejum, antes de irem para a sala de aula (café da manhã); às 9h ocorre a merenda (alimentação salgada, com carne, legumes, além de suco) e na saída, às 11h20min, quando ainda tem fruta, as crianças recebem uma fruta. *(Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012)*

De acordo com o trecho do Relatório da Pesquisa de Campo reproduzido acima, depreende-se que as crianças contam com recursos capazes de favorecer a experiência no ambiente da escola, além de acesso a conhecimentos e atividades diversificadas, como dança, teatro e informática, bem como a livros. As aulas de informática são articuladas ao uso da apostila Positivo, que parece estruturar o currículo da escola. Observa-se também que a organização do tempo segue a estrutura de hora-aula, parecendo reproduzir o esquema do Ensino Fundamental.

Em relação à escola 3, o Relatório afirma, sobre a organização das experiências das crianças, que

Toda semana as professoras se organizam para fazer o planejamento. As professoras trabalham com a apostila de O Positivo e desenvolvem um plano de ação. As crianças têm aulas de Educação Física e Artes. Para as crianças de 4 a 6 anos, o material é pouco. Tem a brinquedoteca, mas fica a desejar, pois deveria ter mais brinquedos. O espaço é pequeno. No espaço interno, há pátio, auditório, sala de informática e biblioteca, todos utilizados. No espaço externo, a quadra da comunidade é

utilizada. Como se trata de crianças de 4 a 6 anos, banhos, apenas em caso de alguma eventualidade. Sobre a alimentação, merenda às 9h (recreio) e um lanchinho antes das crianças saírem. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

Observa-se que, como uma política para toda a rede municipal, a apostila do Positivo estrutura a experiência das crianças, que contam ainda com aulas especializadas de Educação Física e Artes. No caso dessa escola, as condições materiais e o espaço são considerados insuficientes para as crianças de 4 a 6 anos. Elas se alimentam na escola, mas tomam banho somente se for necessário.

Quanto à inclusão, as representantes de duas escolas informaram que não há crianças com deficiência nessas instituições. Somente a escola 1 (creche rural) possui *apenas uma criança que não anda, mas participa normalmente e é atendida pelo CRAAS para fazer fisioterapia.*

No Relatório, constam informações sobre as entrevistas realizadas com três famílias usuárias da Educação Infantil. O representante da família 1 demonstrou conhecer o cotidiano da escola e também emitiu sua opinião a respeito, conforme se vê no trecho do relatório referente a sua fala a seguir:

[Conforme o representante da família 1] A escola é boa, é sempre bem cuidada e tem todos os elementos necessários. As crianças brincam na sala e no pátio. As crianças gostam de brincar de roda e contar história. Não sabe qual o tempo que as crianças dispõem para brincar. A merenda é boa e a criança aprendeu a comer depois que foi para a creche. (...) As crianças têm uma rotina e tem uma pasta de dever de casa (exercícios), fazem tarefas nas datas comemorativas (dia das mães, por exemplo). As professoras estão sempre planejando, e de acordo com cada idade há uma rotina de horários de comer, e horários de aprender.

Observa-se que essa entrevistada avalia positivamente a rotina da criança na escola e destaca os cuidados, os tempos de brincar na sala e no pátio, embora não saiba o tempo destinado às brincadeiras. Indica, ainda, o conhecimento de que há uma rotina estruturada pelo planejamento das professoras e atividades nas datas comemorativas, como o dia das mães. Ela avalia também o calendário e o horário da escola como adequados, demonstrando preferência pelo horário integral.

Menciona que, nas férias, alguns pais não têm com quem deixar as crianças. Embora tenha dito, conforme consta no Relatório de Campo, que não sabe que experiências gostaria que o filho tivesse na escola, indicou como uma boa escola aquela que, além de ser *arejada, tenha pátio, livros e brinquedos educativos e de montar* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012).

A entrevistada da família 2, por sua vez, avalia que a oferta em meio período é adequada, mas considera que deveria ser no turno vespertino. Não soube informar se a escola apresentou a proposta pedagógica e, sobre as experiências das crianças, mencionou que elas *aprendem a fazer várias coisas: colagens, barquinho, EVA*. Sobre o que gostaria que fosse contemplado na escola, a respondente disse que seria um trabalho sobre drogas, evidenciando ser esta uma preocupação dos responsáveis em relação à formação dos filhos.

A entrevistada da família 3 avalia o calendário e a jornada diária como adequados, embora prefira que o filho frequente a escola em horário integral. Quanto ao cotidiano, observa-se no relatório dos pesquisadores as percepções sobre as condições para a brincadeira:

Segundo a informante, as crianças produzem seus brinquedos, porque trabalham com o material do Positivo e essa apostila sempre sugere a construção de brinquedo. As crianças brincam na quadra e brincam de bola. As crianças também brincam na aula de Educação Física, Informática, recreio e nas aulas. Ela acredita que há um tempo previsto para brincar. O seu filho fala pouco sobre as atividades feitas na escola, geralmente conta sobre brincadeiras e jogos realizados na sala de informática. Ainda segundo ela, a escola prepara as crianças para continuar estudando (*Relatório Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*).

Como sugestões, indica maior espaço para brincadeiras e, diante da pergunta, aventa a possibilidade das crianças fazerem aulas de inglês.

Como mãe, sente falta de um parque, um pátio maior para as crianças brincarem. Nunca parou para pensar em experiências que gostaria que a escola ofertasse às crianças, mas sugeriu a possibilidade delas fazerem aula de inglês. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta informações sobre as entrevistas realizadas com membros de três famílias não usuárias. Os relatos, no entanto, não revelam informações sobre o cotidiano das crianças das escolas que existem na comunidade, apresentando alguns elementos do que, pensam, deveria ocorrer nessas escolas. Citam o cuidado com as crianças e a presença de brinquedos. Uma das famílias considerou que as crianças maiores deveriam estudar no turno da manhã e as menores, no turno da tarde *devido ao horário de acordar, pois uma das necessidades da criança é dormir. Segundo ela, há crianças que saem muito cedo de casa, por volta das 4h da manhã.* Essa entrevistada indicou que a escola deve proporcionar atividades em espaço natural, salas de brinquedos e de informática, além da realização de piqueniques com as crianças. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*).

Quanto às visões dos pesquisadores, o Relatório menciona, para a creche, a separação, em turmas diferentes, das crianças de 0 a 1 ano e de 2 e 3 anos:

Na creche, a sala referência destinada às crianças de 0 a 1 ano tem cinco berços e colchonetes individuais. Nesse contexto, as crianças manuseiam objetos variados, coloridos e que produzem sons. Na sala destinada ao atendimento a crianças de 2 e 3 anos, o espaço é organizado com colchões e brinquedos, possui cartazes coloridos com alfabeto e números, material para recorte e colagem e livros infantis.

(...)

Não tem mobiliário destinado aos adultos nessas salas. Eles atendem às crianças sentadas no chão, andam de joelhos etc. No momento do sono, são ninadas ao som musical e assistidas pelas professoras.

(...)

As crianças de 2 e 3 anos têm carrinhos, local onde fazem as refeições.

As crianças de 4 e 5 anos, no caso da pré-escola, são atendidas em espaços paralelos ao Ensino Fundamental. Existe um espaço destinado às refeições, organizado com uma mesa e bancos

adequados ao tamanho das crianças. Nesses espaços, não há lavatório, no entanto, antes das refeições as crianças são conduzidas para a higienização das mãos.

(...)

Há material disponível para o atendimento educacional às crianças e a Educação Infantil nessa realidade é desenvolvida considerando os pressupostos didáticos produzidos pelo sistema apostilado do Positivo. (*Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste, UFMG, 2012*)

MUNICÍPIO F

O Relatório da Pesquisa de Campo realizada no Município F, como os demais, oferece poucas informações sobre as concepções das representantes da Secretaria Municipal de Educação sobre o cotidiano das crianças. Ao mencionarem a precariedade das condições das escolas rurais do município, as entrevistadas destacaram que *o acompanhamento pedagógico fica quase que totalmente inviabilizado, a exemplo do controle da frequência dos professores, do cumprimento de horários, dos planejamentos pedagógicos etc.* No que se refere ao atendimento às crianças com deficiência, destacaram a ausência de qualificação dos professores, que *ficam apavorados por não saberem como receber essas crianças.* Conforme já destacado nos itens anteriores deste texto, são bastante deficientes a quantidade e a qualidade do material disponível nas escolas, que se relaciona à impossibilidade de construir um cotidiano rico de experiências para as crianças. O elemento positivo desse cotidiano, destacado pelas entrevistadas, refere-se à oferta de café da manhã, diariamente, a todas as crianças. Não há informações sobre a jornada destas na escola.

O Relatório da Pesquisa de Campo apresenta informações agrupadas sobre as três escolas, uma vez que as entrevistadas (diretora e vice-diretora de Educação do Campo) são as responsáveis por todas elas. São três pré-escolas localizadas na zona rural.

Quanto ao calendário, as entrevistadas disseram que é o mesmo para toda a rede de escolas urbanas e rurais.

No que toca ao projeto político-pedagógico, não constam informações a respeito. O agrupamento é feito segundo as idades, mas não há uma descrição dos grupos. Quanto à organização das experiências das crianças, parece haver uma contenção excessiva das crianças, com impedimento dos movimentos e da exploração dos espaços externos que, por sinal, parecem não apresentar condições adequadas, conforme se vê a seguir:

Não existem brinquedos nas escolas e as entrevistadas voltaram a enfatizar que as professoras não “incentivam esse lado porque têm receio de acidentes e o socorro é difícil por causa da distância... então, elas são muito preocupadas com a segurança das crianças, não deixam elas utilizarem os espaços externos, não”. (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012)

Esse relato evidencia que, ao lado da precariedade das escolas, o isolamento das instituições, decorrente da precariedade das estradas, favorece as atitudes de limitação das experiências infantis, evidenciando um cotidiano pobre e pouco desafiador para crianças e adultos.

Não há informações sobre as visões das famílias a respeito desse tema.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, quando questionado sobre as atividades das crianças nas escolas, declarou não estar apto a dar informações a respeito.

O Relatório da Pesquisa de Campo, como já descrito em itens anteriores, revela uma situação de grande precariedade. Os pesquisadores destacam que todas as escolas visitadas encontram-se funcionando de forma provisória, em espaços improvisados. Em duas comunidades, identificaram a construção/reforma de prédios para os quais as escolas serão transferidas. Apesar disso, a situação atualmente vivenciada pelas crianças, conforme descrito no Relatório de Campo, pouco se aproxima da ideia de escola, para usar os termos dos pesquisadores. Eles destacaram que, nesses espaços precários (ver item 2.1), não existem brinquedos ou estruturas que favoreçam as brincadeiras. Em uma das escolas,

verificaram a existência de *balanços quebrados que foram encostados num canto, pois as professoras relataram que preferiam não deixar as crianças brincarem pelo receio de que se acidentassem*. Em outra escola, os pesquisadores encontraram as *crianças todas no quintal, nas mesinhas embaixo de árvores*. Segundo expressam no Relatório, não é possível *falar da existência de áreas verdes propriamente ditas* e não foi observado *nenhum animal em nenhuma das escolas ou nas proximidades* (Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste, UFMG, 2012).

Observa-se que as visões dos entrevistados e dos pesquisadores convergem para a grande precariedade existente nesse município com relação ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos, o que se traduz na ausência de proposta pedagógica e de práticas que minimamente proporcionem bem-estar e favoreçam experiências enriquecedoras para as crianças.

Considerações sobre a proposta pedagógica e as práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural, nos municípios pesquisados na Região Sudeste

A análise dos Relatórios de Campo, no que diz respeito às propostas pedagógicas para a Educação Infantil de crianças residentes em áreas rurais, evidenciou que estamos distantes de concretizar as prescrições legais e as concepções que as orientam. Reconhece-se, no entanto, que essa situação não é exclusiva da Educação Infantil para crianças residentes em área rural nos municípios pesquisados e, como já largamente analisado, também para a grande maioria dos municípios brasileiros. O transcurso de mais de duas décadas de reconhecimento do direito à Educação Infantil pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e de quase duas décadas da promulgação da atual LDB (BRASIL, 1996), bem como das regulamentações específicas posteriores a esses instrumentos legais, não logrou a conquista da construção de culturas institucionais e profissionais sustentadas pelas concepções de bebês, crianças e Educação Infantil presentes nos mesmos. Além disso, a própria produção acadêmica e de recursos

bibliográficos e de outras naturezas destinados à formação inicial e continuada de professores e gestores é ainda escassa, ao lado da necessidade de formação daqueles que se responsabilizam pela formação desses atores fundamentais na operacionalização das políticas de Educação Infantil nos municípios e pelas práticas cotidianas com bebês e crianças pequenas nas escolas. Assim, as concepções, diretrizes e indicações presentes na literatura e nos instrumentos normativos, apresentadas na parte inicial deste relatório e nas introduções dos itens analisados, estão sendo entendidas como importantes ações na direção da construção tanto de concepções quanto de orientações e práticas adequadas às condições de desenvolvimento e participação na cultura por parte das crianças pequenas e das potencialidades da Educação Infantil nesse processo.

No caso específico do foco desta pesquisa – a Educação Infantil para as crianças residentes em áreas rurais –, as lacunas, insuficiências e inadequações vêm acrescidas da desconsideração das especificidades dessas populações. Nessa direção, verificou-se que os sujeitos entrevistados nos municípios pesquisados não possuem, com a exceção de um município em que este processo parece estar em curso, reflexão sobre os sentidos da Educação Infantil para as crianças do campo. Essa ausência repercute na reprodução das formas e recursos escolares dos níveis subsequentes da escolarização, inadequados tanto para crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas urbanas quanto para as residentes em áreas rurais. No caso dessas últimas, suas condições de moradia e culturais não têm sido consideradas, ferindo os direitos e orientações já reconhecidos (BRASIL, 1988, 1996, 2002, 2008 e 2009).

A exceção acima mencionada oferece pistas sobre a necessidade de orientar e apoiar os municípios na construção de suas políticas educacionais para esse público. O município referido conta com orientações municipais para toda a rede de Educação Infantil e as escolas pesquisadas estão atuando no sentido de implementar tais orientações que, pelo que se pôde apreender na pesquisa, contemplam importantes dimensões dos direitos das crianças. Nesse município, destacou-se a dimensão da gestão da escola como elemento fundamental à construção de uma proposta de Educação Infantil que, de fato, incorpore princípios

da Educação do Campo, demonstrando a importância de investimento na formação desses atores.

Dentre os elementos que indicam a distância entre as práticas observadas, os relatos das entrevistas e os consensos e normativas da área, destacam-se: a pequena utilização do ambiente natural como espaço de experiências e interações das crianças; a forma escolar convencional desde a creche, o que sugere a restrição da convivência somente entre crianças de mesma idade, o uso de materiais inadequados como cadernos e lápis desde o berçário e a ausência de outros mais apropriados; a presença de criança da Educação Infantil junto com crianças do Ensino Fundamental; a inadequação das estruturas físicas e do mobiliário; a estrutura pedagógica sustentada pelo uso de apostilas, não evidenciando a construção de propostas pelos professores e demais membros da comunidade escolar.

Além disso, percebe-se que, assim como já identificado para as áreas urbanas, a comunidade – famílias e representantes de organizações sociais e/ou sindicais – reconhece a importância da Educação Infantil para as crianças do campo, não revelando, no entanto, reflexões sobre as condições de experiência das crianças nesse ambiente. Desses atores, as famílias chegaram a fazer algumas indicações, geralmente relacionadas às condições de funcionamento das escolas e à importância de brinquedos e brincadeiras. Relataram-se, também, manifestações a respeito do excessivo tempo passado pelas crianças em ambientes fechados e a demanda pela Educação Infantil para os bebês e em tempo integral, embora este último aspecto não tenha sido consenso entre as famílias entrevistadas.

Observa-se, assim, que a oferta de Educação Infantil para as crianças do campo encontra-se em um estágio que se caracteriza pela abertura de vagas – ainda insuficiente – e pela implementação de propostas pedagógicas pautadas mais pela intuição dos agentes da política, do que por concepções construídas, apropriadas e compartilhadas entre os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Indicações para as políticas de Educação Infantil do campo

As informações construídas ao longo deste Relatório, que consolidam algumas temáticas presentes nos Relatórios de Campo dos seis estudos realizados na Região Sudeste, fornecem-nos indícios de aspectos relevantes a serem considerados na construção de uma política pública de oferta de Educação Infantil aos bebês e crianças residentes em área rural.

O primeiro elemento a destacar é a necessidade de um engajamento coletivo dos diversos atores envolvidos no processo de educar bebês e crianças pequenas em espaços coletivos. Como mencionado na introdução deste Relatório, não há, na literatura acadêmica e mesmo na legislação em vigor no nosso país, subsídios suficientes para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações dos gestores públicos no que se refere à oferta da Educação Infantil do/no campo. Sendo assim, como destacado pelos trabalhos de Silva e Pasuch (2010; 2012), a construção da Educação Infantil do Campo requer os esforços de todos os envolvidos, propiciando inclusive o encontro das áreas da Educação Infantil e da Educação do Campo, que até então não tratavam com o cuidado necessário as especificidades da educação desses sujeitos. Por essa razão, avalia-se como extremamente adequada a iniciativa do MEC/SEB em financiar a pesquisa da qual faz parte este Relatório, pois ainda que as condições de tempo e recursos tenham limitado a ação dos pesquisadores, os produtos do estudo certamente colaboram para o conhecimento desta realidade tão negligenciada.

Após este primeiro destaque, sintetizam-se, em tópicos, elementos já presentes no texto deste Relatório que, ao nosso ver, devem ser objeto de reflexão nesse processo de construção da Educação Infantil do Campo:

- a) Escolas localizadas em áreas de periferia urbana são consideradas rurais pelo Censo Escolar. Especialmente nos municípios A e F, os pesquisadores destacaram o fato das escolas indicadas não serem consideradas como escolas de zona rural por estarem localizadas na periferia da sede desses municípios, não evidenciando, assim, a

realidade das escolas que estão afastadas da sede e que, por esta razão, representariam melhor as especificidades do campo. Este elemento alerta para o risco de homogeneização do campo, algo em alguma medida já presente nos normativos da Educação do Campo que, ao relacionarem as diferentes populações, fazem referência também aos diferentes modos de produção da vida nesses contextos. Quando se fala de especificidade dos bebês e crianças do campo, é fundamental lembrar de *qual* campo se fala, já que ele pode conter características bastante distintas em um mesmo município. Ademais, é importante que as condições de produção dos dados do Censo Escolar sejam também mais transparentes e acessíveis para que as características das escolas sejam retratadas de um modo mais confiável nas estatísticas oficiais.

- b) Atendimento por meio de creches conveniadas, que apresentam dificuldades na manutenção do atendimento devido a problemas na gestão dos convênios, e uso político dos gestores dessas instituições conveniadas. Estes dois elementos, muito presentes no Relatório da Pesquisa de Campo realizada no município A, alertam para a necessidade de construção de uma rede própria para a oferta da Educação Infantil para as crianças residentes em áreas rurais e urbanas. As dificuldades relatadas nesse município já estão apontadas por estudos sobre a Educação Infantil na área urbana, que evidenciam uma maior precariedade das instituições conveniadas, sendo que muitas delas têm sua origem ligada à assistência social e, por esse motivo, encontram maiores desafios na adoção das normas e concepções advindas do sistema formal de educação.
- c) Questões relativas ao transporte escolar, referentes à existência do mesmo, às condições dos veículos, à manutenção das estradas e à existência de monitores, perpassaram todos os tópicos deste Relatório, evidenciando que este é um aspecto fundamental quando se reflete sobre a Educação do Campo e, neste texto,

especificamente, sobre a Educação Infantil do Campo. No que se refere à demanda, explicitou-se o quanto o transporte é central em alguns municípios, sendo que a oferta e a demanda da Educação Infantil são afetadas diretamente pela existência ou não do transporte. Além disso, evidencia-se os impactos do transporte na qualidade da oferta, visto que em alguns casos as crianças deixam de frequentar a escola por não terem condições seguras de acesso. Ressalta-se também a ausência de monitores, aspecto que tem causado transtornos e preocupações para as famílias. Importante, portanto, é destacar a necessidade de políticas que articulem diferentes setores, uma vez que as condições climáticas e topográficas restringem os deslocamentos, tornando-os inviáveis ou muito inseguros, inclusive para acesso de crianças e professores a outros serviços que eventualmente se façam necessários, ou mesmo para a ampliação das experiências das crianças. Sobre este aspecto, destacam-se o acesso a serviços de saúde e a participação das crianças em eventos culturais da cidade ou de outras comunidades rurais. Considerando que esta temática relaciona-se diretamente às condições das estradas, o regime de colaboração presente na Constituição Federal e em outros normativos que asseguram o transporte dos estudantes parece ser o caminho mais viável para que o transporte intracampo, quando necessário, possa ser realizado de forma segura.

- d) A questão do transporte ainda deve ser problematizada considerando-se as condições de participação das famílias na escola, nos casos em que ele é necessário para o acesso à escola.
- e) A oferta de Educação Infantil no Campo, elemento já consagrado na literatura e nos instrumentos normativos da Educação do Campo, precisa ser problematizada, considerando-se a extensão das áreas rurais dos municípios, sua distância das sedes e condições de acesso de adultos e crianças, bem como questões relativas à densidade demográfica dessas áreas. Os municípios pesquisados

manifestaram a inexistência de soluções locais para os casos de famílias isoladas, em que há um número muito reduzido de crianças, em alguns casos, apenas uma.

- f) Avaliação da demanda por creche pelos municípios. A pesquisa evidenciou a ausência de mecanismos capazes de apreender a demanda das famílias por creche. A ausência de referências sobre o serviço, aliada a fatores culturais, não têm favorecido o reconhecimento e a demanda, pelas famílias, dos direitos dos bebês à Educação Infantil. O apoio aos municípios, para que seja feita oferta com qualidade, poderá estimular as famílias a demandarem a creche para seus filhos como forma de enriquecimento das experiências destes e como apoio às mesmas no cuidado e educação das crianças.

- g) Insuficiência dos recursos do FUNDEB e necessidade da efetiva colaboração dos Estados e União para assegurar a construção e a manutenção das escolas. A esse respeito e relacionado ao item anterior, ressalta-se a indicação dos normativos de que a oferta da Educação Infantil aconteça nas comunidades rurais, evitando os deslocamentos e o processo de nucleação das escolas. Entretanto, para que isto se concretize é fundamental a destinação de recursos para construção e manutenção de creches e pré-escolas. Os representantes das Secretarias Municipais de Educação afirmaram suas dificuldades em construir e manter creches e pré-escolas na zona rural, em virtude das especificidades desta etapa e do reduzido número de bebês e crianças. Acrescentaram, ainda, dificuldades na aquisição de terrenos, tanto por questões burocráticas quanto pelas características geográficas da zona rural, o que enseja também a busca por soluções arquitetônicas para as escolas do campo. Desse modo, enfatiza-se que somente com a existência de recursos esta situação pode ser modificada, o que novamente reforça a importância do regime de colaboração, já que a desigualdade econômica dos municípios acaba gerando desigualdades no direito

dos bebês e crianças residentes em área rural, como pudemos ver neste Relatório.

- h) Oferta menor do que a demanda, o que se complicará em 2016, com a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 e 5 anos. Uma análise relacionando a oferta de cada um dos seis municípios investigados com o número de crianças de 0 a 6 anos residentes na área rural evidencia que a oferta de creche e pré-escola é menor do que a demanda em cinco destes municípios. Por essa razão, será fundamental um conjunto de ações que possam assegurar a oferta de pré-escola obrigatória para as crianças a partir do ano de 2016, e de creche, sendo que os bebês e crianças de até 2 anos residentes em área rural são os mais excluídos do direito à Educação Infantil. Logo, é preciso que se intensifiquem as reflexões sobre os impactos da obrigatoriedade da pré-escola sobre a oferta de creche, para que não se reforce ainda mais a exclusão dos sujeitos que a ela têm direito.
- i) Construção de orientações sobre propostas pedagógicas e necessidade de materiais que contemplem as especificidades dos bebês e crianças do campo. Como evidenciado no item 2.4 deste Relatório, somente em um município dos seis investigados os pesquisadores encontraram indícios de um processo de construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades de bebês e crianças do campo. Por essa razão, é fundamental que haja, por parte da União e dos Estados, assim como das Universidades e demais instituições da sociedade civil que se preocupam com os bebês e crianças, esforços no sentido de fomentar estudos e pesquisas que possibilitem a construção dessas referências, estudos estes que aprofundem os intercâmbios e diálogos com os atores diretamente envolvidos, especialmente com as famílias, com seus bebês e crianças, com as professoras e professores e com os gestores da educação. Esse processo de construção deve alertar ainda para a necessidade de problematizar a concepção restrita da

Educação Infantil como etapa alfabetizadora, assim como para o uso de apostilas e materiais didáticos de grandes redes, que acabam reforçando esta concepção. Deve-se buscar construir com as crianças, no cotidiano das escolas, experiências mais amplas com música, teatro e brincadeiras que se articulem às experiências culturais dos grupos a que elas pertencem.

- j) Além disso, o diálogo com as culturas das diferentes populações do campo, bem como a adequação de calendários e horários, poderão favorecer a construção de propostas que respeitem e fortaleçam as identidades, ao mesmo tempo em que contribuam para a ampliação das experiências de crianças e adultos.
- k) Formação de gestores e professores para a Educação Infantil do Campo. Esse aspecto merece especial atenção da política nacional e das políticas locais de Educação Infantil. Embora tenham sido encontradas referências à Educação Infantil para crianças residentes em áreas rurais como um direito, a formação dos administradores municipais, especialmente dos gestores da Educação na administração central e nas escolas, poderá favorecer a articulação de políticas e ações necessárias para a expansão e qualificação da Educação Infantil. No caso da formação dos professores, faz-se necessário empreender esforços na formação inicial e continuada, abrangendo fortemente a articulação das áreas da Educação Infantil e da Educação do Campo, inclusive como estratégia de construção de orientações para a Educação Infantil do Campo. As estratégias para essa ação ultrapassam a criação de cursos de Pedagogia, devendo envolver a focalização dessa área no financiamento da pesquisa, na difusão de conhecimentos e na produção de materiais que cheguem às mãos dos professores, aliados à possibilidade de reflexão coletiva sobre as práticas pedagógicas com as crianças nas escolas.

- l) Formação, carreira e funções docentes na Educação Infantil do campo. Esse elemento merece atenção da política nacional e das políticas locais de Educação Infantil do Campo, com orientações claras sobre a formação legal para o exercício da docência. A pesquisa encontrou referências a berçaristas, recreacionistas etc., o que parece indicar a atuação de pessoas sem a formação prevista em lei, especialmente com os bebês.

- m) Inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil do Campo. Além dos desafios existentes para a educação escolar de modo geral, em áreas urbanas e rurais, a pesquisa revelou a necessidade de atenção especial às regiões de baixa densidade demográfica, nas quais a ocorrência de casamentos consanguíneos parece gerar, conforme observação de entrevistados, maior número de crianças com algum tipo de deficiência. Esta atenção deve voltar-se para a criação de condições físicas e materiais, bem como para a formação de professores e demais profissionais que possam colaborar com o desenvolvimento dessas crianças.

Considerando todos os destaques, espera-se que as informações e análises apresentadas neste Relatório possam ser úteis na construção da Educação Infantil do Campo para que, no menor prazo possível, nossos bebês e crianças residentes em área rural possam ter assegurado seu direito à Educação com qualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: **I Seminário Nacional: Currículo em Movimento** - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte..

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução Complementar CNE/CEB Nº 2, de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural**. Brasília, Porto Alegre, 2012.

CAMPOS, M. M.. **Educação Infantil: reescrevendo a educação**. São Paulo, 27 jun. 2006. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid-35>

CARVALHO, M. I. C.; RUBIANO, M. R. B. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1995.

CRAIDY, Carmem Maria. A política de Educação Infantil no contexto da política da infância no Brasil. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p.18-21.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Infantil como direito. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Volume II. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. p.9-15.

HORN, Maria da Graça S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004).

IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

INEP. Censo Escolar, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179

LUZ, I. R. Educação Infantil: direito reconhecido ou esquecido? **Linhas Críticas**, v.12, p.41-58, 2006.

OLIVEIRA, R. P. O direito à educação na constituição federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. **Revista Brasileira de Educação**, nº 11, Mai/Jun/Jul/Ago, p. 61-74, 1999.

POST, J.; HOHMANN, M. **Educação de bebês em infantários: cuidados e primeiras aprendizagens**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ROCHA, E. N., GONÇALVES, J. W. S., SANTOS, T. M. D. (orgs.). **Educação Infantil do campo: semeando direitos, colhendo cidadania**. Brasília, DF: CONTAG, 2011.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas**. Porto: Edições ASA, 2004.

SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; FARIA FILHO, L. M.. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e Educação Infantil no Brasil: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 15, p. 84-97, 2010.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J. Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. **Educação Infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município A da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município B da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município C da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município D da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município E da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças

de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFMG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município F da Região Sudeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

APÊNDICES

1-Manual de orientações da pesquisa qualitativa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS
COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA RURAL**

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

Brasília, 03 de maio de 2012.

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste Manual é orientar as atividades de campo **da Pesquisa Nacional: Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural**. O objetivo da pesquisa é coletar informações e opiniões sobre a EI no Campo e seu contexto, com o objetivo de conhecer a sua situação no Brasil e propor sugestões para formulação de uma política nacional de EI no Campo, melhorar o que está sendo feito e qualificar as escolas e profissionais que atuam na educação de crianças de 0 a 6 anos que vivem no campo ou meio rural.

A pesquisa foi constituída a partir de um projeto de cooperação técnica estabelecido entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e conta com a participação de pesquisadores e assistentes de pesquisa das seguintes universidades: UNEMAT-Sinop, UFMG, UFPA – Bragança, UFCG, UFPR, UFSC, UNIJUÍ, UERJ, UFF, UFG, UFES, UFBA, UFC, UFRN, UFS, UFAL, UFPE, UFPI, UFMA, UNB, UFMS-Corumbá, UFMT, UFPel. A pesquisa também estabelece interlocução com movimentos sociais e sindicais do campo e da Educação Infantil.

Sua realização decorreu de solicitação ao Ministério da Educação, de pesquisadores, gestores municipais, professores e membros de movimentos sociais e sindicais do campo durante o **I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo**, ocorrido em Brasília, em dezembro de 2010. Todos esses atores sociais reconhecem a necessidade de conhecermos melhor a realidade educacional das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes na área rural, objetivando subsidiar a elaboração de subsídios e implementação de políticas públicas de Educação Infantil, para as crianças que moram em áreas rurais.

A pesquisa produzirá um diagnóstico nacional da oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural. Portanto, sua participação como pesquisador(a), nesse momento histórico, é fundamental para que o diagnóstico seja o mais fiel possível à realidade. A postura ética e comprometida dos pesquisadores com a qualidade dos dados e informações e, portanto, para boas políticas públicas, é premissa básica.

O presente **Manual de Orientações** é composto pelos seguintes itens:

1. ética na pesquisa: definindo as lealdades;
2. a pesquisa qualitativa
3. operacionalização da pesquisa qualitativa; e
4. anexos.

Desejamos um ótimo trabalho a todos!

Equipe de Coordenação da Pesquisa

1. ÉTICA NA PESQUISA: DEFININDO AS LEALDADES

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) referente à pesquisa nacional **Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural** estabelece que a UFRGS é a instituição responsável pela sua execução. A Comissão de Pesquisa da FAGED/UFRGS dessa Universidade considerou o projeto de pesquisa adequado do ponto de vista ético e delegou aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, a definição de procedimentos éticos ao longo do estudo.

Entende-se como atividades da pesquisa todas as ações desenvolvidas, desde a concepção, campo, análises dos dados e informações até a divulgação dos resultados. Os princípios e os procedimentos éticos referem-se a essas diferentes etapas.

Nesse processo, temos compromisso com o avanço do conhecimento, com a sociedade, mais especificamente com a qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos do campo e com a formulação de políticas públicas baseadas no direito de todas as crianças brasileiras à Educação Infantil de qualidade.

A pesquisa foi concebida com a finalidade de construir conhecimentos sobre as condições da oferta e sobre as demandas por Educação Infantil para as crianças residentes em área rural brasileira. Apesquisa focaliza a oferta e a demanda por Educação Infantil do/no campo. Pauta-se, portanto, nas definições a respeito da educação formal das crianças de 0 até 6 anos, conforme definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução 05/2009 do Conselho Nacional de Educação - CNE) e pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 e Resolução Complementar nº 2, de 28 de abril de 2008).

Por se tratar de uma pesquisa coletiva, além dos termos foram elaboradas regras referentes à disponibilidade dos dados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 <u>Questionários respondidos pelos municípios</u> : NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 <u>Dados da pesquisa qualitativa</u> : NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 Base de dados construída a partir de dados oficiais – será tornada pública.
2.2 Base de dados de revisão bibliográfica – será tornada pública.
2.3 Base de dados construída a partir da análise dos questionários – será tornada pública de forma agregada.

2. A PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa corresponde à Ação 3 - Mapeamento e análise das realidades investigadas nas cinco regiões do país - do Projeto “Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de Idade Residentes em Área Rural”. Tem como finalidade estabelecer uma aproximação das condições da oferta e da demanda de educação infantil para crianças residentes em áreas rurais. Com este estudo, espera-se obter e registrar informações de diversos atores, tais como secretários/as municipais de educação, professores, coordenadores pedagógicos, diretores/as de escolas, famílias das crianças e movimentos sociais e sindicais que representem as populações do Campo e que tenham assento na Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC (**ANEXO I**).

A realização do estudo qualitativo ocorrerá no limite de tempo de cinco dias, devendo o pesquisador seguir o plano de ida a campo, previamente planejado pela Equipe Regional (ver item 3 deste manual). A coleta de dados da pesquisa será feita por meio de diferentes instrumentos:

1. roteiro de entrevista com as secretarias municipais de educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista nas escolas;
4. roteiro de entrevista com famílias; e
5. roteiro de entrevista com informantes e organizações locais (**ANEXO II – Instrumentos da pesquisa qualitativa**).

Os roteiros de entrevistas e observações serão acompanhados de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (**ANEXO III**).

No item a seguir, são apresentadas as orientações para a operacionalização dos estudos qualitativos.

3. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa de campo qualitativa será realizada em 30 municípios, sendo seis em cada região. Será coordenada pelos Núcleos regionais da pesquisa, tendo seus pesquisadores selecionados e treinados para este estudo. (ANEXO IV – Agenda da pesquisa de campo)

Detalhamento das atividades

1. A seleção dos municípios onde serão realizados os estudos qualitativos observou os seguintes critérios:
 - a. os municípios devem fazer parte da amostra sorteada para a Região;
 - b. a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
 - c. a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001): acampados da reforma agrária; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caiçaras; extrativistas; indígenas; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros.
2. Os municípios selecionados para o estudo qualitativo deverão ter respondido os questionários e os TCLEs enviados durante a etapa quantitativa da pesquisa.
3. Cada equipe deverá elaborar um plano de ida a campo contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo.

4. No primeiro contato com os movimentos sociais e sindicais do campo, com famílias e escolas é importante explicar os objetivos da pesquisa e a importância da participação desses atores, ressaltando que os resultados da pesquisa serão fundamentais na elaboração da política pública de Educação Infantil do Campo.
5. Serão entrevistadas, no mínimo, seis famílias por estudo. Na seleção das famílias devem ser considerados os seguintes critérios:
 - a. que tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas (uma) ou rurais (duas). Tais famílias serão sugeridas pela escola;
 - b. que não tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas ou rurais. Tais famílias serão indicadas pelas famílias sugeridas pela escola e deverão ser em número de três.
6. Para a entrevista com os/as representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, cada equipe deverá observar os seguintes critérios:
 - a. serão entrevistados nos municípios somente pessoas (lideranças, dirigentes ou assessorias) dos movimentos sociais e sindicais do campo que estão representados na Comissão Nacional de Educação do Campo– CONEC;
 - b. antes da realização da entrevista, entrar em contato com o/a representante indicado/a pelos movimentos sociais e sindicais do campo confirmando, data, local e horário da entrevista (preencher formulário – **Anexo IV**)
 - c. Durante a entrevista, seguir o roteiro previamente elaborado.
7. As escolas a serem observadas e entrevistadas nos municípios selecionados deverão pertencer ao quadro de amostra da pesquisa quantitativa. Os pesquisadores deverão definir junto com a escola horário e

local para as entrevistas e entrar em contato com os entrevistados para confirmar as entrevistas.

8. Os pesquisadores deverão elaborar e enviar o plano de visitas para a coordenação regional, garantindo o acompanhamento de todas as etapas da ida a campo.
9. Durante a observação da escola, só será permitido o registro fotográfico de sua fachada.
10. Os municípios participantes da pesquisa de campo receberão, como devolutivas da pesquisa, um kit do MEC.
11. Está prevista a realização de um evento nacional para apresentação dos resultados finais da pesquisa, com possível participação dos trinta municípios que foram objetos dos estudos qualitativos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES
EM ÁREA RURAL**

**MANUAL(*) DE ORIENTAÇÕES POSTURAS DA PESQUISA
QUALITATIVA**

Porto alegre, maio de 2012

(*) Adaptado do Manual de Pesquisa da População de Rua de Porto Alegre, pela FASC, 2011 (autores: Patrice Schuck e Ivaldo Gehlen)

Postura do Entrevistador e Apresentação da Pesquisa

Este manual foca, principalmente, a relação do entrevistador com o entrevistado, realçando questões éticas e culturais.

A abordagem junto aos entrevistados constitui-se num “evento”: um momento privilegiado de relação entre pessoas que, provavelmente, não se conhecem e que pertencem a realidades sociais, econômicas e culturais diferentes. Dessa maneira, é necessário criar um clima de respeito, escuta e abertura ao outro, de modo a percebê-lo em sua singularidade e complexidade.

Propõe-se uma abordagem que, para além das respostas que interessam a esta pesquisa, evite reproduzir formas de relação preconceituosas, desrespeitosas e autoritárias às quais estas populações estão, muitas vezes, sujeitas.

O jeito de habitar / ocupar o espaço é diversificado e expressa hábitos culturais ou identitários que precisam ser reconhecidos e respeitados, embora possam ser impactantes para o entrevistador num primeiro contato. Os sujeitos da pesquisa estarão em “seu” espaço íntimo, e o entrevistador precisa ser autorizado por eles a adentrá-lo. Por isso, o tratamento respeitoso, a postura atenta e comprometida, a busca de uma “distância justa” (nem, invasiva, nem recuada), devem ser levados em conta no estabelecimento desta relação com o entrevistado.

Deixar claro para os entrevistados “quem somos” (dizer o nome completo e com clareza) e a “que viemos”, explicando a natureza, os objetivos e a finalidade da pesquisa. Enfatizar a utilidade das informações obtidas, tanto para os dirigentes públicos tomarem decisões que influem sobre suas vidas, quanto para os movimentos sociais conhecerem melhor quem são eles e o que pensam, salientando ainda que os resultados da pesquisa objetivam possibilitar a formulação de políticas inteligentes e adequadas.

O tom de voz, as palavras e a aparência do entrevistador devem demonstrar credibilidade, com ênfase sobre a importância do entrevistado para o desenvolvimento do trabalho.

Deixar claro também que as informações individuais serão sigilosas perante os demais entrevistados. O interesse pelas pessoas e o aprofundado conhecimento das instruções recebidas durante o treinamento, tornarão esta tarefa fácil na maioria das vezes, mas o entrevistador precisa usar de toda a sua intuição, sensibilidade e inteligência para interagir com o entrevistado.

O “estado de espírito” do entrevistador reflete-se, com frequência, na reação do entrevistado diante do pedido para participar de uma entrevista. Se estiver inseguro ou pouco à vontade, não será capaz de estabelecer uma boa relação com o entrevistado; se pouco convicto ao apresentar a importância e os objetivos do seu trabalho, estes sentimentos serão percebidos e prejudicarão a comunicação.

Em muitos casos, o entrevistador será bem recebido porque representa uma quebra na rotina do dia-a-dia. A maioria das pessoas gosta de ser entrevistada e muitas delas demonstram interesse e discernimento ao responder sobre temas sobre os quais nunca haviam pensado antes ou considerado daquela maneira.

Algumas pessoas terão preocupações e perguntas para os entrevistadores. É preciso estar preparado para dar respostas corretas e sinceras, sempre com cortesia. Se os entrevistados manifestarem receios acerca da legitimidade da pesquisa, o entrevistador, além de se identificar, indicará os contatos da coordenação por meio dos quais podem se certificar e obter esclarecimentos ou informações sobre a pesquisa (nome coord. Regional e contato de telefone profissional e e-mail).

Dominando o Instrumento de Pesquisa

Os instrumentos (roteiros) têm como objetivo coletar dados e informações seguras, que dependem, em grande parte, do bom desempenho do entrevistador / pesquisador. Para ter sucesso nesse objetivo, é fundamental conhecer seu conteúdo, sua sequência, formular as questões de modo tranquilo e dominar bem o fluxo e fluência da entrevista, além de motivar os entrevistados. As respostas

podem ser fortemente influenciadas pela maneira como a conversa (entrevista) é conduzida. Para tanto, é fundamental estudar cuidadosamente os instrumentos e demais documentos da pesquisa e seguir rigorosamente as orientações neles contidas e/ou transmitidas nas capacitações.

Lembrar-se de que a entrevista não é um teste nem um exame, por isso o entrevistador deve ter o máximo cuidado para que seu tom de voz, palavras ou atitudes não expressem surpresa, julgamentos, aprovação ou desaprovação em relação às respostas dadas pelo entrevistado, mesmo que pareçam inusitadas ou insensatas.

As perguntas precisam ser formuladas com ritmo adequado, na maioria das situações, com vagar, dando tempo para os entrevistados acompanharem corretamente seu objetivo e seu conteúdo. Com isso, tem-se garantia de respostas completas e dentro do objetivo. Se o entrevistador manifestar pressa ou ansiedade, transfere essas sensações aos entrevistados, e o atropelo, ao invés de agilizar, pode tornar a entrevista mais demorada pela necessidade de repetições. Ao contrário dos entrevistados, o entrevistador adquiriu familiaridade com o instrumento, por isso é importante proporcionar-lhes o tempo para assimilá-las e o claro entendimento das questões.

É importante conduzir a entrevista respeitando a ordem sequencial das questões, conforme estão dispostas no roteiro, pois tal ordem atende a uma sequência lógica. Quando o entrevistado responder antecipadamente questões futuras, o entrevistador poderá anotar a resposta, discretamente, no roteiro. Na sequência, ao chegar à respectiva pergunta, esta poderá ser formulada novamente, se não ficou completamente esclarecida, mostrando ao entrevistado que já falou do assunto: "já falamos deste assunto, mas permita-me perguntar novamente para esclarecer...".

Sempre que os entrevistados solicitarem mais informações sobre o significado de alguma pergunta, é importante valorizar e esclarecer a demanda com objetividade. Explicar genericamente; porém, se perceber que ainda persiste a dúvida, reformule a pergunta, sem mudar a sua essência.

Os entrevistados, em geral têm curiosidades diversas e fazem perguntas. Responder discretamente e se podem influir no conteúdo da entrevista, dar uma evasiva e propor falar sobre o assunto ao final da entrevista. Não esquecer de, no final, fazer referência ao questionamento anterior, dando algum retorno, mesmo que seja dizendo que não conhece ou não tem opinião sobre o assunto.

Não se manifestar sobre temas políticos partidários ou ideológicos polêmicos extra pesquisa.

Evitar a interrupção do trabalho antes da conclusão das entrevistas, mostrando que não será possível retomá-la outra hora ou outro dia.

Concluindo a entrevista

No final da entrevista, antes da despedida, de forma objetiva e amistosa, agradecer a oportunidade da conversa e comentar que foi muito importante a colaboração e a franqueza da pessoa para o sucesso da entrevista, lembrando que será respeitado o sigilo das informações, a serem usadas em seu conjunto e apenas em benefício da educação infantil.

Anotar no Diário de Campo eventuais situações particulares ou interferências externas (como chegada de alguém, discussão entre pessoas), que eventualmente possam ter prejudicado a entrevista. Anotar, também, situações como: interferências negativas na realização da entrevista ou se houve preocupação em esconder informações importantes. Detalhar tanto quanto possível.

ANEXOS

ANEXO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS DO CAMPO MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - CONEC

► Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS

Titular: Luiz Peixoto da Silva

E.mail: luiz@unefab.org.br

Telefones: 67-92163340 / 64 34742074

Suplente: Luis Pedro Hillesheim

E.mail: unefab@unefab@org.br

Telefones: (55)9644-6803

► Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Titular: José Wilson Gonçalves

E.mail: zewilson@contag.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

Suplente: Eliene Novaes Rocha

E.mail: eliene@contag.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

► Comissão Pastoral da Terra - CPT

Titular: Isabel Cristina Diniz

E.mail: isabel@cptnacional.org.br

Telefones: 43-9943-7279

Suplente: Juvenal José Rocha

E.mail: juvenalrocha50@gmail.com

Telefones: (62)40086400/6466

► **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Familiar – FETRAF**

Titular: Maria Josana de Lima

E.mail: josanastr@hotmail.com.br / secgeral@fetraf.org.br

Telefones: 84 9941 7903 / 61 - 3041-5646

Suplente: Marcos Rochinski

E.mail: secgeral@fetraf.org.br

Telefones: 61-3041-5646

► **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**

Titular: Ana Rita de Lima Ferreira

E.mail: anaritalima@uol.com.br

Telefones: 61-91639993

Suplente: Liciane Andrioli

E.mail: articula@mabnacional.org.br

Telefones: 61-33861938

► **Movimento das Mulheres Camponesas – MMC**

Titular: Catiane Cinelli

E.mail: secretaria@mmcbrasil.com.br; katimmc@gmail.com;
informa@mmcbrasil.com.br

Telefones: 61-40636520

Suplente: Elisiane de Fátima Jahn

E.mail: j.elismmc@gmail.com ; secretaria@mmcbrasil.com.br

Telefones: 51-9621-5565 / 3045-1066

► **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

Titular: Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício

E.mail: vanderluciabsb@gmail.com

Telefones: 61-9611-3403 E 61-81996631

Suplente: Claudia Praxedes

E.mail: claupraxedes@yahoo.com

Telefones: 19-8141-2347

► **Rede Educacional do Semi-Árido - RESAB**

Titular: Adelaide Pereira da Silva

E.mail: ade_cpt@yahoo.com.br / adelaide.cpt@gmail.com

Telefones: 83-3255-6196 / 9903-2859

Suplente: Lucineide Martins Araujo

E.mail: lucineide@irpaa.org / sec.exec-resab@oi.com.br

Telefones: 74 - 3611-6481 / 8805-8388 / 8103-7063

ANEXO II – INSTRUMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA

1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS ESCOLAS

Pesquisador responsável pelo preenchimento:

Telefones para contato: _____

Coordenação Regional: _____

Período de ida ao campo: _____

OBSERVAÇÕES: Explicar os objetivos e foco do estudo, porque a escola foi selecionada para ser pesquisada; assegurar o sigilo das informações; informar que a participação é voluntária; pedir licença para gravar a entrevista.

Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas à direção da escola: diretor(a), vice-diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a). Se não houver, entrevistar professor(a) que trabalhe com as crianças da educação infantil residentes em área rural.

I – IDENTIFICAÇÃO	
Da Escola: nome da escola, município, endereço, telefone, e mail	
Do Entrevistado: nome, idade, formação, função na escola	
II – ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL	
2.1 Critérios de matrícula /Demanda de vagas pela comunidade.	
2.2 Gestão da escola/ Participação da comunidade e famílias.	
2.3 Especificidades do calendário da escola.	
2.4 Condições da Estrutura Física/Manutenção/Limpeza...	
2.5 Projeto político-pedagógico (existência de documento escrito).	
2.6 Critérios de agrupamento das crianças/n. de turmas e de crianças por turma	
2.7 Organização das experiências com as crianças:	
a) Organização das atividades diárias (existência de rotina planejada) com as crianças.	

b) Materiais disponíveis para as crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola)	
b) Uso dos espaços internos e externos da escola.	
c) Organização do sono, banho e alimentação das crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola) .	
2.8 Transporte das crianças moradoras da zona rural para a escola/Responsabilidade/Condições/Trajetos.	
2.9 Inclusão de crianças com deficiência (se existe e como ocorre o atendimento).	
2.10 Formação continuada dos professores e demais profissionais: periodicidade/tema/organização.	
2.11 Participação das famílias no cotidiano da escola/Reuniões/Ações.	
2.12 Conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.	
III – OPINIÕES / SUGESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	
3.1 Pontos positivos e negativos do atendimento das crianças residentes em área rural.	
3.2 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças 4 a 6 anos à Escola (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei).	
3.3 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação dessas crianças.	
3.4 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?	
3.5 Deseja expressar mais alguma idéia, sugestão ou tem alguma pergunta?	
Agradecer e desligar o gravador de forma visível	

2. ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato: _____

Coordenação Regional: _____

Período de ida ao campo: _____

1. ESTRUTURA FÍSICA

1.1. Quantos ambientes existem na instituição? (Escreva no parêntesis o nº de ambientes)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Diretoria | <input type="checkbox"/> Salas para as diferentes turmas de crianças (onde passam a maior parte do dia) |
| <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Dispensa para guardar alimentos |
| <input type="checkbox"/> Recepção | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala de professores | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para homens: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Laboratório de informática | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para mulheres: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Sala de recursos multifuncionais | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para crianças: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Sanitário adequado às crianças com mobilidade reduzida. |
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes coberta | |
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes descoberta | |
| <input type="checkbox"/> Biblioteca | |
| <input type="checkbox"/> Sala de leitura | Outros: _____ |
| | _____ |

1.2. Existem paredes? Em quais condições? (pintura, umidade, buracos, pregos, tomadas, fios soltos? De qual material a parede é feita?)

1.3. Quais as condições dos telhados, das portas, dos portões, do piso, etc.

1.4. Os ambientes são iluminados e ventilados?

1.5. Existem pontos de água potável (bebedouros) acessíveis às crianças de diferentes idades?

1.6. As janelas ficam numa altura que permite a visão da área externa, pela criança?

1.7. A disposição do mobiliário permite uma boa circulação das pessoas? Explique.

1.8. O banheiro é limpo? Adequado ao tamanho da criança? Tem água e sabonete? A descarga funciona? Oferece algum risco? (privada quebrada e

azulejos quebrados, degraus com quinas que oferecem riscos em caso de queda).

1.9. Os ambientes são limpos? Explique.

1.10. Nas salas de referência das turmas existem as tradicionais “carteiras individuais” utilizadas no ensino fundamental? Ou existem mesas? (quatro cadeiras, mesas longas, etc.). Descreva o que encontrou, para as diferentes idades (0-1, 2-3/4-5/6)

2. Organização DOS MATERIAIS e uso dos ambientes externos

2.1. Existe uma área externa? É cimentada? Possui área verde? Descreva como é organizada.

2.2. Caso tenha área verde: é bem cuidada? Limpa? Possui canteiros? Hortas? Descreva.

2.3. Existem animais? Quais? Onde ficam? Descreva esses ambientes.

3. Chegada e saída

3.1. Como as crianças chegam à instituição? A pé, de bicicleta, de carro, de ônibus coletivo regular do município, de ônibus ou Van específico/a para transporte das crianças, outra forma?

3.2. Procure observar a chegada de crianças que utilizam transporte coletivo escolar público ou privado: existe monitor que as auxilia na saída do ônibus/van? Quais são as condições do transporte? Qual a faixa etária das crianças que o utilizam?

3.3. Exceto aquelas que chegam com transporte, quem acompanha as crianças até a instituição? (observe os diferentes tipos de responsáveis: família, amigos, vizinhos, etc.). As crianças de 0-3 anos são deixadas na porta? Ou são levadas à sala de referência da turma? E as crianças de 4-6 anos?

- 3.4. No caso das famílias (ou outro adulto responsável) que levam suas crianças à instituição, você observou alguma troca/interação com os professores? Que tipo de conversa?
- 3.5. Quando chegam, as crianças são engajadas em brincadeiras ou ficam esperando todas as outras crianças chegarem, sem realizar nenhuma atividade planejada? Que tipo de atividade elas realizam? (Verifique se, na acolhida das crianças, na organização dos espaços e proposição de atividades/ leva-se em consideração o tempo em que ficaram sentadas durante o transporte da casa até a instituição).
- 3.6. O professor acompanha as crianças até o transporte escolar, caso exista? Se sim, com quem ficam as demais crianças? Como se dá o caminho da criança até o ônibus? Descreva, separadamente crianças de 0-3 e 4-6 anos.

3.ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA INSTITUIÇÃO – QUESTÕES COMPLEMENTARES

Este roteiro destina-se ao registro de informações complementares que o pesquisador presencie no tempo de permanência na Instituição. Sempre que possível, o pesquisador deverá estar atento às ocorrências abaixo mencionadas e a outras que julgar relevantes de serem registradas. Esse registro deve ser em forma de **DESCRIÇÃO**.

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato: _____

Coordenação Regional: _____

Período de ida ao campo: _____

1.1 Quais espaços são, efetivamente, utilizados pelas crianças de 0-3 e 4-5/6 anos? Cite-os separadamente.

1.2 O armazenamento do lixo é feito em local seguro, longe das crianças?

1.3 Existe rede de esgoto?

1.4 Há espaço para acolhimento da família? Onde? Como é organizado?

1.5 Espaços e equipamentos são organizados de forma a acolher crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004? **(ANEXO)**

- 1.6 Há um espaço e mobiliário para a troca de fraldas para menores de 3 anos? Se sim, está na altura do adulto? É seguro para a criança?
- 1.7 Crianças de 0-3 anos tomam banho? Se sim, onde? Existe cuba? É higienizada durante o dia? Ou a cada banho?
- 1.8 Botijão de gás está localizado no ambiente externo e atende normas de segurança?
- 1.9 Produtos de limpeza e outras substâncias tóxicas são armazenadas longe das crianças?

2 Organização DOS MATERIAIS e uso dos ambientes internos

- 2.1 Brinquedos, materiais disponíveis, móveis e equipamentos encontram-se em bom estado de conservação? Explique.
- 2.2 Existem brinquedos acessíveis às crianças? Quais? Ou o uso dos materiais fica a critério do adulto? Explique.
- 2.3 Os brinquedos são em quantidade suficiente? Descreva a relação de quantidade brinquedo/criança.
- 2.4 Os brinquedos parecem responder aos interesses das crianças? (faz de conta, materiais não estruturados, jogos, materiais para abrir e fechar, empurrar).
- 2.5 Existem instrumentos musicais? Quando e como são utilizados?
- 2.6 Existem materiais para pintar, desenhar, recortar, modelar, construir objetos ou fazer experimentações diversas? Quando e como são utilizados? Descreva-os.
- 2.7 As crianças podem desenhar por iniciativa própria?
- 2.8 Há espaço organizado para leitura? (cantinho de leitura com livros, revistas, gibis). São acessíveis às crianças, e em quantidade suficiente, a maior parte do dia?

- 2.9 Os livros estão em bom estado de conservação? Explique.
- 2.10 As salas possuem espelhos instalados de forma segura, na altura das crianças, para que possam observar a própria imagem em diferentes momentos da jornada?
- 2.11 São disponibilizados móveis ou equipamentos seguros, para que os bebês se apoiem quando começam a andar?
- 2.12 Os materiais para higiene são individualizados e armazenados em boas condições? (ex. escovas de dente estão separadas e identificadas com os nomes das crianças ou são colocadas no mesmo recipiente, de forma que todas se toquem).
- 2.13 Existem fraldas disponíveis? Sabonetes? Buchas? Como são armazenadas?
- 2.14 Há brinquedos, livros ou outros materiais que incentivam o respeito às diferenças entre negros, brancos, indígenas e pessoas com deficiência?
- 2.15 Com relação às crianças de 0-3 anos, quais materiais estão disponíveis? Possibilitam a exploração de: texturas, pesos, formas? Permitem abrir e fechar, empurrar, empilhar, etc?
- 2.16 Existe mobiliário para o descanso do adulto? Quais e em quais locais? São confortáveis? (uso nos momentos de almoço, reuniões, estudo, formação, planejamento).
- 2.17 No espaço voltado aos bebês, verifique se os adultos passam o dia sentados no chão, em cadeiras pequenas, ou se possuem algum mobiliário grande?
- 2.18 Onde são realizadas as refeições? Como é o mobiliário? As crianças lavam as mãos? E os adultos? Quais as condições de higiene? Explique.

- 2.19 Os materiais/ ambientação (artesanato, fotos, instrumentos, etc.) do espaço possuem elementos produzidos pelas próprias crianças e pela comunidade? Sim ou não, explique o que observou.
- 2.20 A organização do espaço interno e do tempo privilegia o contato com a natureza? De que maneira?
- 2.21 Existem materiais pedagógicos com materiais naturais? Descreva-os.
- 2.22 Os ambientes são organizados de forma a promover atividades coletivas e individuais? (ex. Canto com almofadas para ouvir música ou históricas, cantos mais recolhidos para poder ficar só, quando a criança deseja).

3 Organização DOS MATERIAIS e uso dos ambientes externos

- 3.1 As crianças podem brincar ao sol, com água, terra, pedras, gravetos e outros elementos da natureza?
- 3.2 Bebês frequentam as áreas externas? Onde ficam? Que tipo de experiência é organizada? Existe solário?
- 3.3 A organização do espaço e tempo permite a realização de movimentos amplos? Os adultos permitem que isso aconteça?

4 Uso do tempo - Transição entre as atividades e tempo de espera

- 4.1 A transição das atividades é tranqüila? Ou há uma ruptura entre elas? (exemplo: professor interrompe uma brincadeira ou outra atividade para oferecer o lanche?).
- 4.2 Existe espera para atividades como banho e almoço? Quanto tempo? (ex. Crianças aguardam enquanto brincam ou lêem? Ou ficam sem atividades, obrigadas a estarem quietas – paradas, observando o que está ocorrendo, sentadas nos cantos, em corredores, tem o comportamento controlado sistematicamente pelo adulto, pedindo para que fiquem quietas).

- 4.3 Existem outros momentos de fila e/ou espera? Em quais situações?
- 4.4 Por volta de quanto tempo as crianças ficam nos ambientes internos? Quanto tempo nos ambientes externos? Desenvolvem qual tipo de atividade?
- 4.5 Crianças de até 3 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?
- 4.6 Crianças de 4 a 5-6 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?
- 4.7 O tempo do banho é suficiente para que possa, efetivamente, contemplar a dimensão cuidar/educar?
- 4.8 Há horário de sono previsto na rotina? () sim; () não. Qual? _____ . As crianças que não tem sono podem brincar ou realizar outras atividades ou são obrigadas a ficarem imóveis nesse período? As crianças podem dormir quando estão com sono, mesmo que não seja no horário previsto na rotina? Há espaço adequadamente organizado para isso? **DESCREVA.**
- 5 Existe horário de banho previsto na rotina? () sim; () não Qual horário? _____
- 6 As crianças tomam banho quando há necessidade⁵, mesmo que não seja em horário previsto na rotina?
- 7 Os horários de alimentação consideram o horário que as crianças acordam e a dieta da família? (ex. crianças que acordam muito cedo, por causa da distância
- _____

⁵ A criança evacua e fica muito tempo sem trocar a fralda? Ou evacua, tem a fralda trocada, mas não foi lavada? Fica com a roupa com suor por longos períodos? Tem cheiro de urina? A roupa está suja com secreção de nariz? Quando está muito suada, e incomodada com isso, o educador oferece o banho? O educador pode oferecer banho coletivo em momentos de muito calor? Marcas de terra não serão consideradas como sujeira, a menos que estejam gerando algum incômodo na criança.

e do horário do transporte, crianças que chegam à instituição sem tomar café da manhã).

- 8 No caso de crianças de 0-3 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?
- 9 No caso de crianças de 4-6 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?

10 ORGANIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS
(separar as observações realizadas nas turmas de 0-3 e 4-5/6 anos).

11 Os adultos cantam com as crianças? Em que local? Quais tipos de música?

12 Anos

13 4-5/6 anos

14 Os adultos contam histórias para as crianças? Em que local? Que tipo de história?

15 Os adultos promovem experiências relacionadas à leitura e escrita? O que observou?

16 Os adultos promovem experiências relacionadas às artes (visuais, dança, música, escultura, etc...)? Explique:

17 Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo matemático? O que observou?

18 Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo da natureza e da cultura brasileira? Explique:

19 Os adultos promovem experiências relacionadas à cultura local? Explique:

- 20 As crianças podem correr e brincar em espaços externos?
- 21 No dia da observação, houve visitas exploratórias aos diferentes espaços naturais e culturais no entorno da Instituição e na região? Você ouviu algum comentário a esse respeito?
- 22 Os(as) professores (as) utilizam TV na programação de atividades com as crianças? Por quanto tempo? Com qual faixa etária? Qual o conteúdo apresentado?
- 23 As crianças ouvem música enquanto estão brincando? Que tipo de música?
- 24 Você observou a realização de brincadeiras tradicionais? Quais?
- 25 Você observou momentos de cantos tradicionais? Em quais momentos?

26 INTERAÇÕES

27 Criança- criança

- 28 Crianças de diferentes idades brincam juntas? (ex. crianças de 2 anos com crianças de 4 anos).
- 29 Crianças brincam sozinhas? Em pequenos grupos?
- 30 Ocorrem muitos conflitos (disputas por brinquedos, mordidas, puxões de cabelo, empurrões, tapas, chutes, etc)? Quais as razões? (*A pobreza na organização dos espaços e materiais, poucos brinquedos, ausência do adulto e salas superlotadas são algumas das razões que podem potencializar o aparecimento desses tipos de conflitos*).
- 31 As crianças se organizam em torno de alguns brinquedos? Quais?
- 32 Os adultos permitem que irmãos se encontrem ao longo do dia?

33 Adulto-Criança

- 34 O adulto respeita o ritmo da criança? (dormir, comer, brincar). Explique. (Tempo de brincar: Nesse tópico, observe se o adulto deixa a criança brincar durante o

tempo que deseja, se há uma conversa e uma transição tranqüila quando é necessário parar a atividade, para o momento do almoço, por exemplo.)

- 35 As crianças são obrigadas a, todas juntas, realizarem as mesmas atividades? A criança que não quiser se envolver na atividade proposta pelo adulto tem opção de se engajar em outra tarefa?
- 36 Os adultos chamam as crianças pelos nomes?
- 37 Os adultos ajudam as crianças a manifestarem seus sentimentos?
- 38 Os adultos conversam com frequência com as crianças, inclusive com os bebês? Quais são os conteúdos das conversas?
- 39 Bebês: Adultos pegam bebês no colo em diferentes momentos do dia? Propiciam momentos de interação e acolhimento?
- 40 Bebês: adultos observam a comunicação entre os bebês? Procuram compreendê-la?
- 41 Adultos conversam com as crianças sobre sua vida em casa, e na comunidade?
- 42 Algum adulto manifestou algum tipo de preconceito? (racial, sexo, religião, condição sócio-econômica, ou em função da origem do campo?)
- 43 Adultos colaboram com o desenvolvimento da autonomia? Explique em quais momentos e como ocorre.
- 44 Você observou se as práticas cotidianas são rígidas ou se elas comportam, numa mesma programação, diferentes possibilidades de inserção e de expressividade da criança?
- 45 Adulto responde às perguntas das crianças? Algumas crianças não são ouvidas?
- 46 Adulto acolhe momento de desconforto? (quando chora pela falta da mãe, por dor, após “brigar” com o coleguinha, etc.)
- 47 Como o adulto interrompe ou lida com conflitos? Explique.

48 Adulto-adulto

- 49 Educadores e famílias se encontram, na chegada ou saída? Há algum tipo de conversa entre eles? Conversam sobre a criança? Existe uma troca em que ambos os lados manifestam a sua opinião? Descreva.
- 50 Durante a jornada, adultos conversam sobre as crianças? ou conversam sobre outros assuntos? Que tipo de troca pode ser observada?
- 51 Existe algum tipo de coordenador ou diretor presente na instituição? Que tipo de troca estabelece com os adultos, durante a jornada?

52 **SAÚDE – SEGURANÇA E HIGIENE** (tópicos que não foram abordados nos itens anteriores)

53 Alimentação

- 54 É possível descobrir de onde vieram os alimentos? São frescos?
- 55 Os alimentos foram preparados obedecendo a normas mínimas de higiene (lavagem de mãos, cozinha com acesso restrito, limpa, azulejada até o teto, com água corrente, lixo na área externa, etc.)
- 56 A produção dos alimentos da comunidade faz parte do cardápio das crianças?
- 57 O refeitório (ou local equivalente) é um espaço de fácil limpeza?
- 58 Há lavatório para as mãos, próximo ao local do almoço?
- 59 A cozinha possui revestimentos impermeáveis? Possui bancada adequada para o manuseio de alimentos, separada da higienização dos utensílios? É limpa?

60 Cuidados com o corpo

- 61 Crianças que evacuam são imediatamente trocadas? Existem fraldas e roupas disponíveis?

62 Crianças escovam os dentes? Há tempo disponível para que essa atividade seja feita de maneira efetiva?

63 Crianças alérgicas, que porventura estejam produzindo secreções, recebem especial atenção para permanecerem limpas?

64 Procedimentos de Segurança

65 A instituição tem acessíveis os números de telefone de emergências?

66 A instituição tem procedimentos de segurança preestabelecidos, a serem tomados em caso de acidentes? Estão descritos e visíveis em painéis?

67 Há proteção de tomadas? Existem fios desencapados?

68 Existe proteção contra insetos nas janelas? (Analisar se são necessários, se há ocorrência de insetos que possam picar as crianças)

69 Existem extintores de incêndio instalados de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros?

4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO OU PESSOA QUE O REPRESENTA

Observação: É importante tentar ter em mãos, antes da ida a campo, os questionários do município e analisá-los para a realização a entrevista.

Objetivos da entrevista: Aprofundar dados do questionário e receber sugestões para a implantação e a implementação de uma política educacional voltada à oferta de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos moradoras de territórios rurais.

Antes de iniciar a entrevista: Ratificar o compromisso do pesquisador e da coordenação da pesquisa em manter a identidade dos informantes sob sigilo, bem como a identidade do município. Solicitar autorização para realizar a entrevista e para gravá-la.

Quem entrevistar: preferencialmente, o secretário de educação. Na sua ausência, ter a indicação do referido secretário da pessoa que prestará as informações em nome da secretaria.

IDENTIFICAÇÃO

Do Entrevistado: nome, formação, função (perguntar sobre a função no caso de o respondente não ser o secretário)

Se a entrevista acontecer com o secretário, perguntar o tempo que ocupa o cargo.

ROTEIRO

Como o município vem atendendo as crianças de 0 a 3 anos e as crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural?

Qual é o ponto forte do município no atendimento das crianças de 0 a 6 anos e idade residentes no município?

Quais os principais desafios enfrentados por essa secretaria para atender as crianças de 0 a 3 anos residentes na área rural? E para as crianças de 4 a 6 anos? (Explorar após as respostas alguns aspectos: gestão financeira e administrativa, aspectos pedagógicos...).

Como você avalia a estrutura física das escolas que atendem as crianças de 0 a 3 anos que moram na área rural? E das escolas que atendem as crianças de 4 a 6 anos?

Como são os prédios das escolas? Eles suprem as necessidades das crianças de 0 a 3 anos / 4 a 6 anos da Educação Infantil? Por quê?

Há projetos desta secretaria para melhorar (reformular, construir) a estrutura física delas? Se sim, fale um pouco deles.

A última escola na área rural que atende as crianças de 0 a 6 anos e idade foi inaugurada quando?

Há recursos municipais para construção ou reforma as escolas do campo que atendem as crianças e 0 a 6 anos de idade?

Como o município poderia ampliar/melhorar a educação dessas crianças?

O município fechou alguma escola que atende crianças de 0 a 6 anos na área rural? Se sim, por quê?

Há recursos estaduais para construção ou reforma? O município já recebeu do Estado alguma colaboração nesse sentido? E em relação ao governo federal?

Os recursos financeiros do FUNDEB são suficientes para suprir as necessidades educacionais destas crianças? Por quê?

Como você avalia o quadro de professores que atuam junto a essas crianças em termos de formação e experiência? O que o município oferece de formação aos professores das escolas que atendem as crianças e 0 a 6 aos residentes na área rural?

Sobre a demanda, as famílias que moram na área rural e têm filhos pequenos (de 0 a 6 anos) têm procurado escolas para seus filhos? Desde que idade? Ou, para qual faixa etária procuram mais?

O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de matrícula as crianças de 4 a 6 anos? (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei). O município vem se preparando para atender as crianças do campo? De que forma? Quais são as maiores dificuldades? Essa obrigatoriedade reflete ou impacta no atendimento as crianças e 0 a 3 anos?

Você acha que deve haver oferta de Educação Infantil para as crianças perto do lugar onde moram? Por quê?

Como tem se dado a frequência destas crianças de 0 a 6 anos na escola? O que, em sua opinião, facilita a frequência delas? E o que atrapalha?

Para você, o que significa a Educação Infantil para estas crianças de 0 a 3 anos moradora em área rural? E para as crianças e 4 a 6 anos?

No grupo de crianças de 0 a 6 anos, moradoras em área rural, há registro de crianças que têm necessidades educativas especiais? Se sim, trata-se de qual ou quais necessidade (s)? Elas são atendidas? De que forma?

As escolas do município que atendem crianças de 0 a 6 anos moradoras de zona rural filhas de famílias (de quilombolas, assentadas, de pescadores, enfim, identificar as populações e adaptar...) desenvolvem algum tipo de trabalho pedagógico relacionado ao grupo cultural ao qual pertencem? Se sim, fale um pouco deste trabalho.

Quais são os principais desafios enfrentados por esta secretaria para atender as crianças de 0 a 6 anos, moradoras de zona rural?

Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecimentos. Explicar que o MEC enviará um kit de materiais. Os municípios poderão ser convidados a participar do Encontro Nacional de divulgação dos resultados da pesquisa.

5 ORIENTAÇÕES PARA A ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

APRESENTAÇÃO

Prezado Pesquisador

Gostaríamos de agradecer a sua participação na I Pesquisa Nacional sobre Educação Infantil do Campo, ela é resultado de um projeto cooperação estabelecido entre Ministério da Educação (MEC), universidades brasileiras e também conta com a participação de movimentos sociais do campo e da educação infantil.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a caracterização das crianças de 0 a 6 anos das áreas rurais e a educação para elas ofertada como forma de fazer avançar as políticas públicas para essas crianças.

Os resultados da pesquisa, portanto, poderão oferecer o primeiro retrato nacional de como a educação infantil está sendo ofertada para essas crianças. Pretendemos conhecer como os municípios, escolas e famílias brasileiras enfrentam os desafios do atendimento educacional às crianças brasileiras moradoras da zona rural.

2. COMBINADOS ENTRE O ENTREVISTADOR (A) E O ENTREVISTADO(A) ANTES DE INICIAR A PESQUISA

PARA APRESENTAR-SE

Contar da experiência da pesquisa nacional, da chegada à cidade, comunidade, escola e por fim, como chegou até esta família. Agradecer a disponibilidade e contar como vai ser a entrevista. Apresentar, dizendo que atualmente no Brasil toda a pesquisa precisa do consentimento das pessoas que participam, e ler o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para as famílias, esclarecer as dúvidas, deixá-las tranquilas para iniciar a conversa. O termo deve ser assinado pelo respondente antes do início da entrevista e também deve ser assinado pelos pesquisadores na frente dos entrevistados.

Deixar a família escolher o melhor local para realizar a entrevista, para que as pessoas fiquem bem à vontade. Também, é importante salientar que instrumentos de pesquisa serão usados pelo pesquisador para o registro: gravador, anotações,... e salientar que é para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Caso no ambiente que será realizada a pesquisa estiver presente outras pessoas anotar em seus registros.

É importante utilizar uma linguagem clara e realizar alguns combinados (ex: quando desejar parar é só falar, que responda o que ache pertinente, que procure falar o que vem na sua “cabeça” e no seu “coração”). Afirmar que nos interessa saber muito como é a vida da família e, principalmente, como é a educação das crianças pequenas da sua comunidade. Isto é, que temos certeza que eles têm muito a nos contar sobre a realidade das crianças do campo.

Na apresentação, precisamos expressar que nossa pesquisa é relativa às crianças de zero a seis anos, portanto o pesquisador deverá salientar que as questões devem ser respondidas referentes aos filhos nesta faixa etária.

É importante reafirmar que o anonimato da família respondente será preservado e explicar que as informações nos relatórios e na divulgação da pesquisa serão apresentadas de forma a não aparecer os nomes.

No relatório da entrevista é preciso contar como foi este primeiro momento para contextualizar a situação de realização.

3. ESCLARECIMENTOS PARA O ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Caracterização sócio demográfica e educacional da família na residência

Neste Tópico da Entrevista nos interessa traçar um perfil do contexto familiar das crianças de zero a seis anos, portanto todos os aspectos são muito importante serem respondidos, as respostas são aquelas “declaradas” pelo informante, e caso haja alguma discordância do pesquisador ele deve fazer algum destaque (ex: na questão raça, o pesquisador deve fazer uma observação).

Neste quadro, nos interessa conhecer a família da criança, portanto, todos os que moram na mesma residência, tendo vínculos de parentesco ou não, mas que convivem no cotidiano com as crianças.

Sujeito- nome da pessoa respondente e das crianças

Relação de parentesco com a criança – mãe, avó, tio.. (caso não tenha relação de parentesco, destacar qual o vínculo com a família da criança)

Idade- Quantos anos você tem? Qual a idade de fulano?

Sexo- Não precisa perguntar para o informante, apenas para os que não estão presentes.

Raça- Como você se considera em relação a sua raça? Qual a raça de “fulano”? Procurar não induzir as respostas, elas devem ser autodeclaradas. Em caso de divergência do pesquisador, destacar com comentário.

Nível de Escolaridade - Até que ano “fulano” estudou? Caso não lembre, procure perguntar se é alfabetizado - Ele sabe ler e escrever?

Religiosidade - A família segue alguma religião? Frequenta alguma igreja? É importante perguntar se todos os membros da família participam, pois algumas vezes podem ter religiões diferentes, é importante perguntar se as crianças também frequentam.

Local de nascimento – Colocar o local oficial de nascimento de cada membro da Família.

Ocupação/ Trabalho- Em que vocês trabalham? Durante todo o ano? Caso durante o ano a pessoa tenha mais de uma ocupação é importante destacar (Ex: agricultor, mas fora de safra, faz tarefas de pintor)

2. A vida da família no contexto rural

Neste tópico da entrevista interessa ao pesquisador saber a historicidade do sujeito - como a família chegou até aquele lugar - como foi esta trajetória - como é a vida no campo. Aqui o objetivo é conhecer a trajetória da família até chegar ao contexto

rural. Principalmente, queremos saber sobre as expectativas em relação à vida futura das crianças no campo (permanência ou não, etc). Por este motivo todas as questões da entrevista precisam ser exploradas pelo pesquisador.

3. Educação e Cuidado de crianças pequenas no campo

Neste tópico é importante, lembrar novamente às famílias que nossa pesquisa trata das crianças na faixa etária 0 a 6 anos (retomar esta questão da faixa etária no decorrer da entrevista) e portanto, todas as questões perguntadas serão referentes aos seus filhos pequenos, isto é, nesta faixa etária.

Também neste tópico o pesquisador deverá reconhecer o conceito nativo da educação das crianças de 0 a 6 anos, como denominam o modo de realizar o cuidado e a educação das crianças pequenas (criar, ...), bem como realizam esta experiência neste contexto familiar.

Caso a família desejar contar outras experiências da comunidade, de seus vizinhos, isto é, outras estratégias utilizadas, também é importante conhecer e registrar, mesmo que não façam parte do contexto daquela família, mas eles dizem respeito a aquela comunidade que está inserida.

Em relação à trajetória dos filhos maiores, procurar perguntar sobre as dificuldades para conseguir vaga (oferta, transporte, ... o porquê parou de estudar, ...)

4. O dia a dia da criança

Conhecer o dia a dia da criança quando ela não está na escola, isto é, desde que acorda até o horário que vai dormir. Neste tópico nosso interesse é reconhecer a vivência da criança no contexto em que vive, e, também, as idéias que tem sobre a escola (horário, transporte, ...) e/ou outros ambientes que estão presentes na educação das crianças (caso tenha outro tipo de atendimento além da escola).

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Neste tópico da entrevista queremos saber o que as famílias pensam sobre a escola que seus filhos pequenos frequentam, como eles avaliam este atendimento e como gostariam que esta escola fosse. Portanto, inicie perguntando se eles frequentam a escola dos filhos? Quando? E vá questionando as perguntas estabelecidas na entrevista.

As questões presentes neste tópico são relativas ao Ponto de vista das famílias em relação ao atendimento realizado na instituição que seus filhos pequenos frequentam, bem como de seus anseios e expectativas.

Neste momento é importante RELEMBRAR que esta pesquisa está sendo realizada para conhecer como as crianças pequenas estão sendo atendidas na zona rural, e que estas informações são subsídios importantes.

Cuidar para não repetir aspectos já abordados e/ou desenvolvidos nas questões anteriores para não tornar a entrevista cansativa.

6. Finalização/Avaliação

Neste último tópico nosso objetivo é conhecer o que as famílias pensam sobre a educação infantil, bem como suas expectativas em relação à educação nesta faixa etária no contexto da zona rural.

Neste tópico é importante conversar e/ou informar a família sobre a questão da obrigatoriedade de matrícula (EC 59/2009). Nosso objetivo é também reconhecer as expectativas em relação à obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 e 5 anos.

7. FINAL DA ENTREVISTA

Neste momento é muito importante o agradecimento, destacando a cooperação e a disponibilidade da família para participar da pesquisa. Procurar chamar o entrevistado pelo nome e destacar como será a devolutiva da pesquisa.

Solicitar contato: numero de telefone, endereço, email, .. para alguma dúvida posterior, e também deixar contato (carta da pesquisa).

Anotar o horário de início e término da entrevista, bem como a descrição do local, espaço, participantes, interrupções, impressões,...

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro A

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças atendidas em escolas na Zona Rural e Urbana.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____ I

Município:

Escola que indicou a família:

Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade):

Endereço Residencial:

Telefone:

Respondente:

Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na residência (família) central

Sujeito	Relação de Parentesco com a criança	Idade	Sexo	Raça	Nível de Escolaridade	Religião	Local de Nascimento	Ocupação/profissão/ o que você faz? Com o que trabalha

A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?
		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da família	Onde você acha que é melhor morar no campo ou na	As crianças gostam do campo? E da cidade? Eles tecem

	cidade?	comentários sobre a cidade?o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na cidade?Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3.Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação, saúde,lazer, brincadeira...) Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequenininhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você colocou seus filhos na escola?Por que colocou?	
	Quando vocês estão	Quando você está trabalhando,

	trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	onde fica seu filho?
	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que vocês têm com a escolaridade das crianças	Por que vocês acham que é importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas freqüentem a escola (0 a 3)?

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta “solução”?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distancia?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		O que ele faz quando não está na escola? Vocês fazem alguma outra atividade no final de semana? (igreja, reunião

		da associação, ciranda, etc.). Ele assiste TV? Ele participa das atividades domésticas: dá comida aos animais, rega plantas....
Escola frequentada	Como é a escola freqüentada? Comunidade/Distrito ou Intra campo? Como você gostaria que fosse?	Onde fica a escola? Perto? Longe? Quanto tempo demora para chegar lá? Como você gostaria que fosse? Onde você gostaria que fosse?
Avaliação do deslocamento	Como ela realiza este deslocamento (transporte, tempo e distancia)?	Ela vai sozinha ou acompanha? Por quem? Você tem quem leve e busque a criança na escola? Como é o transporte: a pé, de bicicleta? As crianças vão com segurança? Há problemas com o transporte? Como você gostaria que fosse o transporte das crianças? Como você gostaria fosse ofertado este transporte ?

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade?	Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6 anos.
Espaço geográfico	Quem é a professora rotatividade dos professores e das crianças organização das turmas repetência	
Qualidade da educação Infantil: Infraestrutura e	Como são as condições de infraestrutura da	Como é a escola que teu filho estuda? A escola é bonita?

materiais	escola? A escola tem disponibilidade de água, luz e saneamento? Há mobiliário? A escola oferece moveis, materiais escolares e uniforme para as crianças ou solicita para as famílias a compra? A escola tem pátio? Tem horta?	Tem água, tem luz, esgoto? Ela é muito quente? Fechada? Tem moveis adequados ao tamanho das crianças? Tem banheiro? Tem cozinha?
Brincadeira	Tem brinquedos? As crianças podem brincar? Brincar de que	Eles produzem seus brinquedos? Onde elas brincam na escola? Tem espaço específico? Quais as brincadeiras que as crianças mais gostam? Qual o tempo que as crianças dispõem para brincar?
Merenda	Qual a qualidade da merenda? Tem o Conselho da merenda?	Tem merenda? É boa? É feita na escola? Seus filhos gostam? Que tipo de comida é? Há aproveitamento das frutas de sua comunidade na merenda escolar? Se têm conselho quem participa? Ele fiscaliza a merenda que é servida às crianças
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade? Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6?	As crianças de 0 a 3 e 4 e 6 anos são contempladas com as vagas em sua comunidade? É fácil conseguir uma vaga?
Professores	Os professores são bons? Tem formação? Ensinam bem as crianças? São homens ou mulheres? São da Comunidade?	Os professores têm boa interação com a comunidade e as com as crianças? Eles participam de outras atividades na comunidade?
Proposta Pedagógica	O pessoal da escola já mostrou/contou para vocês sobre a proposta pedagógica? O calendário da escola é adequado as	Como é o trabalho desta escola? O que eles fazem lá? O que ele conta do que faz? O calendário é adequado ao tempo? Aos períodos da colheita? Quanto tempo ele

	necessidades das famílias? O horário de funcionamento é adequado as famílias? Você acha que para as crianças pequenas é melhor o turno integral ou meio período?	fica na escola? Este é um horário bom para você? E para seu filho? Você prefere para sua criança um período parcial ou integral, isto é, todo o dia? Você acha que a sua/seu filho são bem educados e cuidados no período que estão na escola? A escola prepara as crianças para continuar estudando?
Transporte	Você acha que a distancia entre a casa e a escola está boa?	Você acha longe de sua casa esta escola? Acha que deveria ter o transporte escolar?
Sugestões	Quais as sugestões para o funcionamento da escola?	Como vocês pensam que seria uma boa escola?

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?	A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?
Faixa etária	Que idade as crianças devem ir para a escola?	A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?
Importância da educação infantil	Por que a educação infantil seria importante: liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças	Por que a educação infantil seria importante? Quando a criança está na escola você se sente seguro para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?
Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?	Que sugestões teriam para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na zona rural? Psiquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais de sua região. Exemplo	Como seria uma escola boa para as crianças pequenas? Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar? Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?

	Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?	
Ordenamento legal	Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade	O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola
Professores		Você acha que o professor deveria morar na comunidade? Há trocas constantes de professores em sua comunidade? Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?
Sugestões para melhorias		Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?

6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS NÃO MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro B

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças de 0 a 6 anos que não são matriculadas em escolas de educação infantil.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____ I

Município:

Família indicada por:

Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade):

Endereço Residencial:

Telefone:

Respondente:

Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

**Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na
residência (família) central**

Sujeito	Relação de Parentesco com a criança	Idade	Sexo	Raça	Nível de Escolaridade	Religião	Local de Nascimento	Ocupação /profissão / o que Você faz? Com o que trabalha

A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?
		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da família	Onde você acha que é melhor morar no campo ou na cidade?	As crianças gostam do campo? E da cidade? Eles tecem comentários sobre a cidade? o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na cidade? Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3. Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação,

		saúde, lazer, brincadeira...)? Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais? As crianças que possuem necessidades educativas especiais possuem algum atendimento?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequeninhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você colocou seus filhos na escola? Por que colocou?	
	Quando vocês estão trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	Quando você está trabalhando, onde fica seu filho?
	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que vocês têm com a escolaridade das crianças?	Por que vocês acham que é importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas freqüentem a escola? E as bem pequeninhas?

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta “solução”?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distancia?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		Vocês fazem alguma outra atividade no final de semana? (igreja, reunião da associação, ciranda, etc.). Ele assiste TV? Ele participa das atividades domesticas: dá comida aos animais, rega plantas....

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?	A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?
Faixa etária	Que idade as crianças devem ir para a escola?	A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?
Importância da educação infantil	Por que a educação infantil seria importante: liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças	Por que a educação infantil seria importante? Quando a criança está na escola você se sente seguro e tranquilo para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?
Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?	Que sugestões teriam para o atendimento das	Como seria uma escola boa para as crianças pequenas?

	<p>crianças de 0 a 6 anos na zona rural?</p> <p>Pesquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais de sua região. Exemplo Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?</p>	<p>Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar?</p> <p>Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?</p>
Ordenamento legal	Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade	O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola
Professores		<p>Você acha que o professor deveria morar na comunidade?</p> <p>Há trocas constantes de professores em sua comunidade?</p> <p>Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?</p>
Sugestões para melhorias		Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?

7 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INFORMANTES QUALIFICADOS: representantes institucionais, movimentos sociais e sindicais

OBS. Explicar os objetivos e foco do estudo, porque ele(a) foi escolhido(a) para ser entrevistado; sigilo das informações; liberdade de responder; pedir licença para gravar.

Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas às Instituições que tem assento no Conselho Nacional de EDU Campo, na seguinte ordem de prioridade: Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais; Associações de populações específicas (exemplo: Assoc. Quilombola, Assentados, etc.); Sindicatos de Trab. Rurais; Cooperativas/ associações de produtores rurais ...

I – IDENTIFICAÇÃO

Do Entrevistado: nome, idade, formação, atividade, função ...

Da Instituição / organização : Nome, função, vínculos com rural, ...

II – SITUAÇÃO DA EDU INFANTIL

2.1 Na Região / Município

2.2 No rural (Região/Município)

2.3 Frequência infantil (0 a 6 anos) rural à Escola .

2.4 Como as famílias rurais encaram a ida/frequência de seus filhos (0 a 6 anos) à escola

2.5 Opinião do entrevistado sobre:

- a) Escolas: tamanho, qualidade da construção, estruturas adequadas, etc.
- b) Transporte / acessibilidade
- c) Dos Professores e outros profissionais que atuam nas Escolas
- d) As atividades e conteúdos para crianças de 0 a 6 anos.

III – OPINIÕES / SUGESTÕES

3.1 Opinião sobre como vê o compromisso do Estado (nas três instâncias) com educação infantil (0 a 6 anos) no Campo

3.2 Opinião sobre compromisso das famílias em relação à EDU em âmbito escolar das crianças (0 a 6 anos).

3.3 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças (0 a 6 anos) à Escola (se necessário explicar ao entrevistado a lei, sinteticamente).

3.4 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação das crianças de 0 a 6 anos.

3.5 Na Organização que o entrevistado representa:

a) Este tema/assunto tem relevância?

b) Como essa organização pode contribuir para a implantação / ampliação da Política de EDU Infantil?

3.6 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?

3.7 Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecer e desligar o gravador de forma visível.

**ANEXO III – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO–
ESCOLAS**

**Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica
Ministério da Educação e UFRGS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESCOLAS**

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da segunda fase da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo levantar aspectos da oferta do atendimento e demanda das famílias e comunidades à educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido/a de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores

desta terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Também fui informado/a que participarão da pesquisa o(a) secretário(a)/diretor(a) de educação do município. Sei que a pesquisa realizará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Fui informado/a de que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim ou ao município.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao da escola e ao nome do município.

Fui informado/a de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo nesses termos participar da pesquisa.

_____, de _____ de
2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

2.FAMÍLIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FAMÍLIAS

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado/a de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista, conversando sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para meu(s)/minha(s) filho(s)/a(s), sobre o atendimento oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei que além de mim, outras famílias participarão da pesquisa, além do/a secretário/a de educação, diretores de escola e lideranças de movimentos sociais e sindicais ligados à terra e à infância.

Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e a meu/minha filho/a.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a entrevista poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado/a de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo participar da pesquisa.

_____, de de
2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

**3.MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS (INFORMANTES
QUALIFICADOS)**

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural

Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS (INFORMANTES QUALIFICADOS)**

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado/a de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista, conversando sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei que além de mim, serão ouvidos famílias, o/a secretário/a de educação, diretores de escola e outras lideranças de movimentos sociais.

Fui informado/a que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e à entidade que represento.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em Relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao nome de minha entidade e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado/a de que minha entrevista, a gravação e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo participar da pesquisa.

_____, de _____ de
2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

4.SECRETARIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural

Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SECRETARIAS

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da segunda fase da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo levantar aspectos oferta do atendimento e da demanda das famílias e comunidades à educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido/a de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase, da qual participei.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Também fui informado/a que participarão da pesquisa escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e que, nessas escolas, serão realizadas conversas com seus diretores ou coordenadores relativas ao atendimento dessas crianças. Além das escolas, sei que a pesquisa realizará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim ou ao município.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso a ela. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de pessoas.

Fui informado/a de que todo o material produzido nessa fase ficará de posse da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo participar da pesquisa.

_____, de _____ de
2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

ANEXO V - ROTEIRO DE RELATÓRIO DE CAMPO QUALITATIVO

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentar o que é o relatório

1.2 Metodologia (descrição sintética de como foi feita a coleta de informações, descrevendo no geral como e de quem foram obtidas.

II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

(se necessário ampliar algumas informações para a Região)

a) demográfica. Distribuição por local de moradia, sexo, faixas etárias,

b) econômica pib, importância por setor: primário (quais principais produtos) secundário e terciário

c) Social (IDH, Etnias, Escolarização, ...

III – RESULTADOS

3.1 Sistema da educação infantil no Município

a) apresentação

b) descrição das observações

c) entrevista

d) Analise incluindo as sugestões

3.2 Situação da Educação Infantil nas Escolas

a) apresentação

b) descrição das observações

c) entrevista

d) Analise incluindo as sugestões

3.3 As famílias Usuárias e não usuárias

a) apresentação

b) descrição das observações

c) entrevista

d) Analise incluindo as sugestões

3.4 As Organizações Sociais (incluindo Movimentos Sociais)

a) apresentação

b) descrição das observações

c) entrevista (síntese das principais informações, seguindo o roteiro da entrevista)

d) Analise incluindo as sugestões

IV – COMENTÁRIOS / SUGESTÕES DO PESQUISADOR

4.1 Descrever a Experiência do processo pesquisa

- a) condições objetivas da realização do campo
- b) receptividade e facilidades encontradas
- c) dificuldades e/ou resistências locais

4.2 A partir da vivência da pesquisa (leituras, campo, discussões)

- a) comentar, que conhecimento apreendeu neste processo de interlocução com diferentes atores sociais, da observação das condições do cotidiano da vida das famílias, dos professores, das instituições, etc., dos diálogos, das reflexões pessoais.
- b) Sugestões sobre a educação no campo das crianças de 0 a 6 anos, referenciadas na vivência e especificidades do município.

Equipe: Coordenação Nacional

Secretária Executiva:

Carolina Gobbato (UFRGS).

Apoio Técnico Administrativo:

Beatris de Moraes Pinto (UFRGS)

Michelle Teixeira (UFRGS)

Thomas Lester Geri (UFRGS).

Apoio Técnico Estatística:

Gustavo Thomas (UFRGS).

Pesquisador:

Susana Beatris Fernandes (UNISC).

Equipe: Produção Acadêmica

Pesquisadores:

Ana Paula Soares da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Tatiana Noronha de Souza (UNESP-Jaboticabal)

Ana Cecília Oliveira Silva (USP-Ribeirão Preto)

Fernanda Lacerda Silva (USP-Ribeirão Preto)

Juliana Bezzon da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Luciana Pereira de Lima (USP-Ribeirão Preto)

Regiane Sbroion de Carvalho (USP-Ribeirão Preto)

Thaíse Vieira de Araújo (USP-Ribeirão Preto)

Apoio Técnico:

Daniel Coelho, Marta Aparecida da Silva.

Equipe: Núcleos Regionais

Região Norte

Pesquisadores:

Djanne Fernandes Melo (UFPA)

Elaine Ramos da Silva (voluntária/UNCME- AM)

Eliseanne Lima da Silva (voluntária/IFAM)

Flávia de Cássia Pantoja Batista (UFPA)

Franciana Carneiro de Castro (voluntária/UFAC)

Juliana Nascimento da Paixão (UFPA)

Lanna Edwirges da Silva Costa (UFPA)
Liliane Soares Silva (UFPA)
Rosana Cristina dos Reis Daher (UFPA)
Sara Teles Brito (UFPA)
Salomão Antônio Muffarej Hage (UFPA)
Sônia Eli Cabral Rodrigues (UFPA)
WianneyDinely Silva do Nascimento (UFPA).

Apoio Técnico:

Hádila Maria de Aguiar Pena (UFPA).

Região Nordeste

Pesquisadores:

Carla Manuella de Oliveira Santos (UFAL)
Edna Maria Alves Fernandes (UFRN)
Fabiana Oliveira Canavieira (UFMA)
Josafá Paulino de Lima (UFCEG)
Kátia Patrício Benevides Campos (UFCEG)
Luisa de Marillac Ramos Soares (UFCEG)
Maria Cristina Martins (UFS)
Marlene Oliveira dos Santos (UFBA)
Marli Clementino Gonçalves (UFPI)
Patrícia Gomes de Siqueira (UFPE)
Sílvia Helena Vieira Cruz (UFC).

Apoio Técnico:

Andreza Lima de Azevedo (UFCEG).

Região Centro-oeste

Pesquisadores:

Anamaria Santana (UFMS/Corumbá)
Ivone Garcia Barbosa (UFG)
Adriana Pacheco da Silva Santos (UNEMAT/Sinop)
Camila Cerqueira Dos Santos Silva (UFG)
Danielly Carolinne Freire de Oliveira (UFMS/Corumbá)
Elizete Poleti De Oliveira Dias (UNEMAT/Sinop)

Francy Laura De Moraes (UFMS/Corumbá)

Glades Ribeiro Mueller (UFMT)

Janaina Batista Lino Perez (UNEMAT/Sinop)

Rosiris Pereira De Souza (UFG).

Fizeram parte da equipe os seguintes Assistentes de Pesquisa Voluntários:

Lucilene Santana Gonçalves (UFG)

Marcos Antônio Soares (UFG)

Maria de Fatima Ribeiro (UFMS/Corumbá).

Apoio Técnico:

Ilza Nunes da Cunha Polini (UFMT).

Região Sudeste

Pesquisadores:

Cristiana Callai (voluntária/UFF)

Divina Leila Soares Silva (UFES)

Edmilson dos Santos Ferreira (UFRJ)

Edna Rodrigues da Silva Oliveira (UFF)

Elisângela Carvalho (MST)

Lígia Aquino (voluntária/UERJ)

Kalline Pereira Aroeira (UFES)

Rafael Reis Bittencourt (UFMG)

Rita de Cássia Vieira (UFMG)

Tânia de Vasconcellos (UFF)

Valdete Côco (UFES), Welington Dias (UFMG).

Apoio Técnico:

Érica Dumont Pena (UFMG).

Região Sul

Pesquisadores:

Carolina Machado Castelli (FURG/UFPEL)

Catarina de Souza Moro (MIEIB/UFPR)

Daniele Marques Vieira (MIEIB/UFPR)

Isabela Camini (MST)

Maria Teresa Telles Ribeiro Senna (UFSC)

Valentina Weschenfelder (MIEIB/UNIJUI)

Patrícia RutzBierhals (UFRGS)

SonildaFlorinália da Silva Pereira (CONTAG-RS)

Soraya Franzoni Conde (UFSC)

VerenaWiggers (MIEB/UFSC).

Apoio Técnico:

Crisliane Boito (UFRGS)

Diulia Marina Francesquett (UFRGS).